



AdP - Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais,
S.A.
Relatório e Contas_2019

Índice

Mensagem do Presidente, 5

A Empresa

Quem Somos, 9

Destques Ano/Principais Acontecimentos, 11

Principais Indicadores Económico-Financeiros-33

Relatório de Gestão

Linhas Estratégicas de actuação, 35

Enquadramento macroeconómico, 39

Dinâmica do Sector a nível internacional, 51

O Negócio em 2018, 54

Desempenho e eficiência Operacional 55

Principais Indicadores de Actividade, 56

Perspectivas para 2020, 57

Sucursais e Subsidiárias, 58

Sustentabilidade e desempenho, 60

Stakeholders, 61

Gestão do Risco, 62

Gestão do Capital Humano, 67

Análise Económica e Financeira, 70

Investigação e Desenvolvimento/Inovação, 75

Cumprimento das Orientações Legais, 78

Perspectivas Futuras, 95

Eventos Subsequentes, 96

Sucursais da Sociedade, 96

Considerações finais, 96

Proposta de Aplicação de Resultados, 97

Anexo ao Relatório, 97

Relatório dos Administradores não Executivos, 98

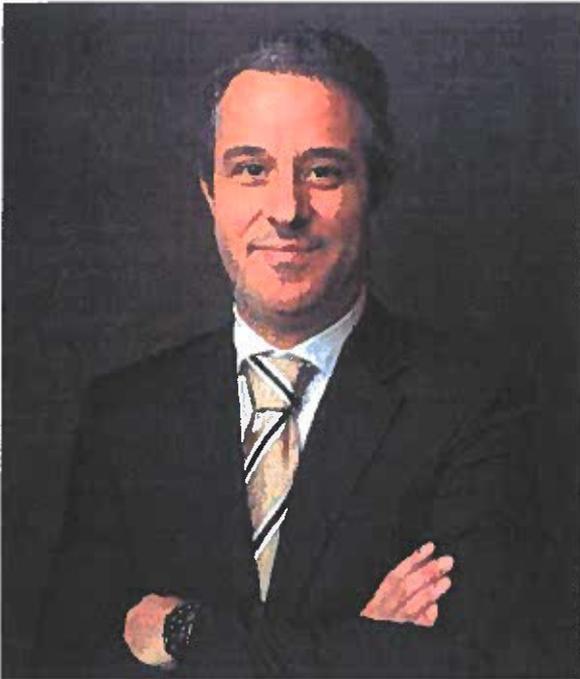
Demonstrações financeiras do Exercício de 2019

Contas Individuais, 100

Relatório e Parecer do Fiscal único, 143

12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

Mensagem do Presidente



Cláudio Miguel André de Sousa Jesus

Presidente do Conselho de Administração

A atividade internacional do Grupo AdP é assegurada pela AdP – Aguas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A., (AdP Internacional). Constituída em 2001, a empresa tem a missão de prestar serviços a nível internacional, e apoiar iniciativas de cooperação para o desenvolvimento no setor dos serviços de águas, de forma eficiente, sustentável e inovadora. Na sua ação, a AdP Internacional capitaliza o conhecimento, a experiência e as soluções tecnológicas do Grupo AdP, contribuindo assim para a projeção internacional do setor português da água, em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030, em particular o ODS 6, relacionado com a água e o saneamento básico.

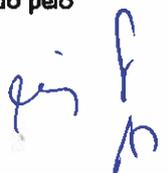
A AdP Internacional pauta a sua atuação por procurar, sempre que possível, consórcios e parcerias com empresas portuguesas, procurando assim apoiar a internacionalização deste importante setor de atividade.

O ano de 2019 fica marcado pela conclusão dos dois maiores contratos de Assistência Técnica em Angola nas Províncias do Uíge e do Huambo e pelo atraso de cerca de 8 meses no arranque de dois novos contratos financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento, nas Províncias do Bengo e do Cunene, num valor global de cerca de 14 MUSD. O mercado de Angola continua a ser o mais significativo nas atividades da AdP Internacional e as variações que ocorreram neste mercado impactaram significativamente nos resultados da AdP Internacional este ano.

Em 2019, destaca-se ainda o reforço dos esforços comerciais e a expansão da presença internacional em novos mercados em África e na Ásia. Em relação a novos mercados, nomeadamente a Índia, destaca-se o trabalho comercial continuado, que irá gerar resultados em 2020, após a assinatura do contrato de assistência técnica firmado com o Governo do Estado de Goa, no passado mês de Fevereiro.

No que diz respeito à execução de contratos, destacam-se os seguintes acontecimentos:

- No mercado moçambicano, 2019 fica marcado pela implementação do PROJETO EVA, financiado pelo Fundo Ambiental.
- Em Angola terminaram em Junho os dois contratos de Assistência Técnica às Empresas de Abastecimento de Água e Saneamento do Uíge e do Huambo e deu-se início em Julho e Setembro à execução de dois novos contratos financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento, nas províncias do Bengo e do Cunene, respetivamente. Foi ainda concluído o projeto de apoio à Empresa Provincial de Água e Saneamento de Cabinda, no âmbito da rede Global Water Operators Partnership Alliance (GWOPA) e executado o projeto MAZI, com financiamento do Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Ação Climática de Portugal.
- Em São Tomé e Príncipe, no seguimento das ações preconizadas nos anos anteriores, a AdP Internacional concluiu em Dezembro de 2019 o Projeto MAAIS – Melhoria do Abastecimento de Água, Infraestruturas e Sensibilização da população de São Tomé e Príncipe – cujo beneficiário final foi a Empresa Pública responsável pelo Abastecimento de Água a todo o território do país, a EMAE - Empresa de Eletricidade e Águas de São Tomé e Príncipe, financiado pelo Fundo Ambiental.



- No decurso do ano de 2019 a AdP Internacional desenvolveu 3 projetos de Assistência Técnica em Cabo Verde, enquadradas no Fundo Ambiental Português, a saber: Assistência Técnica à Águas de Santiago na área comercial, "Roadmap" para o Estabelecimento de uma Política de Prevenção e Gestão de Conflitos nos Usos da Água em Situações de Escassez - Parte 2 e "Roadmap" para o Estabelecimento de uma Política de Prevenção e Gestão de Conflitos nos Usos da Água em Situações de Escassez - Parte 3.
- Na Guiné Bissau, o ano de 2019 foi marcado pelo arranque do contrato de Assistência Técnica à Empresa de Eletricidade e Águas da Guiné Bissau (EAGB), em parceria com a EdP Internacional e com a Leadership Business Consulting. O contrato foi assinado em Maio e tem um valor global de 4.9 MUSD, sendo financiado pelo Banco Mundial e com uma duração de 3 anos e 3 meses.
- Na Tunísia e em Marrocos, foram apresentadas diversas Manifestações de Interesse e Propostas, e foi executado um novo contrato no âmbito da "Convenção de Cooperação", com a congénere Tunisina "Office National de l'Assainissement" (ONAS). Destaca-se ainda na Tunísia a preparação da proposta para um Contrato de Concessão para a Gestão de Sistemas de Saneamento na Região Norte de Tunes, por um prazo de 10 anos e com financiamento do Banco Mundial.
- No Malawi, continuou em desenvolvimento o projeto dos "Serviços de Consultoria de Preparação de uma Estratégia de Melhoria de Saneamento e Drenagem e Plano Diretor para a Cidade de Lilongwe", que está a ser desenvolvido por um consórcio de empresas que inclui a AdP Internacional.
- Em Timor Leste, o ano fica marcado pela conclusão do Projeto de Assistência Técnica à Direção Nacional de Saneamento Básico e pela adjudicação dos projetos de execução de sistemas de abastecimento de água e saneamento em quatro capitais de Município: Baucau, Los Palos, Viqueque e Same. A AdP Timor Leste apresentou-se em consórcio com a ENGIDRO - Estudos de Engenharia Lda. O contrato envolve a prestação de serviços de assistência técnica visando o desenvolvimento de projetos naquelas quatro capitais de distrito timorenses, que irão servir mais de 145 mil pessoas, e terá a duração de seis meses e envolvendo um valor de 2,1 milhões de USD.
- Na Índia, continuaram os trabalhos preparatórios tendentes à assinatura do contrato de assistência técnica com o Governo do Estado de Goa, que se concretizará no início de 2020.

É ainda de relevar que no último trimestre de 2019 foi assinado um contrato com o Banco Mundial para apoio à nova iniciativa global designada "Utilities of the Future". Este contrato, embora de pequena dimensão, é um sinal importante do reconhecimento do principal banco de desenvolvimento global sobre a mais-valia e competência da AdP I.

Em síntese, 2019 foi um ano importante para a expansão e consolidação das atividades da AdP Internacional, em novos mercados e nos países de expressão portuguesa. É de relevar o estreitar do relacionamento com o Banco Mundial que se iniciou em meados de 2019, no âmbito do novo projeto estratégico desta Instituição Financiadora Multilateral designado "Utilities of the Future". Neste âmbito, foi materializado um contrato com a AdP Internacional para assessorias específicas a operadores públicos na Ásia e na América Latina.

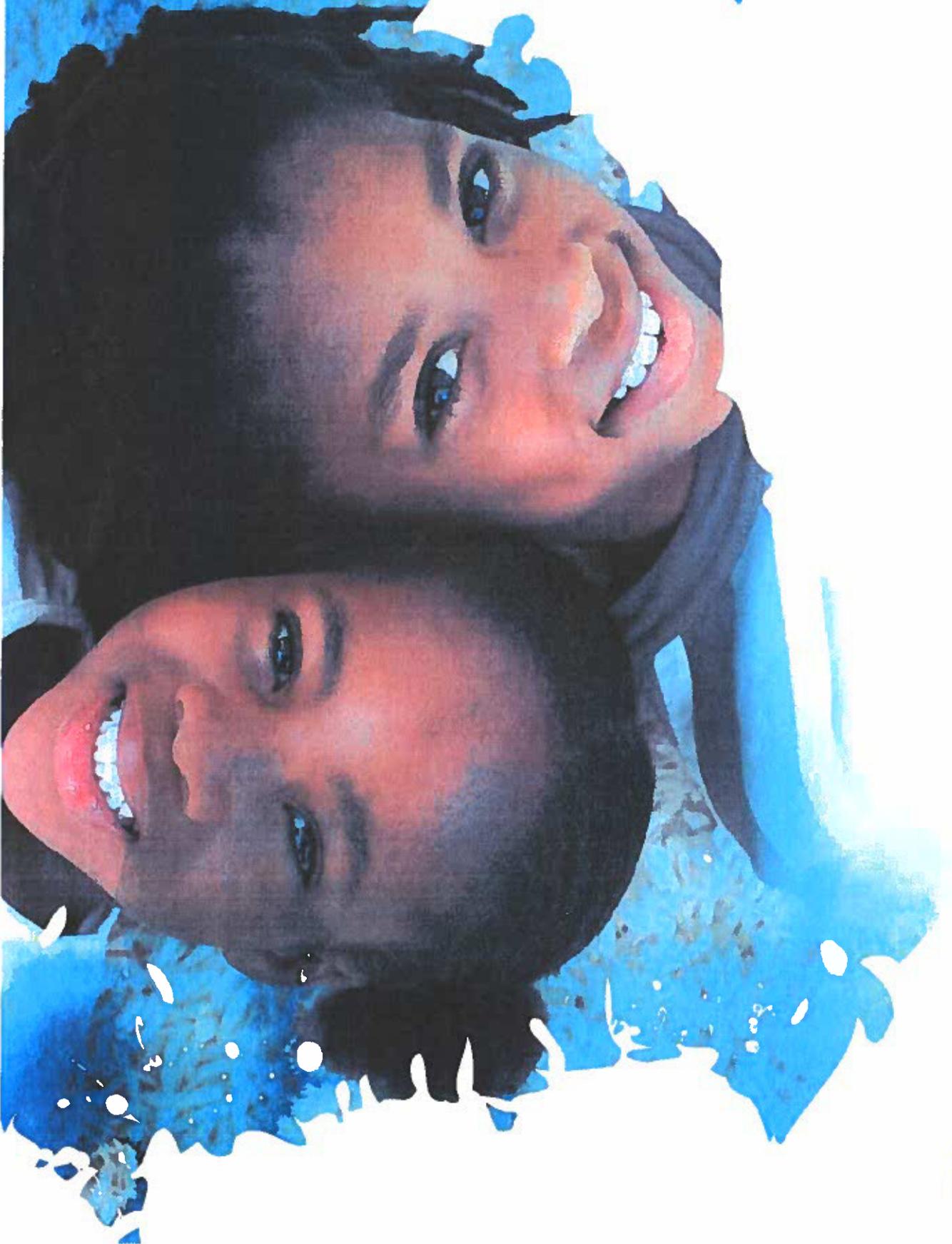
A nível financeiro é de assinalar a redução do EBITDA para 18 mil euros, fruto de uma diminuição em cerca de 500.000 euros do volume de negócios face a 2018, e de um aumento dos encargos financeiros em 112.683 euros, resultado da necessidade de emissão de novas garantias bancárias para os projetos acima referidos em Angola. Como aspeto positivo, é de salientar uma redução do endividamento bruto da AdP Internacional em 1.2 Milhões de euros, como corolário de um esforço de cobrança de clientes, nomeadamente junto da estrutura do Banco Mundial em Angola. Resumidamente, a nível interno, em 2019 consolidaram-se as seguintes medidas adotadas no último triénio, no sentido do aumento da eficiência operacional e da redução dos custos de estrutura da empresa.

A recuperação económica da AdP Internacional evoluiu de forma mais lenta do que previsto devido essencialmente ao atraso no arranque de novos contratos em Angola, nas províncias do Bengo e do Cunene, financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento, e na Guiné-Bissau, no projecto de Assistência Técnica à EAGB, e que tiveram um impacto significativo na redução do volume de negócios da empresa.

m f
p

Handwritten signature or initials

A Empresa



10/1
ai

A – A Empresa

Quem somos

A missão, a visão e valores

A AdP – Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A. (AdP Internacional) é uma empresa pública pertencente ao Setor Empresarial do Estado nos termos do DL 133/2013 de 3 de Outubro e detida a 100% pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A, criada em 2001, para concretizar a estratégia internacional do Grupo AdP.

A AdP Internacional tem como missão **prestar serviços a nível internacional** e apoiar iniciativas de cooperação para o desenvolvimento no setor dos serviços de águas, de forma eficiente, sustentável e inovadora, **capitalizando o conhecimento, a experiência e as soluções tecnológicas do Grupo AdP** e contribuindo para a projeção internacional do sector português da água, num quadro de ação em linha com os *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030*. Em linha com esta missão, a sua visão é ser reconhecida pelos clientes e parceiros internacionais como uma referência internacional na gestão de serviços de água e, nos mercados-chave onde atua, ser líder no setor do abastecimento de água e saneamento.

Em todas as linhas de atuação, a AdP – Águas de Portugal Internacional- Serviços Ambientais, S.A adota os **valores** da holding AdP SGPS. Acrescem a estes, os valores nucleares da AdP Internacional, que são as fundações da sua atuação a nível internacional, junto de clientes, das entidades financiadoras, dos parceiros e das comunidades locais:

Atividade, áreas de serviço, cadeia de valor e presença geográfica

A AdP – Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais é responsável pela **gestão dos negócios**



internacionais do Grupo Águas de Portugal, atuando como montra das capacidades do Grupo e veículo de disseminação das competências do Grupo nos mercados internacionais, constituindo-se como alavanca para a sua internacionalização.

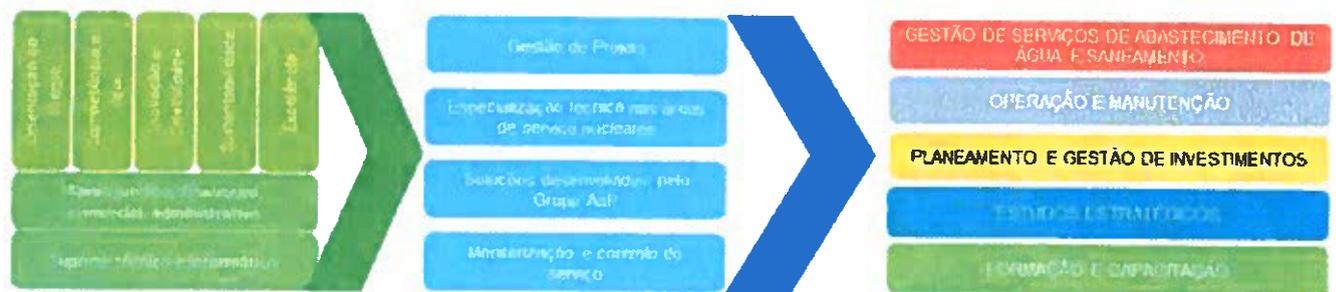
A AdP Internacional **exerce a sua atividade num ambiente concorrencial** nos mercados onde está presente. Na sua maioria, os contratos em execução pela AdP Internacional resultaram de concursos internacionais financiados por instituições financiadoras internacionais, nomeadamente, Banco Mundial, Banco Africano Desenvolvimento, Banco Asiático de Desenvolvimento, União Europeia, entre outros.

No âmbito das suas intervenções, a AdP Internacional tem vindo também a assumir um **papel de relevo no domínio da execução de projetos de cooperação internacional**, uma vez que, na sustentação de algumas iniciativas, está subjacente uma perspetiva de cooperação e responsabilidade social em detrimento de uma lógica exclusivamente comercial. A sustentabilidade económica é, contudo, o eixo fundamental da atividade desenvolvida.

Para concretizar a sua missão, a **AdP Internacional suporta-se essencialmente nas soluções, produtos e competências disponíveis nas empresas do Grupo** e estabelece parcerias com outras entidades nacionais, contribuindo assim para o reforço da presença do setor português da água nos mercados internacionais. Assim, os serviços nucleares da AdP Internacional refletem a experiência e o saber das empresas do Grupo AdP, e estruturam-se nos seguintes tipos de atividades:



A cadeia de valor da empresa, consubstanciada nas áreas de serviço nucleares e nas competências distintivas, pode representar-se da seguinte forma:



[Handwritten signature]

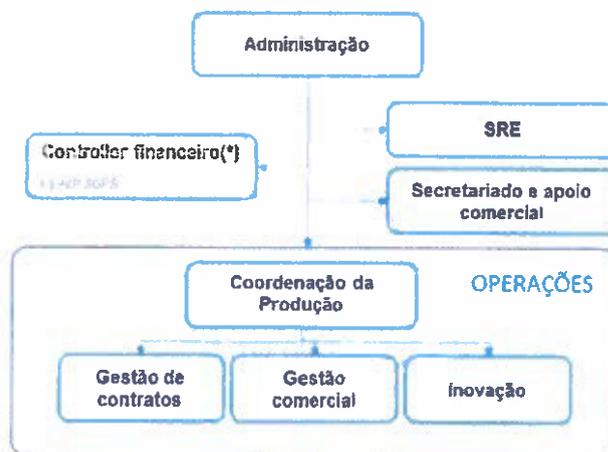
Estrutura acionista e Órgãos Sociais

A 31 de dezembro de 2019, o capital social da AdP – Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A. era integralmente detido pelos seguintes acionistas:

Acionista	%	Ações	Valor (Eur)
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100	35.000	175.000

Por deliberação da acionista única, a 1 de julho de 2016, foram eleitos os órgãos sociais para o mandato 2016/2018. A mesa da assembleia geral é composta por um Presidente e um Secretário, eleitos em Assembleia Geral. O Conselho de Administração é composto por quatro membros, um dos quais presidente. A Assembleia Geral elegeu o presidente e um vogal na condição de gestores executivos e dois vogais na condição de gestores não executivos. O Fiscal único Efetivo e Suplente (ROC) foram igualmente eleitos por deliberação da acionista única, tomada com efeitos a 1 de julho de 2016.

Na sequência da reestruturação definida em 2016 para otimizar os resultados e aumentar a eficiência operacional, a estrutura organizacional da AdP Internacional apresenta a seguinte configuração:



Um dos aspetos relevantes no novo modelo organizativo é a responsabilização dos elementos das equipas por áreas funcionais. A equipa de sede é uma equipa pluridisciplinar, com uma versatilidade que permite que cada elemento desempenhe diferentes funções, para dar resposta às prioridades que se vão colocando ao longo do ano.

Destaques do ano/Principais Acontecimentos

i. Síntese

O ano de 2019 fica marcado pela conclusão dos dois maiores contratos de Assistência Técnica em Angola, financiados pelo Banco Mundial e pelo atraso de cerca de 8 meses no arranque de dois novos contratos financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento, na ordem de 7 milhões de USD cada um. De facto, o mercado de Angola continua a ser o mais significativo nas actividades da AdP Internacional e as variações que ocorrem neste mercado têm um impacto muito relevante na empresa. Na Guiné-Bissau teve início um novo contrato de Assistência Técnica à Empresa de Electricidade e Águas da Guiné Bissau, financiado pelo Banco Mundial.

O posicionamento estratégico da empresa e o processo de reestruturação iniciado no 2º semestre de 2016 têm contribuído para a melhoria do seu desempenho e para que as metas fixadas pelo acionista para o triénio de 2016-2018 sejam atingidas, nomeadamente o equilíbrio económico e financeiro da empresa. Em 2019, destaca-se ainda o reforço dos esforços comerciais e a expansão da presença internacional em novos mercados em África e na Ásia. Em relação a novos mercados, nomeadamente à Índia, destaca-se o

Handwritten signature and initials.

trabalho comercial continuado, que irá gerar resultados em 2020, após a assinatura do contrato de assistência técnica firmado com o Governo do Estado de Goa, no passado mês de Fevereiro.

Resumidamente, a nível interno, em 2019 consolidaram-se as seguintes medidas adotadas em 2017, no sentido do **aumento da eficiência operacional e da redução dos custos de estrutura** da empresa:

- Otimização das estruturas dirigentes e de suporte presentes nos mercados-chave, nomeadamente em Angola, na Guiné-Bissau e em Moçambique. Nestes 3 mercados foi eliminada a função de direção-geral até que o volume de contratos em execução justifique uma alteração desta situação.
- Integração de funções de produção e de execução contratual na equipa especializada de sede da AdP Internacional. Para além das funções comerciais e de desenvolvimento de negócio, a equipa de sede assumiu funções de produção em vários contratos, a par da atividade comercial, o que contribuiu para a redução dos custos de estrutura da empresa.
- Implementação do processo de preenchimento de time-sheet e reforço do acompanhamento dos processos de contabilidade de gestão. Estas medidas estão a contribuir para a melhoria do acompanhamento da situação económica e financeira dos projetos e, consequentemente, da informação de gestão.

No que diz respeito à execução de contratos, destacam-se os seguintes acontecimentos:

- No mercado moçambicano, 2019 fica marcado pela implementação do PROJETO EVA, financiado pelo Fundo Ambiental.
- Em Angola, terminaram, em Junho, os dois contratos de Assistência Técnica às Empresas de Abastecimento de Água e Saneamento do Uíge e do Huambo e deu-se início, em Outubro, à execução de dois novos contratos financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento. Foi ainda concluído o projecto de apoio à EPAS Cabinda, no âmbito da rede GWOPA e executado o projeto MAZI, com financiamento do Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Ação Climática de Portugal.
- Em São Tomé e Príncipe, no seguimento das ações preconizadas nos anos anteriores, a AdP Internacional arrancou em Fevereiro de 2018 o Projeto MAAIS – Melhoria do Abastecimento de Água, Infraestruturas e Sensibilização da população de São Tomé e Príncipe – cujo beneficiário final foi a Empresa Pública responsável pelo Abastecimento de Água a todo o território do país, a EMAE - Empresa de Electricidade e Águas de São Tomé e Príncipe, financiado pelo Fundo Ambiental.
- No decurso do ano de 2019, a AdPI desenvolveu 3 projectos de Assistência Técnica em Cabo Verde, enquadradas no Fundo Ambiental Português, a saber: Assistência Técnica à Águas de Santiago na área comercial, "Roadmap" para o Estabelecimento de uma Política de Prevenção e Gestão de Conflitos nos Usos da Água em Situações de Escassez - Parte 2 e "Roadmap" para o Estabelecimento de uma Política de Prevenção e Gestão de Conflitos nos Usos da Água em Situações de Escassez - Parte 3.
- Na Guiné Bissau, o ano de 2019 foi marcado pelo arranque do contrato de Assistência Técnica à Empresa de Electricidade e Águas da Guiné Bissau (EAGB), em parceria com a EdP Internacional e com a Leadership Business Consulting. O contrato foi assinado em finais de 2018 e o projeto é financiado pelo Banco Mundial.
- Na Tunísia e em Marrocos, foram apresentadas diversas Manifestações de Interesse e Propostas, e foi executado um novo contrato no âmbito da "Convenção de Cooperação", com a congénere Tunisina "Office National de l'Assainissement" (ONAS). Destaca-se ainda na Tunísia a preparação da proposta para um Contrato de Concessão para a Gestão de Sistemas de Saneamento na Região Norte de Tunes, por um prazo de 10 anos e com financiamento do Banco Mundial.

- No Malawi, continuou em desenvolvimento o projeto dos “Serviços de Consultoria de Preparação de uma Estratégia de Melhoria de Saneamento e Drenagem e Plano Diretor para a Cidade de Lilongwe”, que está a ser desenvolvido por um consórcio de empresas que inclui a AdP Internacional.
- Em Timor Leste, o ano fica marcado pela conclusão do Projeto de Assistência Técnica à Direção Nacional de Saneamento Básico e pela adjudicação dos projetos de execução de sistemas de abastecimento de água e saneamento em quatro capitais de Município: Baucau, Los Palos, Viqueque e Same. A AdP Timor Leste apresentou-se em consórcio com a ENGIDRO - Estudos de Engenharia Lda. O contrato envolve a prestação de serviços de assistência técnica visando o desenvolvimento de projetos naquelas quatro capitais de distrito timorenses, que irão servir mais de 145 mil pessoas, e terá a duração de seis meses, envolvendo um valor de 2,1 milhões de USD.
- Na Índia, continuaram os trabalhos preparatórios tendentes à assinatura do contrato de assistência técnica com o Governo do Estado de Goa, que se veio a concretizar no dia 15 de Fevereiro último.

Em síntese, 2019 foi um ano importante para a expansão e consolidação das actividades da AdP Internacional, em novos mercados e nos países de expressão portuguesa. É de relevar o processo de relacionamento com o Banco Mundial que se iniciou em meados de 2019, no âmbito do novo projeto estratégico desta instituição financiadora multilateral designado “Utilities of the Future”. Neste âmbito, foi materializado um contrato com a AdP Internacional para assessorias específicas a operadores públicos na Ásia e na América Latina. A recuperação económica e financeira da AdP Internacional evolui de forma mais lenta do que previsto devido, essencialmente, ao atraso no arranque de novos contratos em Angola e na Guiné-Bissau.

Nos parágrafos seguintes é feita uma descrição detalhada dos principais acontecimentos ocorridos durante o ano de 2019.

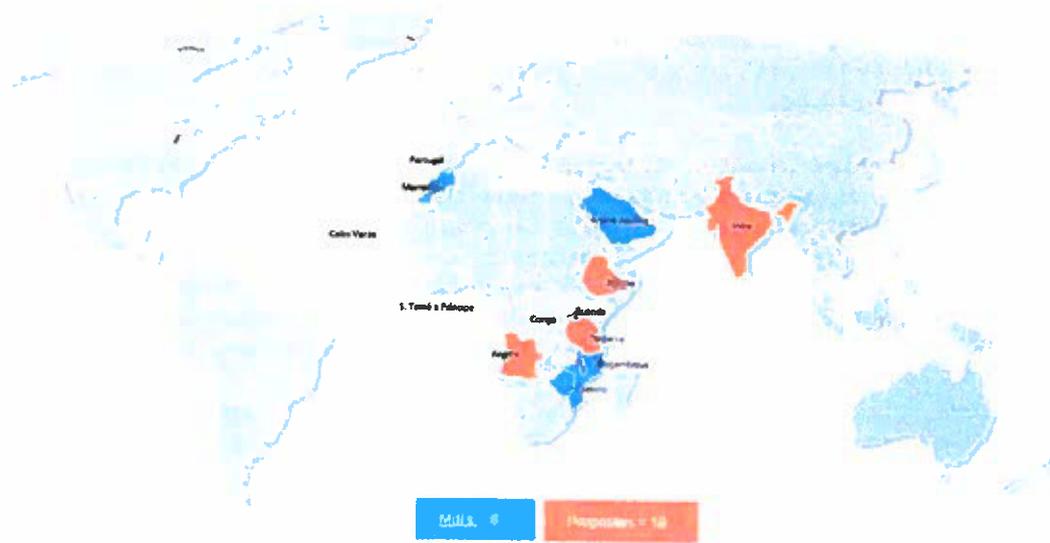
ii. Actividade comercial

Em 2019, verificou-se uma forte atividade de desenvolvimento de negócio. Em linha com o plano estratégico da AdP Internacional, manteve-se a aposta nos mercados prioritários (lusófonos) bem como a procura de oportunidades em novas geografias.

A atividade da AdPI centrou-se na identificação de novas oportunidades no Sector de Abastecimento de Água e Saneamento, financiadas pelas principais instituições multilaterais, designadamente Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento e Banco Asiático de Desenvolvimento.

As manifestações de interesse e propostas desenvolvidas foram ao encontro das áreas de competência do Grupo AdP procurando utilizar os recursos e o conhecimento interno bem como as ferramentas tecnológicas na implementação dos serviços propostos. Os países lusófonos mantiveram destaque entre os países beneficiários, em particular no continente africano. Procurou-se ainda diversificar as regiões de intervenção identificando oportunidades de negócio noutros países, desenvolvendo contactos e sinergias com outras entidades com experiências complementares permitindo reunir competências técnicas em consórcios internacionais que assegurem a possibilidade de sucesso das propostas apresentadas.

O mapa abaixo resume o nº de manifestações de interesse e propostas desenvolvidas em 2019.



Novos Contratos

Em 2019, destaca-se a formalização de 8 novos projectos, como de seguida se resume, sendo que desses, 3 (assinalados com *) são contratos de continuação de anos anteriores, facto que é relevante já que demonstra uma continuidade e potencial de impacto acrescido das ações em causa:

Designação	País	Financiador
Contrato de Gestão para Reforço de Capacidade, Operação e Manutenção da Empresa de Água do Bengo	Angola	Banco Africano de Desenvolvimento
Contrato de Gestão para Reforço de Capacidade, Operação e Manutenção da Empresa de Água do Cunene	Angola	Banco Africano de Desenvolvimento
MAZI – Cabinda	Angola	Instituto Camões
Projeto de Melhoria e Desempenho Técnico, Comercial e Financeiro da Empresa de Água e Saneamento de Bissau	Guiné Bissau	Banco Mundial
MAAIS II – Melhoria do abastecimento de água, infraestruturas e sensibilização *	São Tomé e Príncipe	Fundo Ambiental
Roadmap para a Gestão dos Conflitos dos Usos da Água - Fase 3 *	Cabo Verde	Fundo Ambiental
Road Map dos Resíduos em Cabo Verde – Fase III *	Cabo Verde	Fundo Ambiental
AT à Implementação de uma Rede de Controlo de Qualidade da Água em Dili	Timor Leste	Fundo Ambiental

Manifestações de Interesse

Em 2019 foram preparadas 8 manifestações de interesse respondendo a concursos internacionais financiados por instituições financeiras internacionais e centrando-se maioritariamente no continente Africano, conforme ilustrado no gráfico seguinte. Destas, 3 passaram à fase de proposta técnica e financeira e 5 aguardam ainda resposta.

Handwritten signature/initials



Propostas Técnicas

O ano de 2019 foi um ano de intenso desenvolvimento de propostas, tendo a AdPI preparado 18 propostas técnicas e financeiras em sede de concurso internacional. Dessas, 5 ainda estão a aguardar uma decisão, 11 não foram adjudicadas e 2 deram origem a novos contratos, nomeadamente os dois novos contratos de gestão para reforço de capacidade, operação e manutenção das empresas de águas no Bengo e Cunene em Angola e que contam com financiamento do Banco Africano de Desenvolvimento.

De salientar que na Índia, fruto da insistência comercial da AdPI, o contrato de assistência técnica ao PWD – Departamento de Obras Públicas do Estado de Goa foi assinado no dia 15 de Fevereiro de 2020, tendo para isso contribuído o trabalho de preparação do projeto desenvolvido em 2019 com o PWD. Este projeto irá, durante 2 anos, apoiar a PWD em ações de reforço do serviço de abastecimento de água e saneamento à população de Goa.

Na Tunísia, está em fase final a submissão de proposta para um contrato de concessão dos serviços de saneamento na zona Norte e Sul de Tunes, a capital, em consórcio com a EFACEC e com a MTT, uma empresa tunisina. Na Arábia Saudita, está-se a finalizar o processo de concurso, para entrega no início de 2020, que prevê um contrato de concessão para a Empresa Nacional das Águas desse país. Esta proposta envolve um consórcio liderado pela Miya.

O ano de 2019 foi também caracterizado pelo reforço das intervenções nos projetos que a AdPI já vinha a implementar nos anos anteriores, com particular ênfase em Angola onde terminaram, em Junho de 2019, os contratos de dois projetos de assistência técnica financiados pelo Banco Mundial nas províncias de Huambo e de Uíge.

Parcerias e consórcios

O estabelecimento de parcerias e consórcios faz parte da estratégia de desenvolvimento da atividade comercial, sendo esse um dos pilares estratégicos. Sozinhos vamos mais rápidos, mas juntos vamos mais longe.

A identificação de novas oportunidades de projetos passa também pelo estabelecimento de consórcios e parcerias que permitem chegar a outras geografias e potenciar as possibilidades de sucesso das propostas apresentadas.

As entidades parceiras dos projetos são, maioritariamente, empresas com experiência no sector da água e que actuam em áreas geográficas nas quais a AdPI procurou associar-se para reunir competências técnicas e experiência local no país alvo da intervenção.

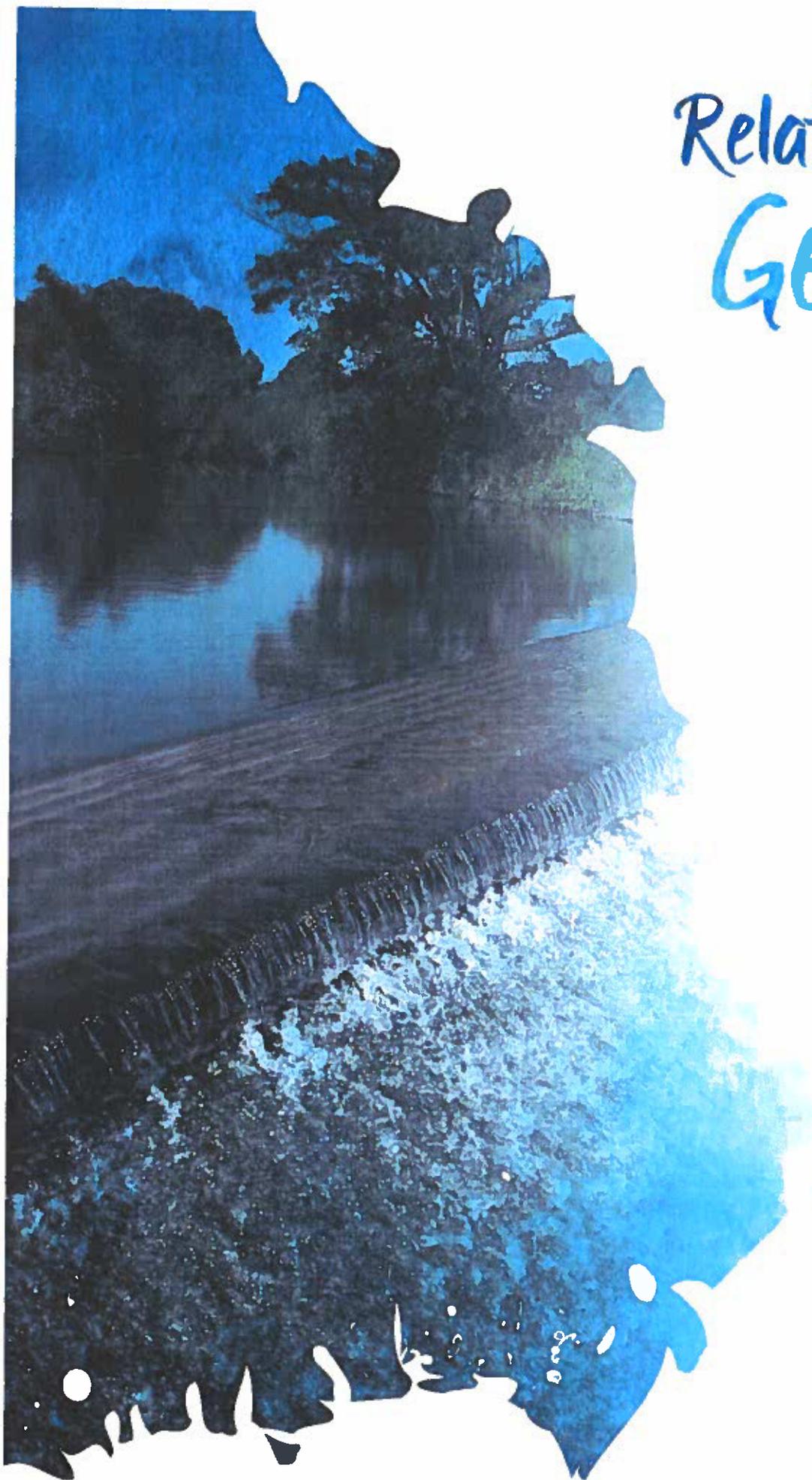
Em 2019, destaca-se a continuação da parceria com a WAPCOS Limited, uma empresa pública indiana associada ao Ministério de Recursos Hídricos que presta serviços nas áreas de recursos hídricos, energia e infraestruturas, com vários projetos em toda a Índia, Ásia e África.

No âmbito internacional destacam-se também a Nippon Koei, empresa japonesa de engenharia, a GFA Consulting, empresa alemã de consultoria para o desenvolvimento económico e social, a Miya, a Deloitte e a MTT (Tunísia), com as quais foram elaboradas respostas conjuntas a concursos internacionais nas geografias acima referidas.

Em Portugal, entidades de outros sectores, como a investigação científica e tecnológica e o desenvolvimento social, associaram-se a projetos da AdPI. Destaca-se o LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil), a organização não-governamental portuguesa IMVF – Instituto Marquês de Vale Flor, com competências específicas e atividade em áreas complementares que valorizaram as propostas de projeto apresentadas, e a EFACEC.

Handwritten signature/initials in blue ink.

Relatório de Gestão



21/10/11

iii. Projetos e iniciativas em curso (MFL)

Ações de cooperação

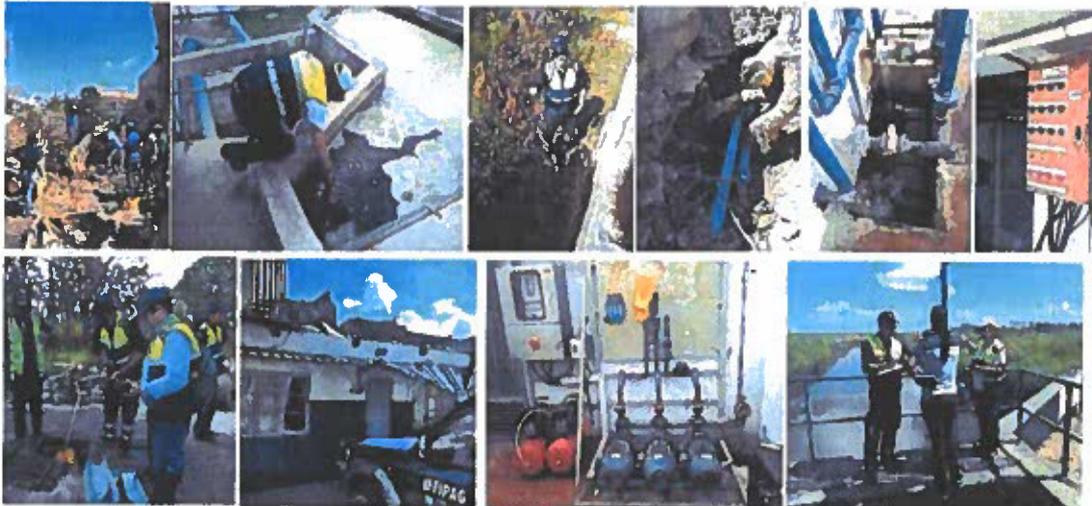
Em 15 de março último, o ciclone Idai atingiu a região centro de Moçambique, trazendo fortes ventos e causando graves inundações não só em Moçambique, como também em Madagáscar, Malawi e Zimbábue, causando mais de 1000 mortes e afetando outras centenas de milhares de pessoas. Mais de 2,5 milhões de pessoas sofreram os efeitos diretos do ciclone, com centenas de milhares precisando de ajuda. Seis semanas após esta situação de calamidade, o Norte de Moçambique sofreu novamente efeitos de outra tempestade de grandes proporções materializada pelo ciclone Kenneth que afetou significativamente a província de Cabo Delgado.

Tendo em consideração a gravidade da situação do abastecimento de água nas regiões afetadas bem como as prioridades de intervenção identificadas, a pedido do Ministério do Ambiente e da Ação Climática, a Águas de Portugal preparou, em estreita articulação com as autoridades moçambicanas, um plano de ação de ajuda humanitária, que consistiu nas seguintes principais ações:

- Disponibilização de uma equipa de peritos para avaliação das necessidades de reconstrução dos sistemas de abastecimento de água nas áreas afetadas (Beira, Tete e Moatize e Pemba);
- Fornecimento de uma ETA compacta existente, com capacidade de produção de 25 m³/h, pertencente à Águas do Vale do Tejo, um módulo de filtração de água e disponibilização de uma equipa de técnicos e operacionais para assegurar a instalação e operação da ETA;
- Fornecimento de reagentes para desinfecção de água.

A AdP Internacional participou ativamente neste projeto de ajuda humanitária, quer ao nível da sua coordenação, quer nas ações no terreno, que contaram com a participação de especialistas da AdP Internacional, da EPAL e da Águas do Norte. A duração total do projeto foi de 2,5 meses, ao longo dos quais foram realizadas missões às zonas afetadas.

Missão Beira



Missão Tete e Moatize



Missão Pemba



É de revelar o impacto positivo do projeto, reconhecido pelas autoridades moçambicanas. Para cada uma das ações delineadas, foram atingidos plenamente os resultados fixados, tendo o Grupo AdP dado o seu contributo para minimizar os efeitos catastróficos dos ciclones Idai e Kenneth.

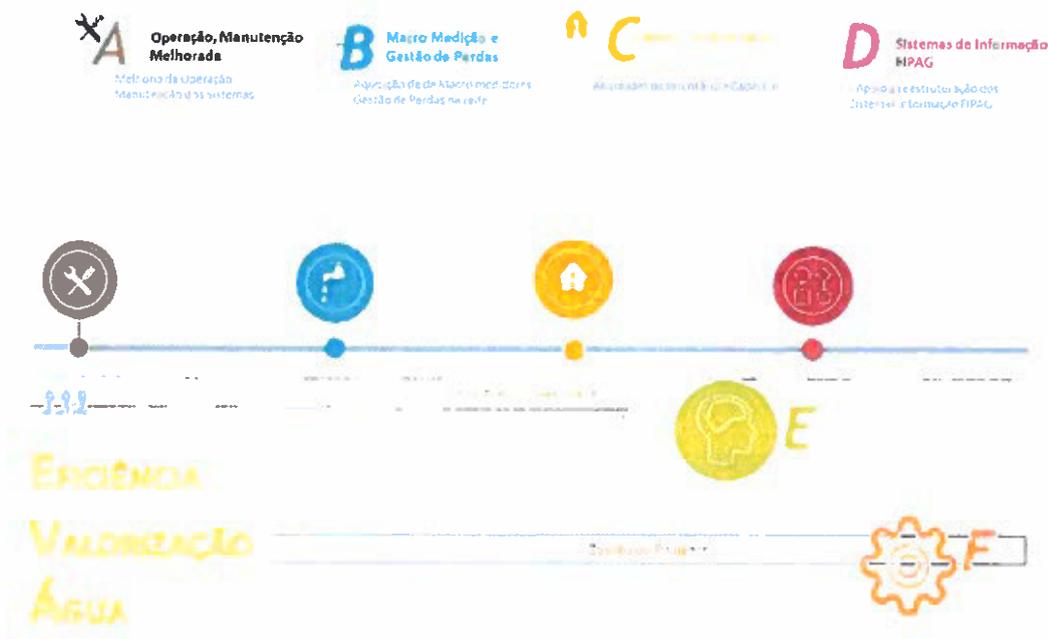
Países africanos da CPLP

Moçambique

No mercado moçambicano, 2019 fica marcado pela implementação do **PROJETO EVA – Eficiência e Valorização da Água**, com o financiamento do **Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e Transição Energética de Portugal**.

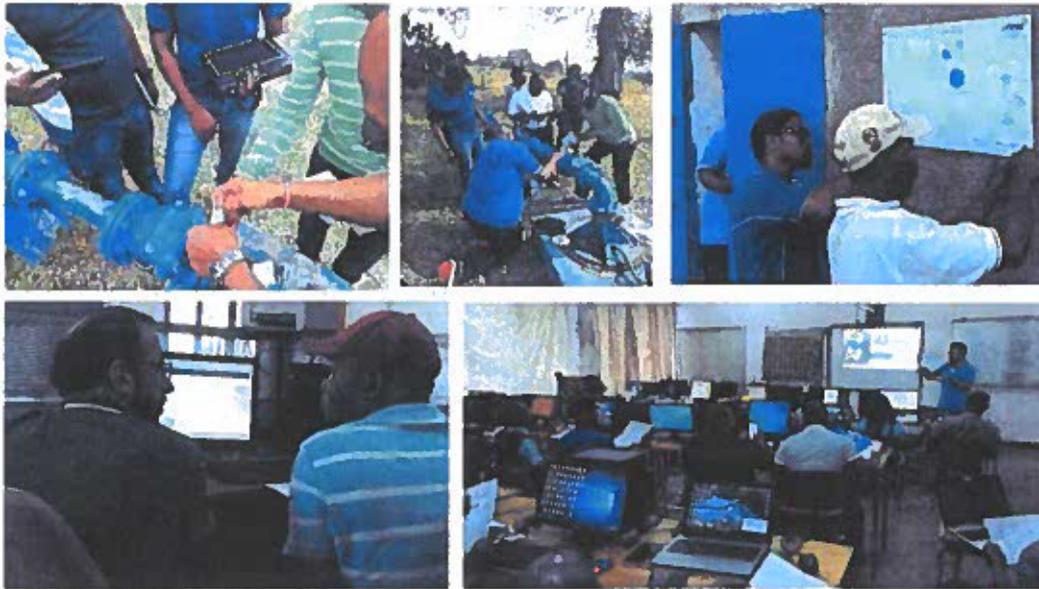
No ano de 2018, a Águas de Portugal Internacional, desenvolveu um projeto de Assistência Técnica ao FIPAG, em que uma das medidas centrou-se no apoio ao FIPAG na definição e implementação de diretrizes, políticas e modelos de Gestão do Património Infraestrutural (GPI) das infraestruturas de abastecimento de água, num quadro de adaptação às alterações climáticas.

O projecto EVA foi a continuidade dessa componente, em que foram definidas e implementadas medidas numa Área Operacional Piloto, Xai-Xai.

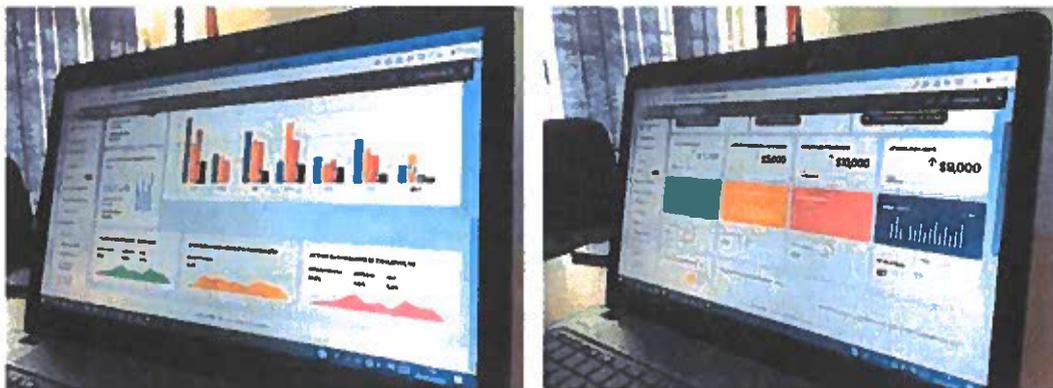


A capacitação técnica, em sala e no local de trabalho, foi um dos pontos fulcrais do projeto e contribuiu para a boa implementação do projeto, assim como para uma excelente assimilação de conceitos, de metodologias e das ferramentas que foram desenvolvidas e implementadas.

Handwritten signature/initials in blue ink.



Hoje, a área operacional do FIPAG, no Xai-Xai, tem a inventariação, assim como a caracterização do estado de condição e de operacionalidade dos seus ativos, toda realizada e esta já se encontra inserida no Sistema de Informação integrado do FIPAG.



O Sistema de Gestão da Manutenção desenvolvido pela AdPi - MANUTEC@ - foi parametrizado e instalado e está em Pleno funcionamento. O FIPAG Xai Xai atualmente gere toda a Manutenção – Corretiva e Preventiva - através deste Sistema, permitindo uma melhoria bastante na organização de toda a Manutenção.

Angola

Contratos de Operação e Manutenção das Empresas de Águas e Saneamento do Huambo e do Uíge.

Os contratos de Assistência Técnica às Empresas de Abastecimento de Água e Saneamento do Uíge (EASU) e do Huambo (EASH), com financiamento do Banco Mundial e por via do PDISA I e II (Plano de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas) tiveram início em Setembro de 2015 e terminaram em Junho de 2019. Note-se que o término de ambos estes contratos estava inicialmente previsto para Setembro de 2018, tendo havido duas extensões contratuais. Uma primeira até 31 de Dezembro de 2018 e uma segunda até 30 de Junho de 2019.

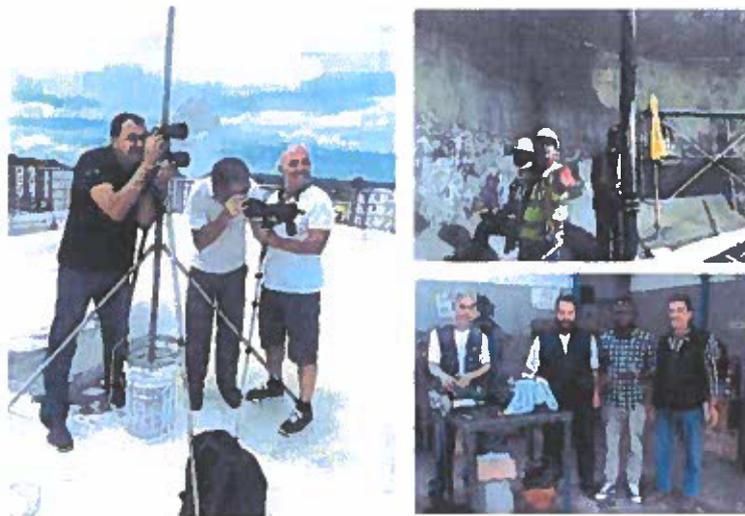
Handwritten signature or initials in blue ink.

O trabalho realizado ao longo dos 45 meses de AT centrou-se no apoio às áreas técnicas de operação e manutenção, financeira e comercial das Empresas contribuindo para a consolidação dos processos e rotinas. De seguida listam-se os principais serviços realizados:

- Elaboração de um Manual de Operação e acompanhamento na sua implementação;
- Desenvolvimento e acompanhamento da implementação de um Sistema de Gestão da Manutenção para equipamentos de produção, tratamento e distribuição de água;
- Desenvolvimento e acompanhamento da implementação do Programa de Manutenção Preventiva e do Plano de Manutenção Corretiva;
- Georreferenciação dos equipamentos e instalações;
- Gestão e operação das extensões de rede;
- Preparação e manutenção do modelo computadorizado EPANET da rede de distribuição de água;
- Implementação de melhorias nos processos inerentes à área comercial e de gestão de clientes, incluindo a implementação de um sistema de CRM (*Customer Relationship Management*), o Aquamatrix;
- Implementação do Gabinete de Gestão de Ativos;
- Definição de um programa de gestão de perdas;
- Implementação do sistema regular de medição e controlo da água distribuída e consumida;
- Implementação de melhorias nos processos inerentes à área financeira, incluindo o desenvolvimento e implementação de um sistema financeiro e contabilístico informatizado (ERP), o PHC, integrado com o CRM;
- Elaboração de planos financeiros anuais, incluindo reajustes tarifários necessários;
- Elaboração de um plano de negócios a 3 anos;
- Implementação do Plano de Segurança da Água.

De relevo, a formação contínua direcionada para todos os quadros técnicos da empresa, com base no planeamento definido e aprovado no início das Assistências Técnicas. Esta formação teve como principais vertentes de atuação: i) a formação específica em Portugal em empresas do Grupo AdP (destacando-se as Águas da Região de Aveiro e as Águas de Sto. André) nas áreas de operação, manutenção e atendimento comercial, contabilizando-se mais de 500 horas de formação e 30 técnicos formados por cada contrato de AT; ii) a formação em sala na EASU e EASH, tendo-se abordado as matérias mais operacionais, de inventariação, de manutenção e respetivos sistemas de informação e de operação no contexto do ciclo de vida das infraestruturas, bem como das matérias inerentes à vertente comercial e financeira das Empresas; iii) "on job", numa base diária alicerçada na troca de informação e na relação de confiança entre os técnicos da AT e os técnicos das empresas em questão.

O balanço de ambas as assistências técnicas é claramente positivo, tendo-se cumprido o principal objetivo de incrementar a qualidade do serviço que ambas as empresas de água e saneamento prestam aos seus clientes, tanto do ponto de vista da qualidade como da disponibilidade. Este facto é corroborado pelos indicadores de performance que foram implementados pela AT, não só uma obrigatoriedade contractual junto do financiador, Banco Mundial, mas também como forma de apoiar as empresas a monitorizar e avaliar o seu progresso. Neste sentido, destaca-se em ambas empresas o incremento substancial do número de clientes ativos, tendo-se passado de menos de 17.000 para cerca de 30.000 no Huambo e de 2.400 para quase 20.000 no Uige. Este indicador reflete a capacidade acrescida que ambas as empresas têm de gerir a sua base de clientes, fazendo-o agora com conhecimento de causa e apoiadas por ferramentas e sistemas de informação credíveis. Em adição, ambas as empresas viram as suas receitas subirem, permitindo-lhes uma recuperação de custos operacionais na ordem dos 60% na EAS Huambo e 77% na EAS Uige em Junho de 2019.



Contratos de Gestão para Capacitação, Operação e Manutenção das Empresas Públicas de Águas e Saneamento do Bengo e do Cunene.

No ano de 2019 foram assinados, no dia 28 de junho, dois Contratos de Gestão para Capacitação, Operação e Manutenção das Empresas Públicas de Águas e Saneamento do Bengo e do Cunene. Estes contratos têm como entidade contratante a Direção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas de Angola e são financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento. Os dois contratos atribuídos totalizam cerca de 14 M USD. O tempo de execução de ambos contratos é de 36 meses, tendo o contrato do Bengo iniciado no dia 29 de julho e o do Cunene no dia 2 de setembro.

Os contratos de assistência técnica têm como principais objetivos:



Apoiar o Conselho de Administração da Empresa Pública de Águas e Saneamento no estabelecimento efetivo da empresa (organização e processos)



Apoiar o Conselho de Administração da Empresa Pública de Águas e Saneamento no desenvolvimento e na coordenação da implementação do Sistema de Gestão da empresa



Operar e manter as instalações da empresa



Garantir a viabilidade da área comercial da empresa



Adquirir e fornecer peças, recursos operacionais e consumíveis (combustível e químicos)



Reforçar a capacidade da empresa e apoiar a área técnica e a área de gestão

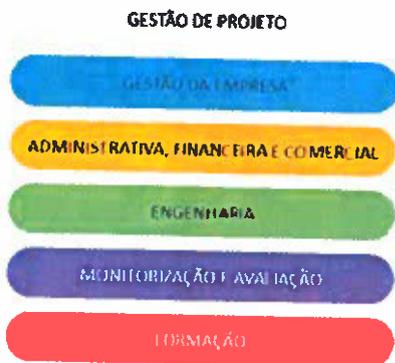


Transferir conhecimento à equipa da empresa e formar os estagiários a contratar

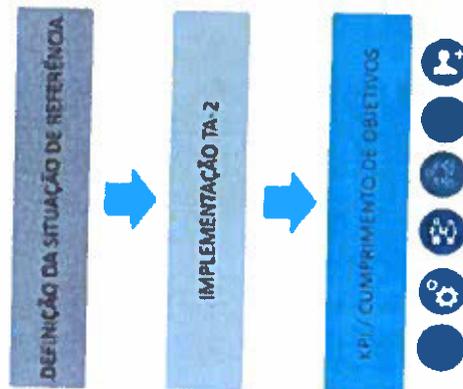
Em ambos os contratos, a equipa de peritos é composta por 12 elementos, a que acresce 6 estagiários contratados pela AdP. O esquema abaixo apresenta de uma forma esquemática os principais grupos de atividades e o processo global de desenvolvimento da assistência técnica.

*gi
af*

GRUPO DE ATIVIDADES



PROCESSO GLOBAL



A Empresa Pública de Águas e Saneamento do Bengo (EPAS BONGO, E.P.) foi criada pelo Decreto Executivo Conjunto n.º 276/17, de 5 de maio, cujo objeto é a gestão e exploração de sistemas públicos de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e drenagem de águas pluviais na Província do Bengo. A população estimada desta província é de 429 322 habitantes.



A empresa tem 87 colaboradores, incluindo o Conselho de Administração, e produz cerca de 170 000 m³ de água/mês. Com uma média de água faturada de 30%, a capacidade financeira da empresa é muito deficitária, o que constitui um dos principais focos de atuação da assistência técnica.



Handwritten signature or initials.

E após 5 meses...



A fase inicial dos trabalhos desenvolvidos pela AdP foi orientada para o conhecimento e levantamento pormenorizado dos meios humanos, técnicos e financeiros existentes na EPAS BENGU, indispensáveis para a evolução positiva da prestação de serviços por parte desta empresa. Estas atividades visaram contribuir para a definição da situação de referência da empresa e permitir ajustar o planeamento de atividades apresentado pela AdP na sua Proposta Técnica na fase de Concurso. No contexto das atividades desenvolvidas, destacam-se os resultados obtidos no incremento das cobranças, em resultado do cadastro de ligações /clientes e da definição de procedimentos de realização de leituras e entrega de faturas, a definição e implementação do Plano de Controlo de Qualidade da Água, o fornecimento de reagentes e o estabelecimento de procedimentos de registo de dados técnicos, financeiros e de recursos humanos.

O contrato do **Projeto de Capacitação para a Gestão, Operação e Manutenção da Empresa Provincial de Água e Saneamento de Cunene (EASC)** teve início em Setembro de 2019 com a mobilização da equipa técnica para a Ondjiva, capital da Província de Cunene onde se localiza a sede da EASC. Esta equipa deverá permanecer em Angola até 2022 assegurando apoio à atividade da empresa com os seguintes objetivos:

- Reforçar a capacidade na área técnica e de gestão
- Apoiar organização e implementar processos
- Apoiar o CA no desenvolvimento e na implementação do Sistema de Gestão da Empresa
- Garantir a viabilidade da área comercial da empresa
- Transferir conhecimento aos técnicos da empresa e formar 6 estagiários contratados
- Fornecimento de Recursos Operacionais (peças, equipamentos, e consumíveis)
- Operar e manter as instalações e as infraestruturas da empresa

Todas as áreas de atividade previstas para cada um destes objetivos foram já iniciadas pela equipa de peritos principais que trabalham junto dos técnicos e responsáveis da EASC, assegurando assistência técnica específica às áreas de Produção de Água, Gestão Comercial, Operação e Manutenção. Nos 3 anos de projeto serão ainda mobilizados outros peritos para apoio em áreas essenciais para assegurar a evolução da empresa, nomeadamente a área de Recursos Humanos, Financeira, Qualidade da Água e Sensibilização Social.

O ano de 2019 foi essencial para assegurar a consolidação da equipa técnica e perspetivar a execução da intervenção até 2022.

Handwritten signature or initials in blue ink.



O Projeto **“MAZI” – Assistência Técnica à Empresa de Água e Saneamento de Cabinda** foi uma iniciativa implementada com o apoio financeiro do Fundo Ambiental português.

O MAZI foi delineado pela AdP para estar alinhado com a estratégia definida pelo Governo de Angola (GdA) e para potenciar a resiliência dos sistemas de abastecimento a Cabinda reforçando as competências e capacidade dos técnicos, aumentando a disponibilidade de água para a população, em quantidade e qualidade, melhorando o acesso à água e diminuindo a incidência das doenças hídricas e contribuindo para a melhoria dos conhecimentos dos seus técnicos neste sector.



Este projeto foi iniciado com a EPASCABINDA, entidade responsável pelo abastecimento de Água a todo o território da Província de Cabinda e tutelada pelos Ministérios da Economia e da Energia e Águas. O objetivo global da intervenção foi o de apoiar a gestão sustentável do abastecimento de água em Angola, reforçando a resiliência dos sistemas de abastecimento tendo em conta os efeitos adversos da diminuição dos índices pluviométricos e assegurando a disponibilidade de água para a população da província de Cabinda, melhorando a quantidade, a qualidade e o acesso à água para consumo humano de forma a melhorar as condições de vida da população, em particular os grupos mais vulneráveis de mulheres (adultas, jovens e meninas), combatendo situações de pobreza pela promoção de modos de vida sustentáveis.

Mais uma vez, a capacitação técnica e a transferência de conhecimentos foi um dos pontos-chave do projeto que teve duas componentes: a formação em contexto de trabalho e ações em sala. A metodologia escolhida tem como base a complementaridade entre as duas ações e contribuirá para a boa implementação do projeto e para uma melhor aquisição de conhecimentos, conceitos, metodologias e ferramentas que serão desenvolvidas.

No ano 2019, foram implementadas as principais atividades de apoio à empresa, continuando a AdP a disponibilizar apoio para a concretização de outras ações que foram iniciadas neste ano mas para as quais a empresa vai solicitando apoio, para o qual a AdP vai respondendo positivamente numa perspetiva de sustentabilidade da intervenção iniciada.



São Tomé e Príncipe

Em 2019, foi implementado o Projeto **MAAIS2 – Melhoria do Abastecimento de Água, Infraestruturas e Sensibilização da População (2)**, com o financiamento do Fundo Ambiental do Ministério Português do Ambiente e cujo beneficiário final foi a Empresa Pública responsável pelo

Mif

Abastecimento de Água a todo o território do país, a EMAE - Empresa de Eletricidade e Águas de São Tomé e Príncipe.

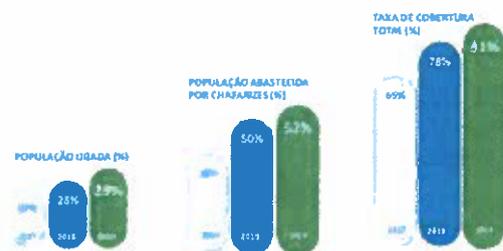
O MAAIS2 encerrou os 3 anos de Cooperação definidos no Protocolo de Cooperação entre Ministério do Ambiente de Portugal e o Ministério de Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente de São Tomé e Príncipe, assinado em Janeiro de 2017.

As áreas de intervenção durante os 3 anos de Assistência Técnica à EMAE foram:



Os grandes objetivos e respetivos resultados alcançados foram:

- **Aumento da taxa de Cobertura**
A EMAE passou de 65% para 81%



- **Melhoria da Gestão Operacional**

A implementação de novas metodologias, a melhoria dos processos, a elaboração de instruções claras para os processos e a melhoria dos registos e do seu controlo, permite à EMAE ter hoje uma maior capacidade técnica de resposta aos problemas. Todos os 16 Sistemas estão também dotados com instruções claras e simples sobre os processos operacionais e de manutenção.

Levantamento Cadastral das Infraestruturas
Levantamento Cadastral da Rede

IMPLEMENTAÇÃO SIG



- **Melhoria da Qualidade da Água Fornecida às Populações**

O apoio à EMAE na melhoria dos serviços de Controlo e Monitoria da Qualidade da Água, onde podemos destacar a elaboração e implementação do plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) e de melhorias em todo o processo laboratorial, resultou em que, atualmente, 98% da água fornecida é tratada.

A EVOLUÇÃO DA ÁGUA TRATADA



- **Maior Conhecimento e Sistematização da Informação**

O levantamento e cadastro de todos os ativos e da rede permite que, hoje, a EMAE tenha uma base de dados consolidada e atualizada permitindo uma gestão mais cuidada e sustentável.

97
10 f

Paralelamente, foi implementado o Sistema de Informação geográfica (G/ Interaqua) relativo a todos os 16 sistemas de Abastecimento de Água da responsabilidade da EMAE tendo sido também instalada uma versão WEB (Web SIG) para visualização e consulta por toda a EMAE, nomeadamente a Área Comercial.

- **Implementação de Macromedição para Quantificação e Redução de Perdas**



Foram adquiridos e instalados 17 macro medidores, com diâmetros compreendidos entre DN65 e DN250, nos principais Sistemas de Abastecimento da EMAE que não tinham qualquer equipamento para medição. Paralelamente foi instalado um Sistema SCADA para a supervisão dos caudais e alertas em tempo real em caso de anomalias. Esta medida veio

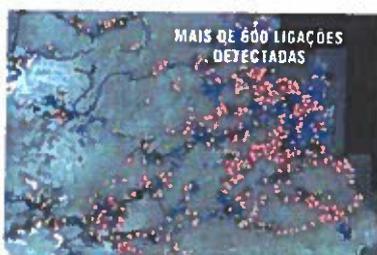
possibilitar à EMAE um maior controlo dos volumes produzidos e um passo deveras importante para minimização das perdas de água nos sistemas. Os medidores instalados são dotados de tecnologia que permite a fácil visualização em telemóvel das variações dos caudais.

O sistema de supervisão implementado consiste num SCADA (Supervisory Control and Data Acquisition) denominado ZENON V8.0, que compreende uma gama completa de software e hardware integrados, permitindo uma total integração da supervisão. O sistema de supervisão ZENON contribui para um maior retorno sobre os ativos, melhorando o controlo global da produção, maximizando a disponibilidade do processo e minimizando a manutenção.

O sinóptico principal do sistema de Supervisão tem uma representação gráfica do mapa de S. Tomé e Príncipe com botões de navegação para aceder a cada um dos sistemas permitindo um acesso fácil e rápido a cada um dos sinóticos dos sistemas.

- **Redução das Ligações Ilegais**

A Implementação do SIG e o levantamento cadastral total da rede de abastecimento permite um maior conhecimento e controlo das ligações, tendo já sido detetadas e corrigidas cerca de 600 ligações ilegais.



- **Garantir a Manutenção das Instalações da EMAE**

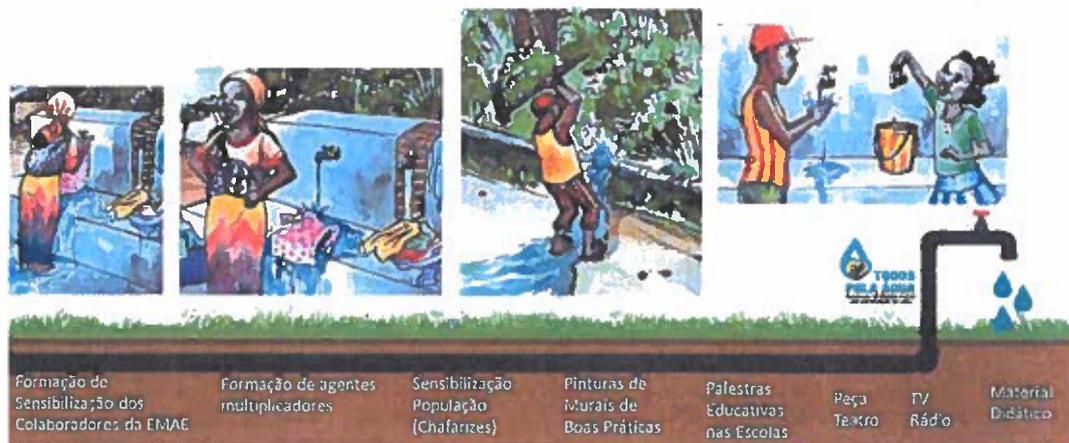
Destaca-se o desenvolvimento e implementação de uma ferramenta de Gestão de Manutenção (Manutec) e a aquisição e entrega de um conjunto vasto de ferramentas, de manutenção de forma a dotar as equipas de meios para realizar as intervenções de manutenção.



- **Sensibilização da População sobre o Uso Sustentável da Água**

Handwritten signature or initials in blue ink.

Foram desenvolvidas várias ações nas escolas e junto da população em lavandarias e fontanários, com o objetivo de alertar e sensibilizar para o bom uso das infraestruturas de abastecimento e para o uso sustentável da água. As ações foram desenvolvidas em total parceria com a Parceria Nacional para a Água de São Tomé e Príncipe (PNASTP).



- **Implementação de uma ferramenta de gestão de Indicadores de desempenho**, adaptada à realidade e estrutura da EMAE com permissões de acesso e responsabilidades por cada uma das áreas de intervenção. Esta ferramenta gere cerca de 30 indicadores de desempenho relacionados com as áreas de intervenção da EMAE no domínio da água e permite à Direção Geral e aos responsáveis dos vários Departamentos acompanharem, de forma prática, a evolução mensal e anual dos seus resultados.

Por último, destaca-se o desenvolvimento contínuo de ações de capacitação em local de trabalho e formações em sala que facilitou a transferência de conhecimentos e capacitação contínua dos quadros técnicos da EMAE.

Foram ainda realizados 2 Workshops em 2019, um realizado durante a semana Comemorativa do Dia Mundial da Água, subordinado ao tema “EMAE – Não deixar ninguém para trás”, e outro realizado em dezembro para apresentação da globalidade dos trabalhos realizados e dos objetivos atingidos. Ambos contaram com a presença do Sr. Ministro das Obras Públicas, Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente de São Tomé e Príncipe, Sr. Eng. Osvaldo Abreu e do Sr. Embaixador de Portugal em São Tomé e Príncipe, Dr. Luis Gaspar da Silva.



O projeto recebeu a total recetividade e a colaboração por parte dos responsáveis e técnicos da EMAE, demonstrando um grande apreço pelo trabalho que foi desenvolvido, pelas novas ferramentas introduzidas e pelas melhorias sentidas nas várias áreas de atuação.

É de salientar também o reconhecimento por parte do Ministério das Infraestruturas, Recursos Naturais e Ambiente de São Tomé e Príncipe e pela própria EMAE, pelas ações preconizadas e pelas mais-valias que a Assistência Técnica trouxe à gestão operacional e administrativa desta empresa.

Cabo Verde

No decurso do ano de 2019 a AdPI desenvolveu 2 Assistências Técnicas em Cabo Verde enquadradas no Fundo Ambiental Português, a saber:

“Roadmap” para o Estabelecimento de uma Política de Prevenção e Gestão de Conflitos nos Usos da Água em Situações de Escassez – Fase 3

No decurso do ano de 2017, sob o enquadramento dos protocolos de Cooperação ratificados entre Portugal e Cabo Verde na área do Ambiente, a Águas de Portugal Internacional procedeu ao desenvolvimento de um documento estratégico (Road Map) para ANAS evidenciando um conjunto de linhas orientadoras que deveriam ser tomadas em consideração para a elaboração de uma análise

Handwritten signature/initials

multidimensional que contribuisse para a regulamentação das prioridades dos usos da água em situações críticas.

Em 2018, foi dada continuidade ao projeto, sendo que nesta 2ª fase se pretendeu produzir um "tool-kit" sobre prevenção e gestão de conflitos de água concebido de acordo com as especificidades política, económica, social, tecnológica e ambiental de Cabo Verde, alinhado com as suas estratégias de gestão dos recursos hídricos e elaborado "in situ", com a participação das partes interessadas, nomeadamente dos diversos utilizadores, agentes de desenvolvimento e funcionários das autoridades públicas. Com o "tool-kit" procurou-se enunciar as razões que explicam os conflitos, as estratégias para os prevenir e gerir, os instrumentos que se podem utilizar e ainda constituir um guia de ação para os decisores e agentes no terreno com responsabilidade da sua resolução.

Em 2019, pretendeu-se intervir através do desenvolvimento de ações de formação que permitissem aos agentes da administração, nos seus vários níveis, verem-se capacitados para intervenções no terreno mais



eficazes, para uma melhor gestão das atitudes e comportamentos e ainda aprofundar a formulação das estratégias e políticas de prevenção e gestão de conflitos. Assim, quanto à formação, pretendeu-se: **Alargar**- formação inicial para extensionistas e delegados da ANAS que não estiveram nas ações levadas a cabo em 2018; **Aprofundar**- formação mais qualificada em gestão comportamental e nas ferramentas de prevenção e gestão de conflitos apresentadas no Toolkit, dirigidas essencialmente a técnicos que frequentaram as ações de 2018; **Diversificar**- formação especificamente dirigida a quadros dirigentes, responsáveis e administradores, em Formação de Liderança e Negociação utilizando o método de Harvard.

"Roadmap" dos Resíduos em Cabo Verde

No projeto "Roadmap dos Resíduos em Cabo Verde", resultante da parceria com a empresa Ecovisão, em 2019, foi dada continuidade ao trabalho desenvolvido nos anos anteriores. Neste projeto foram elaborados dois tipos de documentos principais de planeamento para o setor dos resíduos, a saber: na Fase 1 (desenvolvida em 2015-2016), uma estratégia nacional, consagrada no Plano Estratégico Nacional de Prevenção e Gestão de Resíduos (PENGeR); na Fase 2, em 2017, um conjunto de planeamentos operacionais, definidos em Planos de Ação para 5 ilhas do arquipélago (Sal, S. Vicente, Brava, Fogo e Santo Antão); na Fase 3, em 2018, os Planos de Ação para as ilhas de São Nicolau e Maio; e, finalmente, na Fase 4, em 2019, o Plano de Ação para a ilha de Santiago.

As Fases 2, 3 e 4 do projeto compreenderam assim uma operacionalização da estratégia proposta, avaliando em detalhe as soluções definidas no PENGeR e aferindo a sua adequabilidade e viabilidade, estabelecendo assim o quadro de soluções tecnológicas e de gestão para o setor dos resíduos em cada ilha. Os planos de ação desenvolvidos transpõem assim para uma vertente operacional o delineado no PENGeR, propondo uma visão global para a gestão de resíduos em cada ilha até 2030.

Este processo foi complementado por um conjunto diverso de ações de capacitação, onde foi dado destaque à temática das alterações climáticas e a sua relação com o setor dos resíduos, à estruturação da gestão de resíduos e interligação aos princípios de circularidade económica, e também um foco à vertente de implementação de projetos, qualificando estes elementos para o futuro acompanhamento de projetos diversos na área dos resíduos e alterações climáticas.

Guiné-Bissau

Durante o ano de 2019, foram efetuadas várias missões à Guiné Bissau, onde foram realizadas reuniões de trabalho com governantes guineenses e parceiros de desenvolvimento da Guiné Bissau tais como: Embaixada de Portugal na Guiné Bissau, AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, União Europeia, UEMOA – União

M F
P

Económica e Monetária da África Ocidental e outras entidades, com vista à prospeção do mercado e a conhecer os planos de financiamento no sector do abastecimento de água.



Nesse contexto, a AdP I, em consórcio com a EDP I e a Leadership, concorreu e ganhou o concurso de **Assistência Técnica à Gestão da EAGB – Electricidade e Águas da Guiné Bissau**, no valor de 3.924.640 € (três milhões, novecentos e vinte e quatro mil, seiscentos e quarenta euros). A AdP I representa 42,4% do consórcio.



Os trabalhos da assistência técnica tiveram início em 02 de Maio de 2019 e contam com dois peritos dos quadros da AdP Internacional. A equipa do consórcio é composta por cinco diretores permanentes na EAGB, dos quais dois quadros da AdP Internacional, responsáveis pelas áreas do abastecimento de água e área administrativa e financeira.

Para além dos cinco diretores, a equipa da AdP Internacional é reforçada por cinco dos treze peritos de curta duração que farão várias missões de apoio, durante os três anos do contrato, com opção de mais um.

Norte de África | Tunísia

Durante o ano de 2019, a AdP Internacional prosseguiu as atividades na África Francófona, particularmente na Tunísia e em Marrocos, com a apresentação de diversas Manifestações de Interesse e Propostas.

A nível operacional foram efetivamente desenvolvidas as ações previstas, no contrato com a “Convenção de Cooperação”, com a congénere Tunisina “Office National de l’Assainissement” (ONAS). Este projeto é composto por cinco (5) componentes distintas, todas na área do saneamento e tratamento de águas residuais, nomeadamente:

- Saneamento de povoações com menos de 10.000 habitantes - estudo técnico-económico para escolha dos sistemas de tratamento mais adequados;
- Elaboração de um plano de 5 anos, para destino final das lamas (de ETAR), para a Região Norte da Tunísia;
- Desenvolvimento de um Estudo Estratégico para a Eficiência Energética nas ETAR da ONAS;
- Reaproveitamento das águas residuais, com tratamento terciário na Estação de Tratamento de Águas Residuais de Mornagula: Aplicação às culturas hortícolas (excluindo o espectro cultural);
- Apoio técnico e institucional à governança descentralizada dos serviços de saneamento.



Recorda-se que estes 5 projetos são financiados pelo Fundo Ambiental, patrocinados pelo Instituto Camões para a Cooperação e Língua. Este financiamento decorre do "Memorando de Entendimento", entre o Ministério de Assuntos Locais e Meio Ambiente, da República da Tunísia, e o Ministério do Ambiente e da Ação Climática Português, assinado em Janeiro de 2018, e do "Acordo de Cooperação", entre o OFFICE NATIONAL DE L'SASAINISSEMENT (ONAS) da Tunísia e a AdP Internacional, assinado em Setembro de 2018.



Deste modo foi assinado, em Dezembro de 2018, o "Contrato de Prestação de Serviços" da AdP Internacional à ONAS, tendo os trabalhos sido desenvolvidos ao longo do primeiro semestre de 2019.

No âmbito dos 5 projetos desenvolvidos, foram envolvidos técnicos especialistas em saneamento da AdP Internacional assim como peritos do Grupo AdP nas restantes diversas áreas abrangidas.



Tal como se encontrava previsto efetuaram-se diversas visitas dos peritos portugueses à Tunísia, partilhando a sua experiência e conhecimento e contribuindo para o sucesso dos cinco projetos, tal como foi reconhecido pela ONAS.

Do ponto de vista comercial, na sequência do Concurso público com pré-qualificação, lançado pela ONAS, para o estabelecimento dos "Contratos de concessão da exploração de infraestruturas de águas residuais, com duração de 10 anos", que incluem a gestão, operação e manutenção, trabalhos de reabilitação e substituição de grandes equipamentos, composto por dois lotes: "Lote 1 - Infraestruturas da zona norte da área metropolitana de Tunis" e "Lote 2 - Províncias de Gabés, Médenine, Sfax e Tataouine", que a AdP se encontra a participar juntamente com a Efacec e a MTT (empresa Tunisina), efetuaram-se diversas visitas aos locais em concurso, tendo-se optado por apenas apresentar proposta no lote 1, face aos constrangimentos na obtenção de informação para o lote 2. O prazo de entrega das propostas foi sendo sucessivamente adiado para o início de 2020, tendo a AdP Internacional envolvido recursos humanos internos, bem como de diversas empresas do Grupo AdP.

Norte de África | Marrocos

A atividade comercial neste país foi particularmente intensa no final do ano, com a participação em diversas propostas, que resultaram dos processos de pré-qualificação. Destacam-se as propostas lançadas pela ONEE – Office National de l'Electricité e de l'Eau Potable, nomeadamente os processos: "Appelle d'Offre n° 17 DAM/S/2019", "Assistance technique au Programme d'AEP des petits et moyens centres composante 2, Tranche I (PMC,C2,T1)" e o "Appelle d'Offre n° 50DAM/S/2019 Assistance technique du programme amélioration des performances II - Phase II".

Prosseguem os esforços no sentido de reativar a parceria entre a AdP e a ONEE, existente desde 2007, e da Convenção específica assinada em Julho de 2016, com a apresentação do documento "Possíveis eixos de cooperação entre a AdP e ONEE, baseados na geminação e reforço das capacidades", apresentado à ONEE em Maio e de que ainda se aguarda resposta.

Handwritten signature or initials in blue ink.

África Francófona | Costa do Marfim

No quadro de cooperação entre o Estado Português e a República da Costa do Marfim, a AdP Internacional apresentou ao Ministério do Ambiente e Salubridade da Costa do Marfim, diversos documentos com vista à definição de uma estratégia de cooperação, financiada pelos governos Português e Costa Marfinense, dos quais se destaca: “Possíveis eixos de cooperação e Reforço das Capacidades no Quadro da cooperação entre Portugal e a Costa do Marfim, a nível de saneamento e drenagem, baseadas na geminação e reforço das capacidades”.



Paralelamente, e ainda no quadro de cooperação entre os dois Ministérios, a AdP procedeu à análise de quatro projetos de Drenagem (cidades de Yamoussoukro, San Pedro, Bouaké e Grand Bassan), tendo uma delegação de peritos da AdP efetuado uma visita ao país, em Novembro.

Na sequência do sucesso desta visita, o Ministério do Ambiente e Salubridade da Costa do Marfim evidenciou ao congénere Português, a necessidade de cooperação em três (3) principais eixos, solicitando apoio para:

- Formação de Quadros técnicos e decisores, no âmbito de transporte e tratamento de águas residuais, nomeadamente nas áreas:
 - Modelo de gestão do saneamento de ETAR's de pequenos aglomerados populacionais e geograficamente dispersas;
 - Programa de Manutenção para o saneamento;
 - Partilha da experiência Portuguesa na manutenção de estações elevatórias, condutas e ETAR;
 - Desenvolvimento das melhores práticas na reutilização do efluente final das ETAR;
 - Desenvolvimento de ETAR de plantas, aplicáveis em zonas de altas temperaturas e baixa humidade.
- Apoio técnico no desenvolvimento do Projeto Gran Bassan
- Apoio técnico à Comunicação desenvolvida pelo Ministério do Ambiente e Salubridade



Aguardam-se novos desenvolvimentos sobre esta matéria no primeiro semestre de 2020.

Malawi

Prossegue a prestação de serviços, para a realização dos “Serviços de Consultoria de Preparação de uma Estratégia de Melhoria de Saneamento e Drenagem e Plano Diretor para a Cidade de Lilongwe”, em que a AdP Internacional se encontra a participar em consórcio com a Engidro e a Agripro Ambiente. Decorrente do contrato assinado entre o Consórcio e o cliente (composto pela República do Malawi, o Conselho da Água de Lilongwe e o Conselho Municipal de Lilongwe), as diversas fases deste projeto têm vindo a ser desenvolvidas. Contudo, o difícil relacionamento interno entre as diversas autoridades no Malawi, tem dificultado a receção definitiva dos documentos finais do Consórcio, protelando a emissão e pagamento das respetivas faturas.

Este estudo é financiado pelo Banco Mundial, com a participação de técnicos especialistas da AdP Internacional e do Grupo AdP, bem como de outros reputados especialistas portugueses.

O projeto tem a duração de 18 meses, abrindo novas áreas de intervenção da AdP Internacional neste país, bem como nos países limítrofes.

Ásia e Timor-Leste

No ano de 2019, a AdP Timor Leste terminou o projeto de Assistência Técnica à Direção Nacional de Saneamento Básico, focado na elaboração do Plano Diretor de Saneamento e Drenagem de Dili. A referida assistência técnica compreendeu 5 componentes, a saber:

- Elaboração de 5 Projetos de Execução de ETARs de pequena Dimensão ao nível da comunidade;
- Revisão do Plano Diretor de Saneamento de Dili, focado no estudo detalhado da viabilidade técnica e económica da implementação de um sistema centralizado de recolha e tratamento de água residual;
- Desenvolvimento de Projetos de Execução de Sistemas de Drenagem Urbana visando a redução de fenómenos de inundação urbana;
- Desenvolvimento do Estudo de Impacto Ambiental relativo às obras de drenagem preconizadas;
- Apoio no cadastro da população afetada pelas futuras obras de drenagem.

No seguimento do fecho da referida Assistência Técnica, o Governo de Timor Leste iniciou conversações com várias instituições financeiras de forma a alinhar os parceiros de desenvolvimento na materialização das soluções preconizadas.

No plano da cooperação bilateral, o Ministério do Ambiente, através do Fundo Ambiental, financiou uma Assistência Técnica especializada para desenvolvimento do enquadramento legal tendente à criação da Empresa Pública da Água – Bee Timor. Foram desenvolvidos Decretos de Lei onde se espelha a criação da referida empresa pública, assim como os seus órgãos de decisão, abrangência territorial, atribuições de competências, entre outros. A criação desta empresa visa a profissionalização do sector, assim como dotar de maior agilidade os processos de recrutamento e contratação pública. Os documentos legais produzidos tiveram uma não objeção do Ministério das Finanças do Governo de Timor Leste e encontram-se prontos para deliberação em Conselho de Ministros.

O final de 2019 fica marcado pela adjudicação do contrato tendente ao desenvolvimento de projetos de execução de sistemas de abastecimento de água e saneamento em quatro capitais de Município: Baucau, Los Palos, Viqueque e Same. A AdP Timor Leste apresentou-se em consórcio com a empresa ENGIDRO - Estudos de Engenharia Lda. O contrato envolve a prestação de serviços de assistência técnica visando o desenvolvimento de projetos de execução de sistemas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais nas quatro capitais de distrito timorenses que irão servir mais de 145 mil pessoas. Com duração de seis meses e envolvendo um investimento de 2,1 milhões de dólares americanos, este contrato permite o estabelecimento futuro de serviços adequados de fornecimento de água potável com qualidade e de tratamento de águas residuais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e da saúde pública das populações timorenses.

Ainda no mercado asiático, iniciaram-se alguns contatos exploratórios com o Governo da Província de Surabaya, na Indonésia, com o objetivo de, em consórcio com um parceiro local, se estudar a possibilidade de desenvolver um contrato de assistência técnica para a melhoria da performance dos serviços de água na cidade de Surabaya, em matéria de redução de perdas e fugas na rede de abastecimento, atualmente na ordem dos 35%.

Principais Indicadores Económico-Financeiros

Os indicadores económico-financeiros apresentados refletem a natureza concorrencial da AdP Internacional. A empresa tem a sua actividade focalizada nos mercados internacionais, e a sua evolução está relacionada com as oportunidades existentes e a competitividade da empresa para as concretizar. A AdP Internacional concorre com os maiores players internacionais no sector da água, e defronta-se com uma competição cada vez mais forte e mais diversificada. Nos últimos anos, denota-se uma tendência crescente dos operadores públicos em regiões desenvolvidas, e em desenvolvimento, para diversificarem as áreas de ação e virarem-se para os mercados internacionais à procura de oportunidades de negócio. A AdP Internacional tem a grande mais-valia de poder contar com uma equipa de potenciais 3000 colaboradores, pertencentes ao Grupo AdP, com fortes competências nas áreas de atuação da AdP Internacional.

A evolução dos indicadores económico-financeiros da empresa denotam também a sua natureza de empresa no mercado, em que a oscilação do volume de negócios está diretamente relacionada com a oscilação dos gastos operacionais: em períodos com maior número de contratos em execução, os gastos operacionais aumentam na proporção. Salienta-se ainda os aspetos relacionados com a volatilidade cambial, com um peso significativo nos encargos financeiros.

Em síntese, é relevante ter em conta que a análise dos indicadores se encontra condicionada pela natureza da sua atividade, que é dependente dos concursos internacionais ganhos em cada ano e das medidas organizacionais internas adoptadas para a otimização dos gastos operacionais e para o aumento da competitividade da empresa.

INDICADORES ECONÓMICO FINANCEIROS	2017	2018	2019	Linha m.e.	
				Var 2019 / 2018	
				Valor	%
Volume de Negócios	3 777	3 991	3 491	(500)	-13%
Cash-Flow Operacional(EBITDA)*	329	397	18	(380)	-96%
Margem EBITDA	9%	10%	1%	(0)	-9%
Resultado Operacional	166	165	(73)	(238)	-144%
Resultado Financeiro	(163)	(49)	(101)	(51)	-106%
Resultado Líquido	(111)	83	(219)	(302)	-364%
Investimento	31	7	220	213	3243%
Activo Líquido	5 631	5 130	3 655	(1 475)	-29%
Passivo	6 084	4 948	3 692	(1 256)	-25%
PMP (dias)	161	191	188	(3)	-2%
PMR (dias)	176	280	418	138	49%
Endividamento	3 650	2 900	1 700	(1 200)	-41%

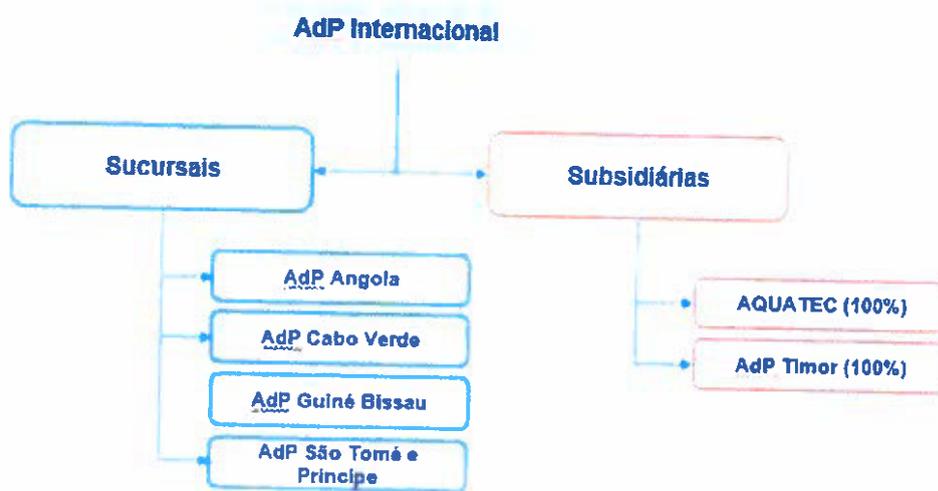
* EBITDA = Resultado Operacional + Amortizações+Provisões/Imparidades

g f
p

Carteira de Participações e Sucursais

Atualmente, a AdP Internacional está presente localmente em Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe, através de sucursais, e é acionista de empresas em Moçambique e em Timor-Leste.

Ao longo dos últimos 8 anos, o enfoque da AdP Internacional nos países lusófonos e o volume de atividade que se tem desenvolvido, especialmente em Angola, levou à decisão de constituir sucursais em alguns mercados-chave. Em Timor-Leste e em Moçambique, entre 2002 e 2005, e devido a especificidades da atividade da AdP Internacional nesses mercados, foram constituídas empresas, detidas a 100% pela AdP Internacional, que se mantêm em atividade desde então.



Handwritten signature or initials.

B – O Negócio

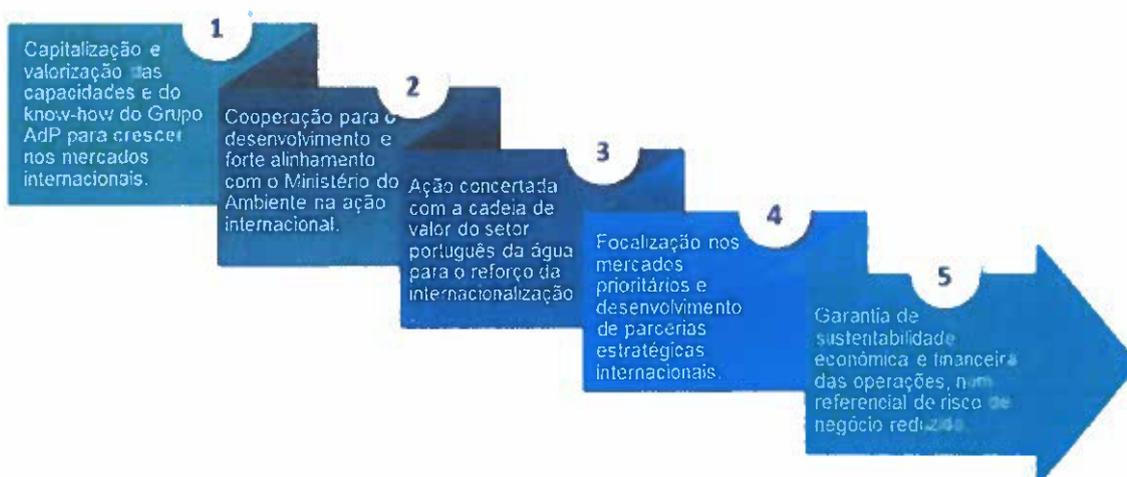
Linhas Estratégicas de actuação

Nos últimos anos, a AdP I tem vindo a consolidar uma posição nos mercados internacionais, contribuindo para a valorização do Grupo fora de Portugal. O percurso de sucesso do Grupo AdP nos últimos 20 anos, associado aos resultados obtidos em Portugal no setor do abastecimento de água e saneamento, permitiu desenvolver know-how e competências em áreas críticas da gestão dos serviços de abastecimento de água e saneamento e no ciclo de vida das infraestruturas.

A estratégia da Unidade de Negócios Internacional deve também ter em conta a dimensão pública e a natureza de serviço público do Grupo AdP, que se deve materializar na área internacional através do enfoque numa política de cooperação com os países lusófonos concertada com a tutela governamental. A dimensão pública deve também induzir uma estratégia que assegure a sustentabilidade económica e financeira das operações.

É também relevante o contributo que a AdP I pode dar no processo de internacionalização do setor português da água, estimulando consórcios e parcerias estratégicas com outras empresas portuguesas.

Nesse sentido, as linhas de atuação estratégica da AdP Internacional assentam nas cinco orientações do acionista para o atual mandato, que se apresentam na figura seguinte:



Estas cinco orientações traduzem-se nos seguintes objetivos estratégicos:

Orientação 1 – Capitalização e valorização das capacidades e do know-how do Grupo AdP para crescer nos mercados internacionais.

- Centrar o portfólio de serviços da UNI nas competências e know-how de valor acrescentado do Grupo AdP.
- Vender internacionalmente os produtos desenvolvidos pelas empresas do Grupo.
- Privilegiar a utilização das capacidades internas nos projetos da UNI, em detrimento de consultores individuais externos.

Orientação 2 - Cooperação para o desenvolvimento e forte alinhamento com o Ministério do Ambiente na ação internacional.

- Definir uma dimensão formal para a “cooperação para o desenvolvimento” no seio da AdP Internacional, que já existe mas que se dilui nos processos de negócio.

Handwritten signature and initials.

- Reforçar a articulação com o Ministério do Ambiente (tutela setorial), na sua agenda internacional, e estabelecer rotinas de comunicação com o MNE, nas dimensões comercial e de desenvolvimento de negócio.

Orientação 3

Contribuir para a internacionalização da cadeia de valor do setor português da Água.

- Afirmar a AdP Internacional como alavanca para a concretização da internacionalização das empresas portuguesas, na sua função de serviço público.
- Reforçar a articulação com o Ministério do Ambiente (tutela setorial) na sua agenda internacional e fazer pontes com as empresas nesses processos.

Orientação 4

Focalização nos mercados prioritários e desenvolvimento de parcerias estratégicas internacionais.

- Centrar o desenvolvimento de negócio nos mercados prioritários e nos serviços core.
- Estabelecer parcerias estratégicas com *players* internacionais para potenciar a posição da UNI em determinados mercados.
- Fortalecer uma cultura de “*Value for Money*” nas atividades de desenvolvimento de negócio.

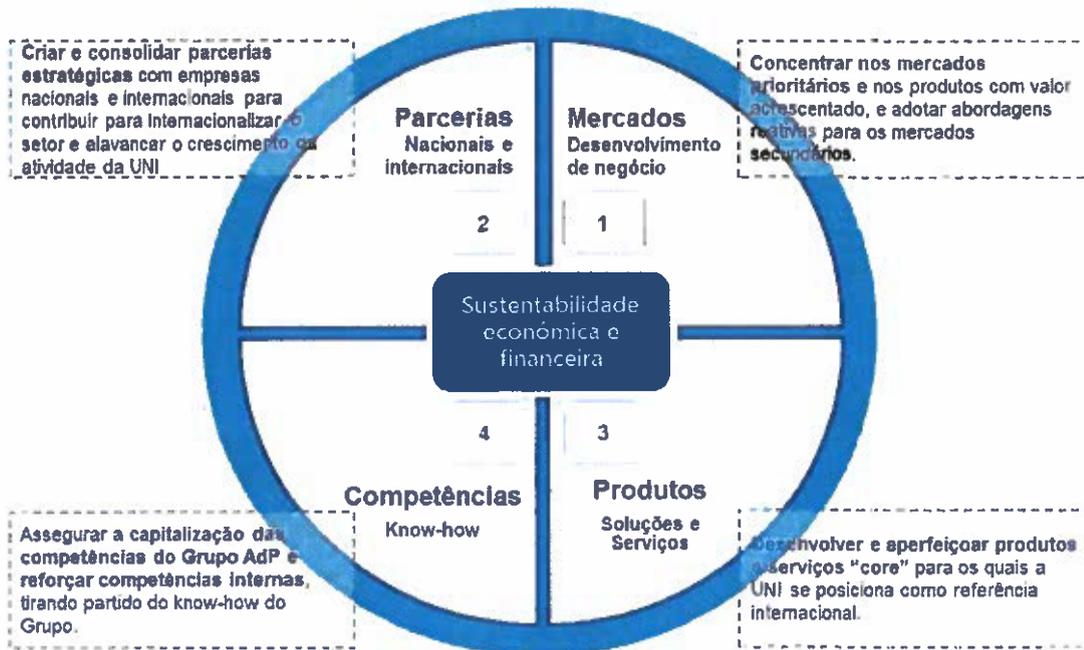
Orientação 5

Sustentabilidade económica e financeira das operações e minimização do risco das operações.

- Assegurar resultados operacionais positivos.
- Aumentar o volume de negócios, através de projetos de valor acrescentado.
- Otimizar os custos operacionais e direcionar o investimento em desenvolvimento de negócio para iniciativas com elevada relação Custo / Benefício.

As linhas de atuação subjacentes a estes objetivos assentam no seguinte posicionamento estratégico:

Mercados: Concentrar a atenção e ser proactivo nos mercados prioritários e nos serviços e produtos "core" e estar atento às oportunidades nos mercados secundários.



De modo a ter em consideração as orientações estratégicas e a capitalizar o esforço desenvolvido nos últimos anos, a AdP Internacional centra a sua estratégia comercial nos seguintes eixos:

- Países da CPLP com exceção do Brasil.
- Países africanos na vizinhança dos PALOP, que tenham previstos financiamentos internacionais relevantes para o setor da água.
- Magreb (Marrocos e Tunísia).
- Ásia (em função de oportunidades geradas pelos financiadores / investidores internacionais).

Produtos: Desenvolver e aperfeiçoar produtos e serviços "core" para os quais a AdP Internacional, através do know-how do Grupo AdP, se posiciona como referência internacional.

Os serviços "core" em que assenta a atividade da AdP Internacional incorporam a experiência e o know-how consolidado ao longo dos 25 anos de atividade do Grupo AdP. O portfólio de produtos e serviços da UNI baseia-se nas competências-chave do Grupo e nas soluções tecnológicas já implantadas nos mercados nacional e internacional: (i) **Gestão de serviços de abastecimento de água e saneamento;** (ii) **Operação e Manutenção de Infraestruturas;** (iii) **Planeamento e gestão de investimentos;** (iv) **Estudos estratégicos e** (v) **Formação e capacitação.**

A atividade da AdP Internacional deve ainda servir de indutor da venda internacional das soluções desenvolvidas e comercializadas pelas empresas do Grupo AdP, nomeadamente o AQUAMATRIX, o WONE, o AQUASAFE, o AQUAMOD, entre outros.

Competências: Capitalizar as competências do Grupo AdP e reforçar competências internas inovadoras, tirando partido do know-how do Grupo AdP.

A competitividade da AdP Internacional está fortemente relacionada com a sua capacidade de incorporar o know-how e a experiência especializada das equipas técnicas das várias empresas do Grupo AdP. Se é importante ser competitivo na fase de concurso, é ainda mais importante demonstrar ao cliente nos

Handwritten signature and initials.

contratos ganhos que a AdP I é uma empresa que mobiliza equipas de excelência e que entrega os resultados pretendidos pelo cliente.

Acresce ainda que a forte competição internacional pode, e deve, ser superada através de uma atitude de inovação permanente, partindo dos produtos e soluções desenvolvidos pelo Grupo AdP.

Parcerias: Criar e consolidar parcerias estratégicas com empresas nacionais e internacionais para contribuir para internacionalizar o setor e alavancar o crescimento da atividade da AdP Internacional.

Dada a dimensão das empresas nacionais e do próprio Grupo AdP a nível global, a concretização das oportunidades nos mercados internacionais fora dos PALOP deve ser alavancada através do estabelecimento de parcerias com grandes grupos empresariais internacionais. Nesse sentido, as Agências Bilaterais para o desenvolvimento, investidores internacionais presentes em Portugal e grandes empresas públicas e privadas europeias, asiáticas e americanas são potenciais tipos de entidades a identificar:



Dada a natureza dos negócios internacionais, muito alavancados pelos financiamentos da banca multilateral, a AdP Internacional posiciona-se também como um parceiro reconhecido por estas instituições. No quadro da sua atuação estratégica, é dada especial importância à atualização do portfolio de projetos de investimento a financiar pelas multilaterais, enquanto informação para a tomada de decisão sobre as abordagens aos mercados.

Enquadramento

A Envolvente

Contexto macroeconómico¹

Global

O crescimento mundial em 2019 está estimado em aproximadamente 2,4% (ligeiramente inferior ao ano 2018 – 3%), em resultado do crescimento verificado na Europa e na Ásia. As projeções de crescimento para 2020 e 2021 situam-se em 2,5% e 2,6%, respetivamente, as quais refletem uma continuada redução na taxa de crescimento das economias avançadas e das economias emergentes.

A incerteza sobre o impacto do Brexit e da evolução do comércio internacional, nomeadamente por resultado da negociação dos acordos internacionais em curso pelos Estados Unidos, condicionam as perspetivas.

Zona do Euro

Após um fraco crescimento no segundo e terceiro trimestres de 2019, o crescimento real do PIB deverá permanecer moderado no curto prazo. Os indicadores de sentimento económico declinaram, refletindo principalmente a fraqueza contínua no comércio global em ambiente de incertezas globais contínuas (relacionadas ao aumento do protecionismo, desaceleração na China e um Brexit sem acordo). No entanto, os indicadores mais recentes sobre a indústria mostram alguma estabilização, enquanto o sentimento no setor da construção e a confiança do consumidor demonstrou mais resiliência e a situação do mercado de trabalho permanece favorável. A moderação do crescimento real do PIB, de 1,2% em 2019 para 1,4% em 2022, é explicada sobretudo pela crescente escassez da oferta de mão de obra em alguns países e por condições financeiras um pouco menos favoráveis ao longo do horizonte de projeção. A inflação medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) ascendeu a 1,2% e deverá aumentar gradualmente até 1,6% em 2022.

Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2019 são os seguintes:

	Estimativa 2019	Ano 2018
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	2,0%	2,4%
Taxa crescimento Consumo Privado	2,3%	3,1%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	0,3%	1,2%
Taxa de desemprego	6,3%	7%
Taxa de juro OT 10 Anos	0,76%	1,84%

Segundo as projeções do Banco de Portugal, a economia portuguesa deverá prosseguir uma trajetória de crescimento da atividade, embora em desaceleração. As projeções para o crescimento do PIB em Portugal (1,7% em 2020, 1,6% em 2021 e 1,6% em 2022) encontram-se globalmente alinhadas com as publicadas para o conjunto da área do euro pelo Banco Central Europeu (BCE).

Após um crescimento significativamente superior ao da atividade em 2017 e 2018, o comércio internacional deverá apresentar no horizonte de projeção uma evolução mais próxima da do PIB mundial, implicando uma relativa estabilidade do crescimento da procura externa dirigida a Portugal em 2019-21. As restantes principais variáveis de enquadramento externo também deverão apresentar uma evolução relativamente favorável em 2020-22, não obstante o expectável início do processo de normalização suave da política monetária na área do euro.

¹ Fontes: FMI World Economic Outlook; European Commission Economic Outlook; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

As projeções assentam num cenário de desaceleração do consumo privado da formação bruta de capital fixo, num contexto de aumento do rendimento disponível, da melhoria progressiva das condições de trabalho e de condições favoráveis ao financiamento.

Durante o período em análise, o Banco de Portugal antecipa um crescimento da taxa de inflação até 1,4% entre 2020 e 2022.

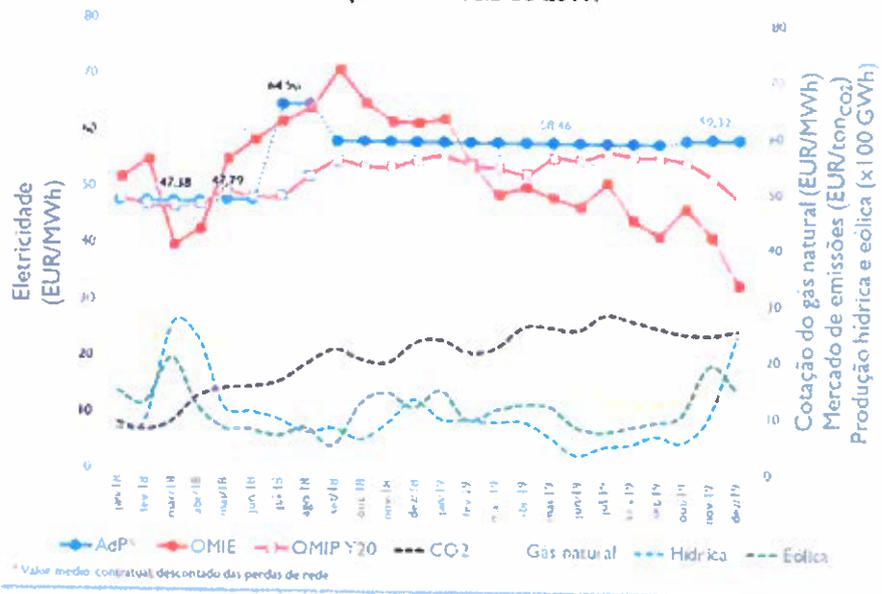
No que respeita às taxas de juro, o Banco Central Europeu prevê a manutenção de taxas diretoras negativas até 2022 e a manutenção da média ponderada das taxas de rendibilidade nominais das obrigações de dívida pública a dez anos, em 0,4%, em 2019; 0,3%, em 2020; 0,4% em 2021; e 0,6% em 2022. O Banco de Portugal prevê a estabilidade da taxa de juro implícita da dívida portuguesa, ligeiramente abaixo dos 3%.

A energia no Grupo AdP - Preços e consumos

No ano de 2019, a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE), atingiu 47,87 €/MWh (foi de 57,45 €/MWh em 2018). Esta descida face a 2018 resulta de vários fatores combinados, de onde se destacam o efeito da descida continuada do preço do gás natural e da descida das cotações do mercado de emissões de CO₂, uma e outra com principal incidência a partir da segunda metade do ano.

Recorda-se que o valor médio registado em 2018 correspondia ao valor mais elevado desde 2008, e que aquela subida resultou do efeito combinado do aumento das cotações do petróleo e do mercado de emissões de CO₂ que, face a 2017, apresentaram um aumento de 30% e 149%, respetivamente.

A produção renovável, componente endógena que influencia a cotação da eletricidade, foi, em 2019, cerca de 8% inferior à verificada em 2018, e apenas teve impacto nos mercados nos últimos 2 meses do ano, onde a produção média mensal foi 76% superior à média de 2019.



Esta redução da cotação da eletricidade no mercado ibérico foi acompanhada nos mercados diários europeus, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	2019/ 2018
Portugal	-17%
Alemanha	-15%
França	-21%

A variação dos preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2020, teve um ritmo inverso, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado de futuros)	2019/ 2018
Portugal	+9%
Alemanha	+14%
França	+11%

Handwritten signature/initials

No ano de 2019, o consumo nacional foi de 50.345 GWh, inferior em 0,2% face a 2018. O consumo foi satisfeito em 49% com produção de origem renovável, ligeiramente inferior aos 52% verificados em 2018. A produção térmica, entre 2018 e 2019, apresentou um crescimento de 15% no gás natural e de 3% na cogeração, enquanto a produção com base em carvão reduziu-se em 54%. O saldo com o exterior foi importador em 7% do consumo, ao contrário do verificado em 2018 que teve um saldo exportador de 5%. Em termos meteorológicos, a temperatura média de 2019 foi 1,3°C superior a 2018, o que terá ajudado a reduzir as necessidades de consumo por aquecimento, enquanto o índice de produtividade hidroelétrica baixou de 1,05 em 2018 para 0,81 em 2019, com impacto na produção hídrica que se reduziu em 25% entre os dois anos.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso das empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante a fixação das Tarifas de Acesso a Redes (TAR) pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes, são incluídos os custos de política energética, ambiental ou de interesse económico geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do deficit tarifário e as convergências tarifárias regionais.

Sem embargo, em 2019 manteve-se a dinâmica de descida das TAR - 2018 foi o 1.º ano dos últimos 5 em que se verificou uma redução das TAR - correspondente a -12,0% face a 2018, quando aplicados à estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP.

Contudo, importa referir, esta redução não se irá manter em 2020, uma vez que as TAR voltaram a ser fixadas com um incremento médio de +1,2% para todos os níveis de tensão, quantificando-se num crescimento médio de +1,5% face a 2019, quando aplicados à estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP (sendo as TAR cerca de metade do preço da energia final, o seu efeito será de aproximadamente +0,7% no crescimento médio do custo global).

Em termos de custos de energia para as empresas do Grupo AdP, o valor médio global em 2019 foi cerca de 102,86 €/MWh (foi de 105,36 €/MWh em 2018), correspondendo a uma redução média de -2,4% face a 2018, representando o custo de aquisição de energia 61% (versus 55% em 2018). Os valores médios de aquisição de energia nos mercados foram de 62,55 e 58,27 €/MWh, para 2019 e 2018, respetivamente (+7,3%).

Refira-se que os valores apresentados têm por base valores reais de consumo até novembro - alta tensão (AT), média tensão (MT), baixa tensão especial (BTE) e baixa tensão normal (BTN) -, com extrapolação até ao final de 2019.

Os custos totais da energia elétrica em 2019, para além de refletirem a descida das TAR incluem também a redução excepcional da potência contratada que, conseguida em 2018, teve aplicação plena no decurso do exercício de 2019.

Para o ano de 2020 (contratado até 31 de dezembro de 2020, com exceção da BTN que foi contratada até 31 de dezembro de 2021), o valor médio deverá situar-se em torno dos 103,60 €/MWh (versus 102,86 €/MWh em 2019), o que representa um aumento de +0,7% face ao ano anterior, praticamente influenciado pela subida das TAR fixadas para 2020.

O valor médio de aquisição de energia nos mercados de 62,30 €/MWh, que comparando com o valor de 62,55 €/MWh em 2019, representa um decréscimo médio de -0,4%.

Os valores estimados para 2020 tiveram como base a atual estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP, pelo que eventuais alterações no perfil terá efeitos no preço médio da energia, por empresa e no Grupo.

Registo ainda para os consumos de energia. De acordo com os dados recolhidos, ainda preliminares, o consumo de energia em 2019 deverá aumentar em 1,6% face ao verificado em 2018 (728,7 GWh), que associado ao ligeiro aumento da atividade no abastecimento de água e no saneamento de águas residuais registados nas empresas do Grupo AdP (+0,5%), deverá induzir um ligeiro ajustamento do consumo específico face ao registado em 2018 (0,6580 kWh/m³).

Destaque para a produção própria de energia, seja para injeção na rede elétrica seja para autoconsumo. Os dados preliminares de 2019 permitem perspetivar uma produção de mais de 33 GWh/ano (+8,6%), em linha com o aumento de produção registada em 2018 (30,4 GWh/ano). Em termos de autossuficiência energética, o Grupo AdP atingiu cerca de 4,5% do seu consumo total de energia. Em termos de emissões de CO₂, a produção própria de energia possibilitou uma redução de 15.644 toneladas, representando uma redução de -4,4% face a 2018.

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2019, os 127 veículos 100% elétricos que integram a frota de serviço do Grupo AdP (com 1.430 viaturas) percorreram mais de 2 milhões de km, tendo evitado o consumo de mais de 173 mil litros de combustíveis de origem fóssil, que representa uma redução de 582,7 barris equivalentes de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de 57,5% (-85,1 tep), e o consumo elétrico foi de 293 MWh. Importa referir que, em termos de emissões de CO₂, a redução alcançada foi de 326 toneladas, representando uma redução de -70,3%.

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, que se espera vir a acontecer gradualmente ao longo dos próximos anos, o seu

efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

Tal como verificando anteriormente, continua a não ser possível prever a variação do preço da energia elétrica para os próximos anos – o mercado de aquisição de energia para os próximos anos tem vindo a apresentar uma descida importante em função da produção registada a partir da energia eólica. Assim, mantêm-se as incertezas e as fortes dependências dos preços em função da variação da economia mundial e das origens de produção no setor.

Acrescem os efeitos que as alterações legislativas, nacionais e comunitárias, terão sobre o preço final da energia elétrica e sobre as quais não se torna possível perspetivar o seu efeito direto.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e o condicionam, e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável passará necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas;
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia;
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhidricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados.

Em 2019, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, 1 de julho de 2019, foi aprovado o Roteiro para Neutralidade Carbónica (RCM 2050), que estabelece como objetivo a redução de emissões de GEE para Portugal entre 85 % e 90 % até 2050, face a 2005, e a compensação das restantes emissões através do uso do solo e florestas, a alcançar através de uma trajetória de redução de emissões entre 45 % e 55 % até 2030, e entre 65 % e 75 % até 2040, em relação a 2005.

Aquela RCM estabelece, ainda, um conjunto de vetores de descarbonização e linhas de atuação para uma sociedade neutra em carbono, dos quais se destacam:

- a) Descarbonizar a produção de eletricidade, eliminando a produção de eletricidade a partir do carvão até 2030 e prosseguindo com a total descarbonização do sistema electroprodutor até 2050, apostando nos recursos endógenos renováveis;
- b) Concretizar a transição energética, aumentando muito significativamente a eficiência energética em todos os setores da economia, apostando na incorporação de fontes de energia renováveis endógenas nos consumos finais de energia, promovendo a eletrificação e ajustando o papel do gás natural no sistema energético nacional;
- c) Descentralizar e democratizar a produção de energia de forma progressiva e dando relevo ao papel do consumidor enquanto parte ativa do sistema energético;
- e) Descarbonizar a mobilidade, privilegiando o sistema de mobilidade em transporte coletivo, através do seu reforço e da descarbonização das frotas, apoiando soluções inovadoras e inteligentes de mobilidade multimodal, ativa, partilhada e sustentável, bem como a mobilidade elétrica e outras tecnologias de zero emissões;
- f) Promover a transição energética na indústria, a incorporação de processos de produção de baixo carbono e as simbioses industriais, promovendo a inovação e a competitividade;
- i) Alterar o paradigma de utilização dos recursos na produção e no consumo, abandonando o modelo económico linear e transitando para um modelo económico circular e de baixo carbono;
- m) Tornar a fiscalidade um instrumento da transição para a neutralidade, prosseguindo com a eliminação dos subsídios prejudiciais ao ambiente, reforçando a aplicação da taxa de carbono e promovendo uma maior tributação sobre o uso dos recursos, reciclando as receitas para a descarbonização e transição justa;
- n) Redirecionar os fluxos financeiros para a promoção da neutralidade carbónica, fomentando designadamente o desenvolvimento de um quadro favorável ao financiamento sustentável e um maior envolvimento do sistema financeiro, bem como a respetiva monitorização;
- r) Promover uma transição justa e coesa, que valorize o território, crie riqueza, promova o emprego e contribua para elevar os padrões de qualidade de vida em Portugal.

Nesse sentido, merece destaque o projeto relativo ao desenvolvimento de Estudo de Implementação de Neutralidade Energética do Grupo AdP (e, por consequência, a neutralidade carbónica), com base em deliberação da Comissão Executiva da AdP SGPS, que tem como princípios:

- A neutralidade energética a considerar não deve ser apenas a energia elétrica consumida nas instalações operacionais, mas toda a energia elétrica consumida em todas as instalações (operacionais e não operacionais, quer seja ativos regulados ou não regulados), no país e no estrangeiro, bem como a energia elétrica consumida nas atividades da responsabilidade das empresas do Grupo fora de Portugal;
- Os objetivos não passam apenas pela produção própria de energia elétrica, tendo, igualmente e em primeiro lugar, a ambição de redução do consumo de energia, aproveitando a oportunidade para promover a utilização de soluções mais eficientes aproveitando o ciclo de renovação de ativos que se aproxima em muitas infraestruturas;
- As fontes de produção devem ser baseadas num mix, considerando essencialmente sistemas baseados em solar fotovoltaica, solar térmica, eólica, hídrica e cogeração a biogás, procurando maximizar produção;
- Deve-se maximizar o escoamento de produção para autoconsumo (evitando ao máximo a utilização da rede), privilegiando soluções de autossustentabilidade energética;
- Devem ser previstas soluções de storage de energia, retirando partido de infraestruturas existentes no Grupo AdP, alterando a filosofia de exploração das mesmas, tal como sucede com os atuais reservatórios dos sistemas de abastecimento;
- Devem ser dimensionadas e orçamentadas as intervenções, por empresa e em agregado, determinadas a TIR, o VAL e demais parâmetros pertinentes, bem como o cronograma provisional, considerando, como prioritários, os projetos com TIR mais elevada e com maior nível de autoconsumo;
- Devem ser calculados os valores de redução de emissões de CO2 que este projeto proporciona, bem como o valor, em euros, dessa redução para Portugal;
- Deve ser aproveitada a oportunidade para aprofundar matérias como a coesão territorial, uma vez que o Grupo AdP tem, desde sempre, essa estratégia no seu ADN, como é também uma das suas missões.

Este importante projeto de desenvolvimento, que teve o seu início em janeiro de 2020, constituirá uma ferramenta relevante para o Grupo AdP e para Portugal, que através de uma importante redução dos consumos energéticos e de um aumento da produção própria de energia, contribuirá decisivamente para que o grupo atinja em 2030 a meta de redução de 50% das emissões de GEE medidas em 2010 com que se comprometeu com as Nações Unidas, por via da United Nations Global Compact - subscrito a 6 de novembro de 2019 -, e o país alcance os objetivos ambiciosos de neutralidade carbónica em 2050 constantes do Roteiro para a Neutralidade Carbónica.

O setor a nível mundial²

A água tangencia todos os aspetos do desenvolvimento e está ligada à maioria dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Contudo, uma série de desafios — lacunas no acesso a água e saneamento, a rápida urbanização e o crescimento populacional, a poluição, os impactos climáticos e padrões de crescimento que fazem uso mais intensivo da água — tornam a insegurança hídrica numa das maiores ameaças ao progresso económico, ao alívio da pobreza e ao desenvolvimento sustentável.

Para que exista segurança hídrica à escala mundial, é necessário melhorar a gestão dos recursos, facilitar o acesso universal a água e saneamento, e otimizar o uso dos recursos hídricos na agricultura. Urge criar resiliência através de sistemas que possam resistir melhor aos extremos climáticos e, ao mesmo tempo, abordar a fragilidade existente em países com escassez de água.

A falta de acesso a (melhores) serviços de abastecimento e saneamento impõe grandes custos à sociedade, designadamente nas regiões mais pobres. Mesmo nas regiões em desenvolvimento e desenvolvidas, onde existe acessibilidade, os serviços são caracterizados por má gestão, financiamento desadequado e baixos níveis de investimento. Pouquíssimas empresas no setor a nível mundial cobrem o nível de custos operacionais necessário e apenas algumas conseguem fazer face ao serviço da dívida contraída.

Apesar do reconhecimento da importância da água para o desenvolvimento, segundo o Banco Mundial, um grande número de países indicaram não ter financiamento suficiente para atingir as metas nacionais estabelecidas relativamente ao acesso a água potável. As incertezas provocadas pela política económica e pelas alterações climáticas exponenciam os desafios que se colocam nesta matéria.

² Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdobserver.org>

Ajudar os países a alcançar maior inclusão e sustentabilidade no setor da água, pressupõe investimentos nas instituições que promoverão a construção e/ou a melhoria das infraestruturas existentes, apostando na acessibilidade universal ao serviço e na gestão eficiente dos recursos.

Com o objetivo de assegurar o financiamento de investimentos determinantes para alcançar a meta da segurança hídrica mundial, têm sido promovidas várias iniciativas e estabelecidas parcerias a nível global:

- World Bank Water Global Practise, que constitui o novo Plano Estratégico lançado pelo Banco Mundial em 2019 na prossecução da meta do ODS6 (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável no setor da Água) baseado na: i) sustentabilidade dos recursos hídricos, ii) acessibilidade e iii) resiliência dos sistemas;
- Global Water Security & Sanitation Partnership (GWSP), através da qual se criou um fundo financeiro constituído por diversos doadores;
- 2030 Water Resources Group (2030 WRG) destinado a apoiar as reformas governamentais mais urgentes com o objetivo de assegurar a gestão sustentável dos recursos hídricos a longo prazo, bem como o crescimento económico dos respetivos países.

O abastecimento e o saneamento em Portugal³

A crescente disponibilidade dos serviços de abastecimento de água e de saneamento das águas residuais urbanas em todo o território nacional, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis, constitui um importante fator de desenvolvimento do país do ponto de vista da saúde pública, qualidade e segurança para a vida das famílias portuguesas, bem como da sustentabilidade ambiental.

O setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

Nos últimos anos tem-se verificado uma evolução significativa no setor e a maior parte da população portuguesa tem acesso um bom serviço de água e saneamento.

Panorama Nacional

Abastecimento de Água		Saneamento de Águas Residuais
▪ milhões de habitantes servidos	9,6	▪ 8,6 milhões de habitantes servidos com drenagem
▪ alojamentos servidos	96% de	▪ 85% de alojamentos servidos
▪ litros: consumo médio diário de água por habitante	192	▪ 8,5 milhões de habitante servidos com tratamento
▪ média ponderada: 0,4985€/m ³	Tarifa	▪ 84% de alojamentos servidos com tratamento
▪ água Segura em Portugal Continental (alta): 99,70%	Indicador	▪ 1,7 milhões de m ³ de águas residuais tratadas diariamente
		▪ Tarifa média ponderada: 0,5296€/m

Dados RASARP 2018 - ERSAR

Constituindo o instrumento estratégico para o setor, no sentido de promover junto das populações o acesso a um serviço público de água e saneamento de qualidade, adequado às necessidades, com custos socialmente aceitáveis, no quadro legal comunitário e nacional, e no enquadramento da política europeia em inovação para o setor, continua em execução o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para Portugal continental, no período 2014–2020: PENSAAR 2020 – Uma Nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2017, de 7 de junho, criou a Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca, que vem desenvolvendo os respetivos trabalhos com vista à antecipação dos efeitos da escassez de água e à construção de pistas de solução de resiliência para lhe fazer face. Em novembro de 2019, realizou-se a sexta reunião da Comissão Permanente da Seca, onde foi avaliado o ponto de situação meteorológico, hidrológico e regadio público, bem como das medidas que têm vindo a ser implementadas à evolução da seca. Foi acordada a constituição de dois grupos de trabalho para elaboração das bases do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Alentejo e Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve, integrando os organismos da administração e os setores mais representativos em cada região.

O Grupo AdP

No âmbito do PENSAAR 2020 e do programa do XXI Governo Constitucional, foi efetuada a reestruturação do setor das águas, que passou pela reversão das agregações dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais existentes, criadas ao abrigo dos Decretos-Leis n.º 92/2015, 93/2015 e 94/2015, de 29 de maio. Assim, nos termos dos Decretos-Leis n.º 16/2017, de

³ Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série

gi p f

1 de fevereiro, e 34/2017, de 24 de março, o Grupo Águas de Portugal passou a integrar quatro novas sociedades gestoras de sistemas multimunicipais de água e de saneamento de águas residuais.

O Grupo AdP – Águas de Portugal é o principal grupo empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais.

Detido maioritariamente pelo Estado, o Grupo constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

O Grupo AdP atua em todas as fases do ciclo urbano da água, desde a captação, o tratamento, o transporte e distribuição de água para consumo público, à recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas usadas, urbanas e industriais, incluindo a sua reciclagem e reutilização.

Através das suas empresas, tem uma presença alargada no território continental, prestando serviços a cerca de 80% da população portuguesa.

Destaque para a gestão da energia, constituindo uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, no quadro da promoção de níveis de eficiência que garantam a ecoeficiência e a sustentabilidade das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais. Promovendo ainda uma redução de encargos associados.

No âmbito da implementação das medidas e ações estabelecidas no PEPE – Plano de Eficiência e de Produção de Energia, efetivou-se a redução da potência contratada mínima nas infraestruturas das empresas participadas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica consumida no Grupo.

Quanto à gestão dos aproveitamentos hidráulicos, foi criado um grupo de trabalho para a gestão de barragens, que visa desenvolver um modelo sustentável de integração da gestão destes ativos (atualmente geridos pela APA, Agência Portuguesa do Ambiente) nas atividades das diversas empresas subsidiárias, que culminou com a publicação do Decreto-Lei n.º 160/2019, de 24 de outubro, que procede à escolha das entidades gestoras e aprova as condições e os termos especiais dos contratos de concessão de atribuição da gestão de infraestruturas hidráulicas.

O Grupo AdP trabalha ainda em estreita colaboração com os municípios na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu know how no sentido de promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento e saneamento às populações, destacando-se, em julho de 2019, a assinatura do contrato de parceria entre o Estado Português e os Municípios Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira. A Águas do Alto Minho iniciou a sua atividade operacional em 1 de janeiro de 2020.

Através do Despacho 63212/2019, de 10 de julho, dos Ministros do Ambiente e da Transição Energética e da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, a AdP Energias foi designada como a entidade concessionária da exploração e gestão do novo sistema integrado de tratamento e valorização dos efluentes agropecuários e agroindustriais que terá como responsabilidade a realização dos estudos técnicos e económico-financeiros necessários à criação de um novo serviço público destinado ao tratamento e à valorização destes efluentes.

Dando continuidade às políticas de eficiência ambiental, foi publicado o Decreto-Lei 119/2019, de 21 de agosto, que define a estratégia e os objetivos nacionais quanto à água para reutilização. Durante o ano de 2020, o Grupo AdP levará a cabo um conjunto de iniciativas no sentido de dar cumprimento à estratégia definida em matéria de reutilização.

O Grupo AdP, através da AdP SGPS, é membro do User Board do CLIM2POWER, projeto de investigação que estabelece uma ponte entre o conhecimento científico complexo baseado em modelos, traduzindo dados climáticos em informação de suporte à gestão operacional de centrais de geração de energia.

O desenvolvimento de capacidades e competências do Grupo AdP no mercado nacional permitiu a expansão internacional do Grupo, atuando como montra das vantagens competitivas que Portugal detém no setor do ambiente e desenvolvendo projetos de assistência técnica e parceria em diferentes países.

A Águas de Portugal (AdP) reafirma o seu empenho na transição para uma economia de baixo carbono com a subscrição do compromisso “Business Ambition for 1.5°C” da United Nations Global Compact, que visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e contribuir para a sustentabilidade do planeta.

Destaque ainda para o facto da Águas de Portugal estar, pela primeira vez, representada no board da Water Europe, plataforma europeia dedicada à promoção e divulgação de projetos de investigação, desenvolvimento e inovação no setor da água.

Nos mercados prioritários

Angola



A economia angolana contraiu pelo 4º ano consecutivo em 2019. A queda na produção de petróleo devido ao constante subinvestimento no setor e no amadurecimento dos campos de petróleo continuou a restringir a economia. No entanto, estima-se que a economia irá recuperar um pouco em 2020-2021, com uma melhoria esperada no setor não petrolífero e no setor do petróleo e o impacto positivo das reformas relacionadas ao acordo com o FMI. No entanto, alguns riscos permanecem significativos: volatilidade dos preços do petróleo, consolidação fiscal contínua e uma deterioração do ambiente externo.

Apesar de uma tendência de queda até 2019, a inflação deve aumentar em 2020 devido ao impacto desfasado da desvalorização significativa da moeda, da introdução da segunda fase do IVA aumentos tarifários nos impostos, em algumas concessionárias e retirada de subsídios a certos produtos (petróleo e derivados). A pressão ascendente na inflação deve diminuir além de 2020, dado a ajustes passados na política de moeda estrangeira não terá mais tanto Impacto e procura interna.

A queda na produção e nos preços do petróleo e a disponibilidade limitada de reservas internacionais levou a uma considerável depreciação do Kwanza em 2019. Essa forte depreciação foi de acordo com uma taxa de câmbio mais flexível (3,7bn USD de apoio financeiro do FMI em dezembro de 2018) e a intenção de reduzir a diferença com o mercado informal para cerca de 20%. Em 2020-2021, o Kwanza deve continuar perdendo valor, mas em um ritmo mais lento. A queda é amortecida por medidas tomadas pelo banco central (por exemplo, um alto rácio de reserva exigida no mercado interno moeda), bem como pelo fato de que grandes ajustes competitivos já ocorreu. A taxa de referência provavelmente será mantida em níveis elevados, considerando o maior inflação esperada.

Angola enfrenta um elevado rácio *debt-to-GDP*, que ultrapassa o limiar de sustentabilidade para emergentes similares economias. O alto endividamento público combinado com a implementação do programa do FMI implica consolidação fiscal em 2020 e 2021. Além disso, mais esforços devem ser feitos para diversificar a matéria coletável contexto de receitas esperadas mais baixas do petróleo impostos), priorizar os gastos públicos, eliminar subsídios aos combustíveis e eliminar *arrears*. Enquanto isso, privatização planeada de 195 propriedades estatais espera-se que as empresas sejam concluídas em 2022. Para alcançar níveis de dívida sustentáveis, é crucial diversificar a economia do setor de petróleo, promover o setor privado atividades e atrair investimentos estrangeiros.

A dívida externa aumentou e atingiu o pico em 2019. Esta evolução é explicada pelo declínio nos preços do petróleo produção, o que reduziu as receitas de exportação nos últimos anos. O aumento da dívida externa é também devido à depreciação da moeda nacional e a dependência de empréstimos estrangeiros para financiar projetos de investimento público de Angola. Os principais riscos relacionados à dívida externa são depreciação do kwanza, mais fraca que crescimento econômico esperado, mudanças nos preços do petróleo nos mercados internacionais e condições financeiras mais apertadas.

As perspectivas para o crescimento econômico de longo prazo são ligeiramente mais favoráveis do que no curto prazo. Essa perspectiva é apoiada por um jovem e crescente população e pelo dinamismo de alguns setores da economia, que têm comprovou sua resiliência nos últimos anos. A intervenção do FMI

Handwritten signature/initials in blue ink.

por 3 anos deve ser mais eficaz do que o anterior, considerando o governo aparente compromisso de mudar a atual estrutura econômica e promover a diversificação da economia longe do petróleo.

Os riscos negativos desse cenário são significativos e estão essencialmente relacionados à forte dependência do petróleo, a resistência ao implementar reformas e a população baixo nível de habilitações. Prevenir esses riscos exige que o governo invista fortemente em educação, saúde e infraestruturas.

Fonte: BPI Country outlook Angola

Cabo Verde



As políticas em Cabo Verde têm sido amplamente orientadas para o consenso, e desde a sua independência de Portugal em 1975, Cabo Verde não sofreu um único golpe de estado. As eleições são consideradas livres e imparciais, e os partidos no poder alternam regularmente.

O atual Governo de Cabo Verde tem estado em funções desde as eleições presidenciais e legislativas de 2016, que culminou com a vitória da oposição liderada pelo Movimento para Democracia (MpD) após 15 anos de governação do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV). Estes dois partidos dominam o panorama político de Cabo Verde e ambos são relativamente centristas. Também existe um terceiro partido, a União Caboverdiana Independente e Democrática (UCID), que aumentou ligeiramente a sua quota de votos. As eleições autárquicas também se realizaram em agosto de 2016. O MpD venceu em 18 das 22 autarquias e apoiou com sucesso a reeleição do Presidente Jorge Carlos Fonseca.

Descrição económica A reduzida população do país distribuída por uma vasta área aquática constitui uma importante condicionante para o crescimento e desenvolvimento. Isso limita economias de escala e cria problemas significativos de conectividade, bem como desafios ao fornecimento de serviços (incluindo energia, água, educação, saúde). Apesar dos desafios associados ao facto de ser uma pequena economia insular, Cabo Verde assistiu a um espetacular progresso social e económico entre 1990 e 2008, impulsionado sobretudo pelo rápido desenvolvimento de estâncias turísticas inclusivas. Durante o período 2009-2015, o crescimento económico desacelerou significativamente, como resultado do impacto prolongado da crise financeira global. Medidas orçamentais contracíclicas não restauraram em crescimento, levando pelo contrário a um forte aumento do nível da dívida.

A recuperação do crescimento do produto interno bruto (PIB) teve início em 2016 e foi consolidada em 2017, de acordo com a informação do Instituto Nacional de Estatística que revela que o PIB cresceu 4,7% e 4%, respetivamente. A recuperação está a ser impulsionada pelo consumo e pelo forte desempenho das exportações. A nível setorial, o PIB real aumentou graças ao dinamismo dos setores da eletricidade e das águas, turismo, financeiro e transformação. As contas orçamentais registaram um défice de 3,1% do PIB em 2017, ligeiramente acima do nível alcançado em 2016. As receitas subiram para níveis recorde de 28,5% do PIB. No entanto, este aumento foi contrabalançado pela maior despesa (31,6% do PIB), impulsionada especialmente pela aquisição de recursos associados à reestruturação do projeto de habitação social, no montante de 2,5% do PIB.

A despesa pública diminuiu de 1,7 pontos percentuais para 126,1% do PIB em 2017, devido à valorização da taxa de câmbio. No entanto, o país mantém-se com elevado risco de sobre-endividamento externo.

A consolidação dos seus resultados como um país de rendimento médio e o maior reforço das condições para a redução da pobreza e para a promoção da prosperidade partilhada serão desafios cruciais. Com a

Handwritten signature or initials in blue ink.

sua pequena economia aberta, o país é vulnerável aos caprichos dos desenvolvimentos económicos globais. Dada a taxa de câmbio fixa com o euro, será vital para o país restabelecer reservas orçamentais para aguentar futuros sobressaltos. A diversificação no setor do turismo e noutros para além deste, e mercados de trabalho mais flexíveis podem ajudar a aguentar sobressaltos.

Fonte: FMI e World Bank Cabo Verde Country Overview

Guiné-Bissau



A economia da Guiné-Bissau continua a expandir-se, apesar do impasse político e da suspensão dos fluxos dos doadores com destino ao país. O crescimento económico atingiu 5,9% em 2017, como reflexo em grande medida dos preços internacionais elevados do caju e do volume da produção de caju. Contudo, a atividade económica abrandou em 2018, o que se explica principalmente pela queda da produção do caju causada pelas condições climáticas desfavoráveis e declínio dos preços do caju. As flutuações nos preços internacionais do caju continuam a ter implicações significativas no crescimento e no orçamento, dada a elevada concentração nas exportações de caju. A inflação deverá aumentar gradualmente com o ritmo das atividades económicas, o aumento das despesas de capital e a subida dos preços mundiais do petróleo devendo, contudo, permanecer bem abaixo de 3%. A situação orçamental continua afectada pela instabilidade política e a suspensão do apoio orçamental.

As informações existentes apontam para uma consolidação continuada das operações do governo central em resposta à suspensão do apoio ao orçamento pelos doadores (aproximadamente 2% do produto interno bruto (PIB)). A melhoria da mobilização de recursos e um controlo mais apertado das despesas ajudaram a reduzir o défice orçamental para 1,5% em 2017 face a 4,3% do PIB em 2016. A despesa total caiu de 21% do PIB em 2016 para cerca de 20% em 2017, traduzindo sobretudo a diminuição das transferências para as empresas estatais. As subvenções para projetos aumentaram 46% em 2017, enquanto o apoio orçamental permaneceu limitado. As operações do governo foram financiadas sobretudo com recursos regionais.

Tendo em conta a atual situação política da Guiné-Bissau, a perspectiva é incerta, com riscos pronunciados para o crescimento e a redução da pobreza. A dependência da castanha de caju para a sobrevivência económica expõe dois terços da população a choques dos termos de troca. Uma diversificação adicional, seja através de uma ascensão na cadeia de valor – com sistemas de apoio ao mercado e tecnologia agrícola – seja através de capitalização noutras oportunidades no setor agrícola, serão fundamentais para se impulsionar a resiliência da economia.

O ressurgimento de tensões políticas no período que antecede as eleições legislativas e as presidenciais de 2019 pode provocar derrapagens orçamentais, desincentivar o investimento privado e impedir o crescimento económico. Os riscos associados com a instabilidade bancária (crédito malparado elevado, subcapitalização e a controvérsia sobre resgate de bancos não resolvida) podem prejudicar ainda mais o crescimento do setor privado.

Handwritten signature or initials in blue ink, possibly reading 'p 8'.

Para além disso, uma recuperação mais acentuada do que previsto nos preços do petróleo iria exercer pressão sobre a balança de transacções correntes e deixar menos recursos para as despesas governamentais em favor dos pobres. O Governo precisa de antecipar estes riscos e mitigar o seu impacto nas populações mais pobres. A resolução da elevada desigualdade no país exige também esforços destinados a melhorar a prestação de serviços e a aumentar o acesso aos serviços básicos. Contudo, acelerar ou até mesmo manter o passo da redução da pobreza será difícil se a situação política continuar por resolver e se os principais desafios de desenvolvimento que limitam o crescimento, a inclusão e a sustentabilidade não forem solucionados.

Há um ano, o FMI previa que o crescimento da Guiné-Bissau em 2018 fosse de 5,5% o que não se verificou. O FMI prevê um desempenho progressivo na diminuição da dívida pública até 2020: os 56,1% de dívida em 2018 vão, segundo as previsões, transformar-se em 54,9% em 2019 e em 51,8% no ano de 2020. O FMI aprovou um Programa Alargado de Crédito, num montante de cerca de 21 milhões de euros, em julho de 2015, que foi posteriormente prolongado até julho de 2019. Com a extensão da intervenção no país, o valor do programa aumentou para o montante de 27,6 milhões de euros. Guiné-Bissau está classificado pelo FMI como país "em situação frágil", pobre em recursos naturais e de rendimento baixo.

Fonte: FMI, World Bank Guiné Bissau Country Overview, FMI- World Economic Outlook

São Tomé e Príncipe



STP enfrenta dificuldades típicas de pequenos estados que afectam a sua capacidade de lidar com choques e atingir um orçamento equilibrado. O número limitado de pessoas e trabalhadores no país impede muitas vezes a produção eficiente de bens e serviços na escala necessária para dar resposta à procura dos mercados locais e de exportação. A distância a que está e a insularidade aumentam os custos de exportação, e a disponibilidade limitada de terra e os poucos trabalhadores impedem que o país diversifique a sua economia, tornando-a mais vulnerável a choques referentes às condições das trocas comerciais. A indivisibilidade na produção de bens públicos e a dificuldade de prestar serviços a uma população dispersa implicam um elevado custo de bens públicos e gastos públicos avultados.

O crescimento do produto interno bruto (PIB) tem sido relativamente estável desde 2009, mas o crescimento depende em grande parte das despesas do governo e não tem contribuído significativamente para a diminuição da pobreza. O PIB cresceu a uma taxa média de 4,5% entre 2009 e 2016, com desaceleração moderada desde 2014. A produção agrícola declinou desde a independência em 1975 e já não é a principal alavanca de crescimento económico. Todavia, os produtos agrícolas, especialmente o cacau, constituem a maior parte das exportações do país. Além disso, o turismo é uma vantagem comparativa natural para STP e já constitui uma importante actividade económica, embora o país esteja longe de se tornar numa economia dependente do turismo.

Não se prevê que ocorra exploração comercial do petróleo antes de 2020, e muito poucos bens são produzidos localmente, o que faz de STP fortemente dependente de importações, incluindo petróleo para geração de energia.

g
n

O país apresenta grandes défices externos estruturais devido à sua pequena base de produção. O défice em conta corrente (excluindo transferências oficiais) caiu de 25,2% do PIB em 2015 para 20,8% em 2016. O principal factor que contribuiu para a melhoria das contas externas foi uma queda nas importações de petróleo de 9,8% do PIB em 2015 para 6,2% em 2016, devido à queda nos preços do petróleo. No mesmo período, as exportações de bens aumentaram de 3,6% do PIB para 3,9%, enquanto as exportações do turismo cresceram apenas 0,1% do PIB.

As exportações de STP estão altamente concentradas no cacau. O rendimento com as remessas dos migrantes diminuiu de 5,7% do PIB em 2015 para 4,6% em 2016, uma vez que o crescimento económico abrandou em Portugal e estagnou em Angola.

Num futuro próximo, STP vai continuar a enfrentar desafios significativos para ultrapassar a sua insularidade, a pequena dimensão do mercado, a vulnerabilidade aos choques naturais e alterações climáticas, o capital humano limitado e os escassos recursos transaccionáveis para gerar um crescimento sustentável inclusivo e reduzir a pobreza.

O desafio a longo prazo de STP é passar de planos ambiciosos para acções exequíveis que tornem a economia mais dinâmica.

A falta de dados actualizados sobre a pobreza mina os esforços direccionados para a redução da pobreza no país. Os dados do último inquérito às famílias foram recolhidos em 2010. Espera-se que ocorra um novo levantamento de dados, análise e divulgação dos orçamentos das famílias este ano.

Fonte: World Bank São Tomé e Príncipe Country Overview, FMI- World Economic Outlook

Dinâmica do sector a nível internacional

Uma gestão sustentável dos recursos hídricos e o acesso a serviços de abastecimento de água e saneamento são essenciais para abordar várias desigualdades sociais e económicas.

A legislação internacional em matéria de direitos humanos compele os Estados a trabalharem para alcançar o acesso universal à água e ao saneamento para todos, sem discriminação, priorizando ao mesmo tempo as pessoas mais necessitadas. A concretização dos direitos humanos à água e ao saneamento exige que os serviços sejam disponíveis, física e financeiramente acessíveis, seguros e culturalmente aceitáveis. "Não deixar ninguém para trás" está no coração do compromisso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visa permitir que todas as pessoas em todos os países beneficiem do desenvolvimento socioeconómico e atinjam a plena realização dos direitos humanos.

O progresso em direção aos ODS num mundo em rápida mudança dependerá da capacidade de antecipar, preparar e acomodar mudanças repentinas. Além dos desastres naturais, as mudanças progressivas na temperatura, nos padrões de precipitação e nos níveis do mar, resultantes das mudanças climáticas, têm um impacto em vários ODS. É necessária uma resposta abrangente, através de medidas de adaptação e mitigação. A construção da resiliência pode, portanto, ser uma ferramenta poderosa para combater a pobreza e a exclusão e uma maneira poderosa de evitar crises e a escalada de riscos.

Todas as medidas de gestão de riscos devem ser centradas no ser humano e garantir uma abordagem para toda a sociedade. Tais medidas também devem manter um foco especial nos grupos mais pobres e mais vulneráveis e levar em conta o fato de que as vulnerabilidades podem surgir, mudar e persistir por longos períodos, exacerbando as disparidades entre os sexos, etnias e famílias, e no status social e económico. Considerando a natureza transfronteiriça do clima, ecossistemas naturais, poluição e uso de recursos, também são necessárias colaborações e respostas coordenadas a nível regional, global e intersectorial para lidar efetivamente com o desafio, mais uma vez privilegiando os esforços direccionados àqueles que são especialmente pobres e vulneráveis.

Perante este enquadramento, os diferentes stakeholders do sector (entidades gestoras, financiadores, decisores políticos, reguladores etc.) ficam com os desafios de criar condições para a mudança, estabelecer princípios jurídicos e regulatórios adequados com mecanismos de financiamento apropriados e boa aceitação social e, simultaneamente, encontrar e disponibilizar os meios financeiros para alavancar

iniciativas de serviços de ordem ambiental que acompanhem os investimentos em infraestruturas do sector.

O ODS 6 em 2019

O reconhecimento da importância do sector da água e saneamento levou a que fosse estabelecido um objectivo específico - ODS 6 - *Garantir o acesso e a gestão sustentável da água e saneamento para todos* - para enfatizar a importância de se trabalhar no sentido de reduzir a incidência da desnutrição, das doenças transmissíveis e das desigualdades que estão directamente associadas à falta de acesso a fontes melhoradas de água potável e a saneamento.

O uso da água tem aumentado em todo o mundo a uma taxa de cerca de 1% por ano desde a década de 1980, o que se deve a uma combinação de crescimento populacional, desenvolvimento socioeconómico e mudanças nos padrões de consumo. A procura mundial por água deve continuar a aumentar a uma taxa semelhante até 2050, o que representará um aumento de 20% a 30% em relação ao nível actual de uso, principalmente devido à procura crescente nos sectores industrial e doméstico. Mais de 2 mil milhões de pessoas vivem em países que vivenciam um alto stress hídrico, e cerca de 4 mil milhões experimentam escassez severa de água durante pelo menos um mês do ano. Os níveis de stress continuarão a aumentar, à medida que a procura por água aumenta e os efeitos da mudança climática se intensificam.

O ponto de situação efetuado em 2019, no relatório United Nations Special Edition: Progress Towards the Sustainable Development Goals, refere para o ODS 6:

- Globalmente, a proporção da população que usa serviços de água potável geridos de forma segura aumentou de 61 para 71% entre 2000 e 2015 e permaneceu inalterada em 2017. Outros 19% da população global usavam serviços básicos de água potável. Isso significa que 785 milhões de pessoas ainda careciam de um serviço básico de água potável.
- A população global que utiliza serviços de saneamento geridos de forma segura aumentou de 28% em 2000 para 43% em 2015 e para 45% em 2017, com os maiores aumentos a ocorrerem na América Latina, na África Subsaariana, na África Oriental, Meridional e Ásia leste. Entre 2000 e 2017, a proporção que carecia de um serviço de saneamento básico diminuiu de 44 para 27%, mas 701 milhões de pessoas ainda praticavam defecação a céu aberto em 2017.
- Apesar do progresso, milhares de milhões de pessoas ainda carecem de instalações de água potável e de saneamento. Os dados sugerem que alcançar o acesso universal ao serviço de saneamento básico até 2030 exigiria duplicar a actual taxa anual de progresso.
- Aproximadamente um terço dos países apresenta níveis médios ou altos de stress hídrico. Quase todos os países que registaram alto stress hídrico estão localizados no norte da África e no oeste da Ásia ou no centro e sul da Ásia, e esses níveis indicam sérias dificuldades hídricas no fornecimento de água doce, pelo menos durante partes do ano.
- Após vários anos de aumentos constantes, e depois de atingir 9 biliões de dólares em 2016, os desembolsos da ODA (Official Development Assistance) para o sector de água caíram 2% entre 2016 e 2017. No entanto, os compromissos da ODA com o sector de água aumentaram 36% entre 2016 e 2017, indicando um foco renovado dos doadores no sector.

Tendência actual do apoio financeiro ao sector

De acordo com o The United Nations World Water Development Report 2019, os níveis atuais de financiamento para os serviços de água, saneamento e higiene em geral estão abaixo dos custos de capital exigidos para se atingir tais serviços básicos até 2030.

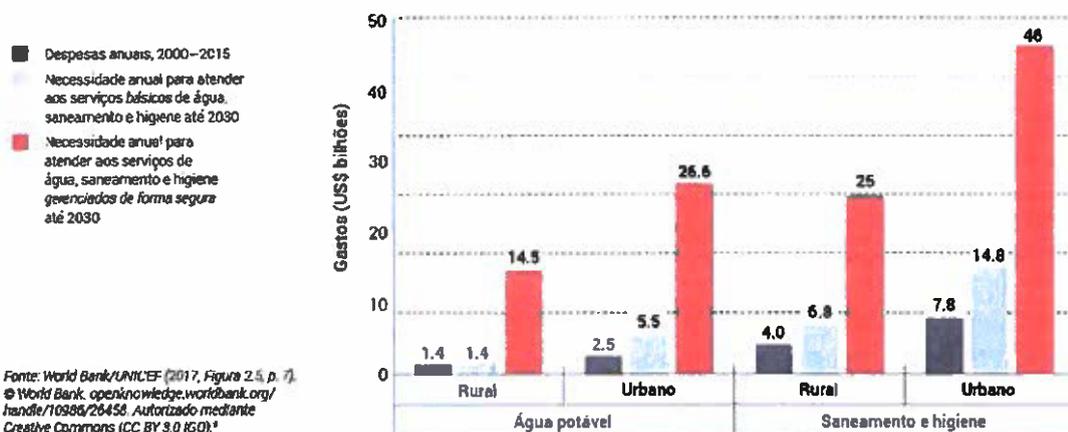


Figura - Recursos adicionais necessários para atingir as metas de serviços de água, saneamento e higiene, básicos e geridos de forma segura

Além disso, esses requisitos estão muito aquém das necessidades de investimento necessárias para se obter serviços seguros de água, saneamento e higiene (Metas 6.1 e 6.2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS). Para essa finalidade, seria necessário um aumento de três vezes para os atuais níveis de investimento anual (chegando a 114 mil milhões de dólares). As necessidades de recursos estimadas não incluem os custos de operação e de manutenção; assim, as necessidades de financiamento são ainda maiores.

O apoio da comunidade internacional de doadores continuará a ser essencial nos países em desenvolvimento, mas não pode ser a fonte principal de financiamento. A parcela relativa aos serviços de água, saneamento e higiene da assistência oficial ao desenvolvimento (AOD) estabilizou-se em cerca de 5% do total de compromissos de AOD ao longo dos últimos anos, e não é provável que essa parcela aumente de forma drástica no futuro. Caberá aos governos nacionais aumentar drasticamente o montante de financiamento público disponibilizado para a expansão dos serviços de água, saneamento e higiene.

FONTES:

- The United Nations World Water Development Report – “Leaving No One Behind” (2019);
- United Nations Special Edition: Progress Towards the Sustainable Development Goals (2019)

Handwritten signature and initials in blue ink.

O Negócio em 2019

Acompanhando as tendências mundiais, em 2019, a actividade comercial da AdPI centrou-se na **identificação de novas oportunidades** de projectos no Sector de Abastecimento de Água e Saneamento, financiados pelas principais instituições de financiamento multilateral e apoio ao desenvolvimento e cooperação internacional.

Os projectos apresentados focaram-se nas áreas de competência do Grupo AdP procurando utilizar os recursos, as competências técnicas internas e as ferramentas tecnológicas na implementação dos serviços propostos.

Em termos geográficos, os países lusófonos mantiveram destaque na procura de novas oportunidades de projecto. Este facto é justificado pela relevância que o Grupo AdP assume nestes países, em particular no Continente Africano.

No entanto, e dando sequencia à estratégia delineada para o triénio, foi feito um esforço significativo para diversificar as regiões de intervenção, identificando múltiplas oportunidades de negócio noutros países e respondendo a processos de procurement em geografias novas. Esta abordagem comercial assentou na identificação de parceiros internacionais e nacionais estratégicos e na constituição de consórcios com o objectivo de potenciar as possibilidades de sucesso das propostas apresentadas.

É relevante lembrar que a atividade comercial desenvolvida pela AdP I nos mercados internacionais é condicionada pelos processos de procurement nas principais instituições financiadoras multilaterais. Genericamente, estes processos implicam uma fase de pré-qualificação, a que se segue a preparação da proposta comercial (no caso de sucesso na fase de qualificação) e a contratação.

Os registos históricos da atividade comercial mostram que, frequentemente, os períodos que medeiam a identificação da oportunidade até à contratação do serviço podem ser muito demorados, o que exige um ritmo continuado de resposta a oportunidades que surgem. Por outro lado, também é frequente a ocorrência de atraso no lançamento de concursos. Estes aspetos são os mais críticos para a manutenção de uma carteira adequada de contratos em execução. Para minimizar estes impactos, a AdP I tem procurado desenvolver uma abordagem proactiva junto dos clientes, nomeadamente no apoio à preparação de projetos financiáveis e na identificação das potenciais fontes de financiamento.

É de realçar, em 2019, a atividade desenvolvida em projetos financiados pelo Fundo Ambiental para os mercados dos países africanos de língua portuguesa e para Timor-Leste. Em paralelo, foi possível ter sucesso em 2 grandes propostas de Assistência Técnica em Angola, que deram origem a contratos financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento.

Desempenho e eficiência operacional

Em 2019 deu-se continuidade à consolidação de mecanismos para assegurar a otimização do desempenho e eficiência operacional, tendo sido reforçado o processo de especialização de gastos e proveitos em todos os projetos em curso.

Foram ainda tidos em conta os seguintes aspetos:

- Definição clara de responsabilidades e áreas de atuação de cada colaborador, e, em paralelo, a criação de mecanismos tendo em vista o controlo e o acompanhamento da atividade diária da empresa, sob a forma de uma "coordenação de produção" que, a cada momento, assegure a mais adequada alocação de tarefas aos recursos humanos disponíveis.
- A identificação dos Processos chave para o negócio e dos respetivos Procedimentos a adotar, de modo a garantir que as atividades a desenvolver pelos colaboradores da AdPI sejam inequívocas na sequência de sub-tarefas/etapas a implementar, quais os intervenientes e suas responsabilidades, e finalmente, no tipo de registos a produzir por forma a assegurar a rastreabilidade do histórico das atividades.

Tendo presente estes objetivos, e dando continuidade ao trabalho já iniciado em 2016, estão em implementação 14 procedimentos considerados como prioritários, respeitantes a:

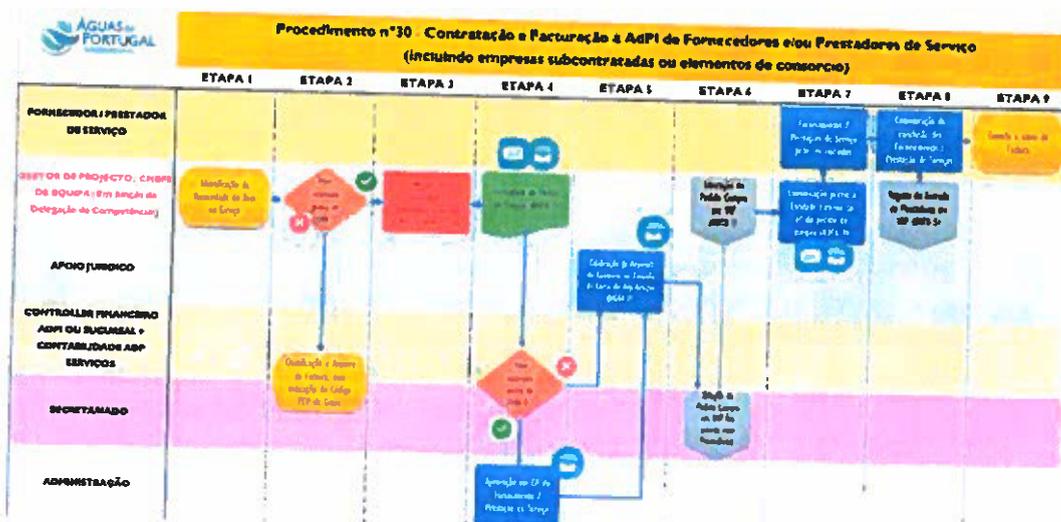
PROCESSOS E PROCEDIMENTOS EM VIGOR



Macro-processo	Processos		Procedimentos
	Nível 1	Nível 2	
DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO	Identificação de Oportunidades	Seguimento periódico "reactivo" de oportunidades	P01 Identificação de oportunidades em aberto (Mdi / Propostas)
		Seguimento periódico "pro activo" de oportunidades	P02 Mapeamento de Oportunidades em forecast/pipeline
		Preparação da Proposta	P10 Preparação da Proposta Financeira
			P20 Planeamento / Aquisição de Viagens e de Alojamentos
GESTÃO DE CONTRATOS	Kick-off do Projecto em Portugal	Definição da Logística necessária para o Projecto	P21 Emissão de Vistos e Passaportes
			P22 Aquisição/Aluguer de outros Meios Materiais e Serviços (Seguros, Meios de Transporte, Equip. Informáticos, Comunicações, etc.)
	Desenvolvimento do Projecto	Facturação e Cobrança	P29 Facturação ao Cliente
			P30 Facturação à AdPI de Fornecedores e/ou Prestadores de Serviço
ORGANIZAÇÃO INTERNA	Gestão interna	Aquisição de viagens e alojamentos	P20 Planeamento / Aquisição de Viagens e de Alojamentos
			P21 Emissão de Vistos e Passaportes
			P22 Aquisição/Aluguer de outros Meios Materiais e Serviços (Seguros, Meios de Transporte, Equip. Informáticos, Comunicações, etc.)
		Aquisição de serviços e equipamentos	P34 Aquisição de serviços e equipamentos
		Manutenção de Bases de Dados	P39 Criação e Actualização de Bases de Dados (CV para propostas, Listas de Referências)
		P40 Gestão da documentação legal de suporte à actividade da AdPI	

Na figura seguinte apresenta-se um exemplo de um procedimento em vigor:

Handwritten signature and initials



Mantém-se em vigor o controlo da alocação de tempo e de custos de cada um dos elementos da AdPI na sede às diferentes propostas e projetos em cursos, através do preenchimento de uma Folha de Ocupação Semanal em SAP (time-sheet), para registo do trabalho realizado nos períodos precedentes, bem como do preenchimento de um designado "Plano de Cargas", com a estimativa das afetações previstas para os períodos subsequentes ao registo semanal.

A análise dos registos das folhas de ocupação semanal mostra que a equipa de sede da AdP Internacional alocou o seu tempo a trabalhos para projetos concretos (produção) e para a área de desenvolvimento de negócio, o que permitiu uma afetação mais otimizada dos recursos e a redução dos custos de estrutura da empresa.

Principais indicadores de actividade

Com base no sistema de controlo e acompanhamento das ações comerciais e no processo de preenchimento da time-sheet da AdP Internacional, é possível medir a atividade da empresa e obter informação relevante para a estratégia a adoptar em 2018 e 2019.

No quadro seguinte apresentam-se esses indicadores. Em 2019, será já possível comparar os indicadores obtidos em 2018 e em 2019.

	2019	2018
Alocação da equipa de sede a projetos	76,00%	73,50%
Número de Mdl submetidas	4	23
Número de propostas submetidas	18	13
Número de ações comerciais com empresas portuguesas (Mdl e propostas)	2	26
Número de novos países com abordagem comercial	5	14

Perspectivas para 2020

O ano de 2020 será um ano de extrema relevância para a atividade da AdP Internacional. A conclusão de dois importantes projetos em Angola, nas províncias do Uíge e do Huambo, e o início de 2 novos contratos nas províncias do Bengo e do Cunene, serão fundamentais para assegurar a sustentabilidade da atividade da empresa durante o ano de 2020.

As perspetivas na área de desenvolvimento de negócio são positivas, embora venham a exigir uma forte afetação de recursos da equipa de sede, que terá também de assegurar a gestão e parte da execução dos projetos em curso. Uma das prioridades nesta área é a melhoria contínua da qualidade das propostas técnicas apresentadas e o aumento da competitividade da AdP Internacional, tirando partido de todo o potencial da inovação em produtos e em soluções desenvolvidas pelas empresas do Grupo AdP.

Destaca-se ainda o elevado número de pré-qualificações a propostas apresentadas durante o ano de 2019, que deverão ter sequência no próximo ano, nomeadamente o mercado tunisino, onde a AdP Internacional participa num consórcio para o concurso de operação e manutenção dos sistemas de saneamento de Tunes, bem como o mercado indiano, que se prevê que possa ter um impacto positivo na atividade da AdP I, já em 2020. A atividade comercial continuará alinhada com a estratégia definida nos últimos anos, procurando alargar a área de atuação da empresa a mercados nas vizinhanças dos mercados considerados prioritários, nomeadamente no Norte de África, na África Ocidental e, eventualmente, nalguns países asiáticos e outros em que a experiência do Grupo AdP seja considerada relevante para as Instituições Financeiras Multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento.

Outro dos pilares estratégicos da AdP Internacional é a consolidação de parcerias com empresas portuguesas e a identificação de parceiros internacionais com forte implantação em geografias menos tradicionais para a AdP Internacional, mas com elevado potencial de negócio face aos financiamentos multilaterais disponíveis.

Em 2020, a AdP Internacional assegurará a trajetória de sustentabilidade económica e financeira, a par de uma crescente especialização em áreas-chave para os mercados onde está presente. Em consonância com a estratégia definida, na abordagem a novos mercados e novos contratos, manter-se-á o princípio da sustentabilidade económica e financeira dos projetos em que a AdP Internacional se venha a envolver, de forma a permitir a melhoria da margem operacional.

Quanto à atividade operacional, perspetiva-se um crescimento do número de projetos, em resultado das propostas apresentadas em 2019, nomeadamente em Angola, na Índia (sobretudo no Estado de Goa) e em Timor Leste.

É de relevar ainda, o estreitar do relacionamento com o Banco Mundial que se iniciou em meados de 2019, no âmbito do novo projeto estratégico desta Instituição Financiadora Multilateral designado "Utilities of the Future". Neste âmbito, foi materializado um contrato com a AdP Internacional para assessorias específicas a Operadores Públicos na Ásia e na América Latina e que, seguramente, irá ter uma maior expressão durante o próximo ano.

Sucursais e subsidiárias



AdP Angola (sucursal)

Angola continuou a assumir-se como uma das grandes prioridades no desenvolvimento de negócios da AdPI. Através da sucursal (AdP Angola) foi dada continuidade ao trabalho de implementação do nome da AdP neste mercado.

O ano de 2019 foi caracterizado pelo término dos contratos de Assistência Técnica financiados pelo Banco Mundial para as Empresas Provinciais de Água e Saneamento das províncias do Huambo e do Uíge. Ambos os projectos, iniciados em Outubro de 2015, visam contribuir para a consolidação de processos e rotinas, nomeadamente nas áreas de operação e manutenção dos sistemas, gestão comercial, faturação e cobrança, bem como na organização geral e gestão das Empresas de Água e Saneamento do Huambo e do Uíge.

No segundo semestre de 2019, foram assinados dois novos contratos com Ministério da Energia e Águas de Angola, nas províncias do Bengo e do Cunene, financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento e um protocolo com o Fundo Ambiental, designado por MAZI- Assistência Técnica à empresa de Água e Saneamento de Cabinda.

AdP Guiné Bissau (sucursal)

Na Guiné Bissau, o segundo trimestre de 2019 ficou marcado pela participação no Consórcio com a EdPI e a LBC para a Melhoria do Desempenho Técnico, Comercial e Financeiro da EAGB- Empresa de Electricidade e Águas da Guiné-Bissau, com financiamento do Banco Mundial.



AdP São Tomé e Príncipe (sucursal)

A Sucursal da AdPI em São Tomé e Príncipe foi aberta no final do ano de 2018.

Esta Sucursal surge naturalmente no decurso dos projectos que, desde 2017, se têm vindo a realizar no país e na vontade de continuarmos a assumirmos como um parceiro importante no desenvolvimento do país na área do abastecimento de água e do saneamento.

A sua actividade durante o ano de 2019 foi marcada pela execução do projeto MAAIS 2- de Melhoria do Abastecimento de Água, Infraestruturas e Sensibilização da população de São Tomé e Príncipe.



AdP Timor-Leste (Subsidiária)

Capital Social: 5 000 USD

Em Timor Leste, o ano fica marcado pela conclusão do Projeto de Assistência Técnica à Direção Nacional de Saneamento Básico e pela adjudicação dos projetos de execução de sistemas de abastecimento de água e saneamento em quatro capitais de Município: Baucau, Los Palos, Viqueque e Same.

A AdP Timor Leste apresentou-se em consórcio com a ENGIDRO - Estudos de Engenharia Lda. O contrato envolve a prestação de serviços de assistência técnica visando o desenvolvimento de projetos naquelas quatro capitais de distrito timorenses, que irão servir mais de 145 mil pessoas, e terá a duração de seis meses, envolvendo um valor de 2,1 milhões de USD.

Handwritten signature and initials.



AdP Cabo Verde (sucursal)

No decurso do ano de 2019, a AdPI desenvolveu 2 Assistências Técnicas em Cabo Verde, a saber:

1. Projeto de Formação e Capacitação da Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS) de Cabo Verde em Gestão de Conflitos nos usos da Água em situações de escassez de Abastecimento de Água;
2. “Roadmap” dos Resíduos em Cabo Verde.

Teve ainda continuidade o Projeto de Desenvolvimento do Sistema de Abastecimento de Água na Ilha de Santiago. Recorde-se que o projeto, financiado pela cooperação japonesa – JICA, foi adjudicado à empresa nipónica Nippon Koei, que solicitou a colaboração da AdPI para que fossem integrados na sua equipa um conjunto de consultores seniores responsáveis pela coordenação e controlo de qualidade de diversas áreas-chave.



AQUATEC (Subsidiária)

Capital Social: 2 476 580 MZM

A Aquatec tem por objetivo a prestação de serviços de assistência técnica relacionados com sistemas de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e tratamento de resíduos urbanos, constituindo-se como a plataforma do Grupo AdP para a angariação de negócios nas referidas áreas, com particular enfoque nos sistemas de gestão comercial e de gestão da manutenção.

Em termos operacionais, em 2019, foi dada continuidade à assistência técnica à Águas da Região de Maputo relativa à manutenção evolutiva do sistema de gestão comercial (Aquamatrix).

O ano de 2017 foi um ano de reestruturação da empresa, tendo sido eliminada a função de diretor-geral a partir de Junho, decisão que se manterá em vigor até que o volume de atividade da empresa justifique uma alteração. Esta decisão teve um impacto significativo nos gastos operacionais no segundo semestre do ano e permitiu o equilíbrio económico e financeiro da empresa em 2018. Em 2019, os resultados da empresa foram ligeiramente negativos fruto das atividades da Missão Apoiar Moçambique suportadas pela empresa.

Sustentabilidade e Desempenho

É com um compromisso para com as gerações atuais e futuras que o Grupo AdP desenvolve a sua atividade de interface entre a sociedade e o ambiente contribuindo para a resolução de questões que melhoram a qualidade de vida das populações.

As atividades de abastecimento de água e de tratamento e valorização de águas residuais são fundamentais para o desenvolvimento económico, social e ambiental.

Sustentando a sua atuação num compromisso de promoção da melhoria do capital natural e humano em benefício das populações atuais e das gerações futuras, o Grupo AdP integra a Sustentabilidade nos alicerces da sua estratégia de gestão e como potenciadora da criação de valor para todas as partes interessadas.

Continuámos a dar passos largos no combate às alterações climáticas, apostámos forte na inovação e na economia circular, e continuámos empenhados nas políticas sociais, sempre alinhados com o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A destacar este ano o forte contributo do Grupo AdP na ajuda humanitária a Moçambique, no âmbito das calamidades provocadas pelos Ciclones IDAI e Kenneth. Respondemos na primeira hora com a missão de apoiar as autoridades Moçambicanas no restabelecimento do fornecimento de água potável às populações das zonas afetadas. Também numa iniciativa conjunta com a EDP, SIC Esperança e Grupo Lusíadas e com o apoio de todos os colaboradores do Grupo enviámos 5000 mochilas Esperança com bens essenciais, o que permitiu apoiar cerca de 25000 Moçambicanos. No final do ano reunimos ainda 1000 mochilas com material escolar.

A AdP Internacional, enquanto empresa pertencente ao universo AdP, desenvolve uma gestão sustentável dos recursos, de forma a promover uma operação mais eficiente, que garanta uma melhor qualidade do serviço prestado a melhores tarifas para a comunidade, e antecipando os novos desafios, em especial os decorrentes das alterações climáticas.

Estratégia de Sustentabilidade 2017/2020

A estratégia de sustentabilidade do Grupo AdP tem por base a premissa de que a sustentabilidade se consegue criando relações simbióticas com o ambiente, com os acionistas e trabalhadoras/es, com a comunidade e com as demais partes interessadas. No plano operacional, identificaram-se os principais desafios e definiram-se os principais compromissos do Grupo AdP em matéria de sustentabilidade.

Em Simbiose com Ambiente

Gerimos o ciclo urbano da água em equilíbrio com os ciclos da natureza

Compromissos:

- ✓ Conservar e valorizar as massas de água
- ✓ Minimizar a produção de resíduos e valorizar os subprodutos
- ✓ Conservar a biodiversidade e promover os serviços de ecossistemas
- ✓ Apostar na Investigação e Desenvolvimento

Contribuímos para o combate às alterações climáticas

Compromisso:

- ✓ Garantir a ecoeficiência do Grupo

Simbiose com os Acionistas e Clientes

Garantimos a prossecução das políticas setoriais consolidando um Grupo empresarial de referência no setor do ambiente

Compromissos:

- ✓ Garantir a sustentabilidade económico-financeira do Grupo, criando valor para os acionistas e demais partes interessadas
- ✓ Garantir a credibilidade, transparência e rigor do modelo de gestão do Grupo

- ✓ Contribuir para o desenvolvimento de uma economia local responsável

Prestamos um serviço público de excelência, com impacto direto na melhoria da qualidade de vida

Compromissos:

- ✓ Garantir a acessibilidade aos serviços de água e saneamento, assegurando justiça social e qualidade de vida das populações
- ✓ Garantir a eficiência, fiabilidade e a qualidade do serviço e segurança do produto
- ✓ Personalizar, simplificar e inovar na relação com o cliente, com base numa maior proximidade

Simbiose com os Colaboradores

Valorizamos a relação com os colaboradores, garantindo o crescente know-how do Grupo

Compromissos:

- ✓ Investir no desenvolvimento dos colaboradores
- ✓ Garantir a igualdade de oportunidades
- ✓ Garantir a segurança e saúde no trabalho
- ✓ Promover o equilíbrio entre a vida profissional e pessoal
- ✓ Garantir uma comunicação interna transversal e eficaz

Simbiose com a Comunidade

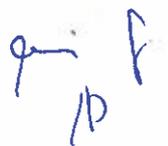
Promovemos a aproximação crescente à comunidade

Compromissos:

- ✓ Promover a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento
- ✓ Adotar um papel ativo no envolvimento com a população para as questões sociais
- ✓ Partilhar o conhecimento através de projetos de cooperação, capacitação e apoio técnico
- ✓ Investir na relação e na partilha de valores na cadeia de fornecimento

Stakeholders

A AdP Internacional está consciente das suas responsabilidades enquanto entidade prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.





Deveres especiais de prestação de informação

A AdP Internacional cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais, em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência e assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de stakeholders.

Sistema de Controlo Interno e Controlo do Risco

“Controlo Interno é um processo efetuado pelo Conselho de Administração, gestão e outro pessoal de uma entidade, projetado para fornecer garantia razoável em relação ao alcance de objetivos relacionados a operações, relatórios e conformidade.” **COSO 2013**

A AdP Internacional, e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam atenção a temáticas como o controlo interno, a gestão dos riscos, a fraude, a transparência da informação e fiabilidade do relato financeiro. Sendo estas preocupações transversais ao grupo AdP, no qual a AdP Internacional se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas empresas, a AdP SGSP aprovou no decurso de 2019 o projeto de definição e implementação de um Sistema de Controlo Interno (SCI) transversal ao Grupo. Para tal, de entre os vários modelos de controlo interno existentes, selecionou o CUBO do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), como o modelo a implementar, por considerar ser o mais adaptável à estrutura das empresas por ser flexível para toda a entidade e para qualquer uma das suas unidades ou atividades de negócio e fiável na resposta que confere aos desafios existentes. Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir representados em três categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.

Handwritten signature and initials.



Ambiente de Controlo

- Estabelece o carácter da organização, influenciando a perceção de controlo do seu pessoal;
- É a base de todos os outros componentes de controlo interno, providenciando disciplina e estrutura dos restantes elementos do SCI.

Avaliação dos Riscos

- Riscos de fontes externas e internas;
- Condição prévia: definição de objetivos ligados a níveis diferentes da entidade e internamente consistentes;
- Identificação e análise dos riscos relevantes para o alcance dos objetivos;
- Base para a gestão dos riscos.

Atividades de Controlo

- Políticas e procedimentos que ajudam a assegurar:
 - as respostas aos riscos, visando o alcance dos objetivos da entidade;
 - o cumprimento das diretivas da entidade;
- Ocorrem por toda a organização, a todos os níveis e em todas as funções;
- Atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos.

Informação e Comunicação

Informação relevante identificada, capturada e comunicada com qualidade, para garantir o tratamento e a troca de dados relevantes, num prazo, e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da empresa; Os sistemas de informação são fonte de informação que concorre para a gestão e controlo do negócio.

Monitorização de Atividades

- Avaliação da qualidade de desempenho do SCI ao longo do tempo.
- Assegurar a adequação e eficácia do SCI de forma contínua;
- Garantir a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias, visando a melhoria contínua.

No desenvolvimento do projeto, com base nas orientações estratégicas e as contas significativas, a AdP SGPS identificou os 35 processos considerados como críticos no grupo AdP e priorizou 13 processos para os quais foi efetuado o respetivo mapeamento, a identificação dos eventos de risco e riscos associados e dos controlos implementados para a sua mitigação, em duas empresas piloto.

Paralelamente, foram desenvolvidos, encontrando-se em fase de conclusão, o relatório de definição das métricas a utilizar na avaliação anual do SCI, bem como o Manual de Controlo Interno do Grupo, no qual se incluem as Matrizes de Controlos e Riscos dos processos mapeados.

No seguimento encontra-se prevista a implementação da metodologia de controlo interno aprovada na **AdP Internacional**, bem como a implementação do Manual de Controlo Interno, o qual compreenderá o necessário ajuste à realidade dos riscos e controlos estabelecidos na empresa. Será promovida sensibilização e formação sobre a matéria, e dada continuidade ao mapeamento dos restantes processos identificados como críticos.

Finalizada a implementação do modelo, as métricas de avaliação estabelecidas, conjugadas com as auditorias de controlo interno efetuadas anualmente, permitirão a obtenção de informação que possibilitará aferir se as cinco componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da **AdP Internacional** e concluir se o SCI é eficaz.

g
p f

As alterações acima indicadas obrigarão ainda à revisão e ajuste do modelo de gestão de risco em vigor no Grupo AdP e na AdP Internacional permitindo ao seu Conselho de Administração um maior enfoque na sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à atividade e que resultam da sua operação diária.

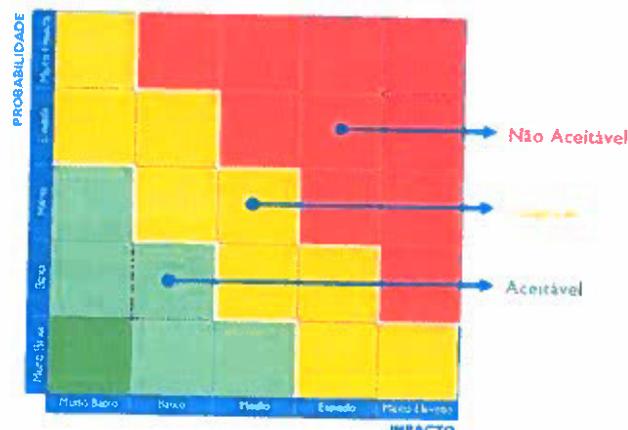
A existência de um modelo de gestão do risco empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O modelo de gestão do risco empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, também definido de acordo com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, conforme se observa em baixo:

Classes	Governança	Estratégia & Planeamento	Operacional/ Infraestrutura	Conformidade	Reporte
Categorias	Governança Corporativa	Responsabilidade Social e Sustentabilidade	Ativos	Conformidade	Reporte
	Ética	Fatores Externos	Gestão Financeira		
		Estratégia	Recursos Humanos		
		Planeamento	Tecnologias de Informação		
			Legal		
			Desenvolvimento de Produtos e Serviços		
			Marketing, Vendas e Comunicação		
			Supply Chain		

A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco é a Direção da AdP SGPS que tem por missão, a identificação dos riscos inerentes aos negócios do Grupo AdP, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade, para avaliar os resultados e de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, tem reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de gestão do risco empresarial, os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela AdP Internacional, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, além de ser assegurada pela AdP Internacional e respetivos órgãos de gestão, é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Em virtude da implementação do modelo de controlo interno no Grupo AdP, não foi efetuada avaliação do risco em 2019. Considerando a avaliação do risco efetuada em 2018, alguns dos principais riscos a que a empresa se encontra exposta, são os seguintes:

- **Gestão de talentos:** Risco de dificuldade na captação e retenção do capital humano necessário, decorrente de limitações inerentes ao enquadramento setorial ou à conjuntura económica.

gi f

- **Gestão da Dispersão Geográfica:** Risco de incapacidade ou dificuldade na potencialização de ganhos de escala e na gestão dos recursos humanos, materiais e tecnológicos, devido a dispersão geográfica do negócio.
- **Reputação e Imagem:** Risco de degradação da imagem da Organização perante o exterior e seus stakeholders, com consequentes perdas financeiras, por via direta ou indireta e de forma sustentada ou não.
- **Segurança da Informação:** Risco de perda de confidencialidade, integridade e disponibilidade dos sistemas de informação, decorrente de uma inexistente ou inadequada definição de políticas de segurança da informação.
- **Envolvente política, económica e financeira:** Risco de ocorrências de caráter político, económico ou financeiro, que possam condicionar a continuidade do negócio da Organização.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e o responsável, e respetivo plano de implementação. Consoante a duração do período de tratamento definido, poderão ser definidas datas de monitorização e os respetivos responsáveis, sendo o impacto das ações desenvolvidas aferido na avaliação subsequente efetuada.

Gestão do Capital Humano

A AdP Internacional assume, no âmbito da sua política de gestão de recursos humanos, o compromisso de promover ativamente o desenvolvimento e a valorização contínua de todos os colaboradores contribuindo, desta forma, para o seu envolvimento e compromisso e, igualmente, para a sustentabilidade do Grupo AdP.

Os processos de planeamento, gestão e avaliação da formação, visam dar resposta às necessidades formativas identificadas e garantir a qualidade, eficácia e adequação das mesmas. São igualmente dinamizadas ações de formação de cariz transversal e estratégico, com vista a promover o desenvolvimento organizacional. O regulamento de Valorização Profissional incentiva a participação dos colaboradores em programas de Pós Graduação bem como a sua participação em Associações Profissionais ou de Classe que contribuam para a sua valorização profissional.

O processo de gestão do desempenho permite o alinhamento dos desempenhos individuais, com a estratégia e os objetivos da empresa, potenciando a melhoria contínua. Trata-se de um processo permanente e contínuo, que integra o alinhamento de expectativas, a definição de metas e objetivos claros a atingir, a identificação de oportunidades de melhoria e o desenvolvimento dos colaboradores.

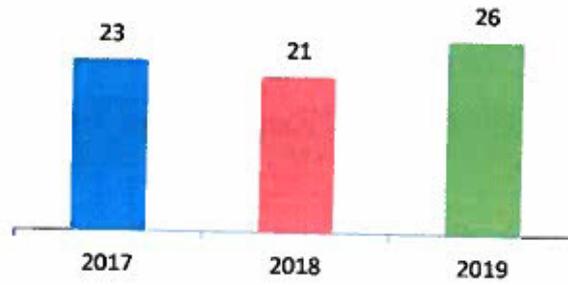
A mobilidade interna de colaboradores é uma prática que valorizamos e estimulamos no Grupo, a qual constitui um fator importante na evolução profissional dos nossos recursos humanos. Na AdP Internacional, é fundamental o recurso ao capital humano do Grupo Águas de Portugal para a alocação de profissionais experientes no setor da água a projetos internacionais, possibilitando aos colaboradores a exposição a novos contextos e desafios que potenciam a aquisição de aprendizagens e competências.

Durante o ano de 2019, ocorreu um aumento do número de trabalhadores, devido à ocorrência de novos projetos.

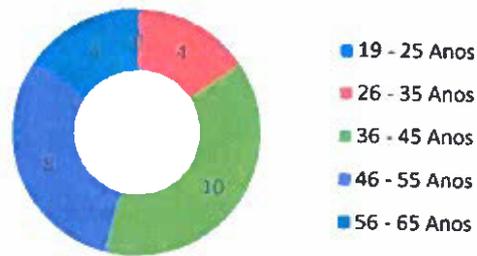
No ano de 2019, o Grupo Águas de Portugal foi nomeado uma das organizações-bandeira do Pacto para a Conciliação, um sistema de gestão da conciliação da vida profissional, familiar e pessoal que integra o programa “3 em Linha” que o Governo acaba de lançar. Nesta linha, e associada à estratégia do Grupo, a AdP Internacional obteve a certificação na norma da Conciliação – NP 4552.

PRINCIPAIS INDICADORES
(com referência a 31 de dezembro)

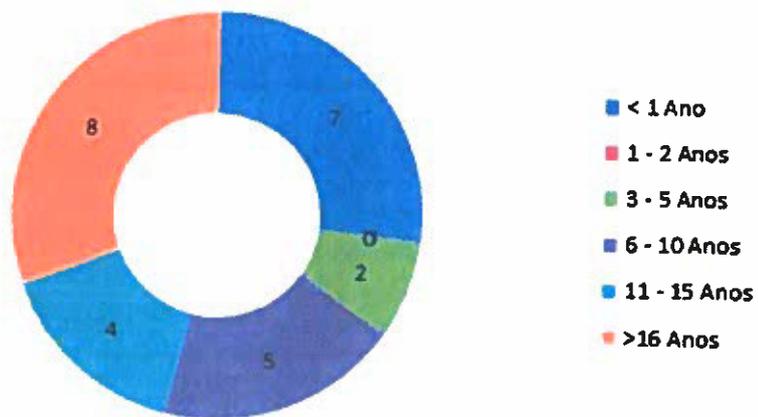
Nº de Colaboradores



Estrutura Etária

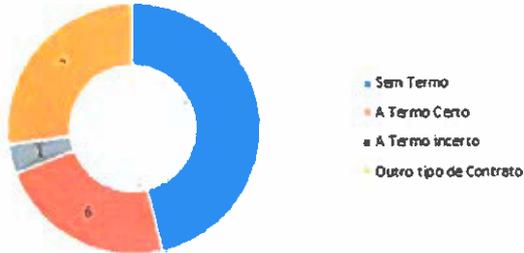


Antiguidade

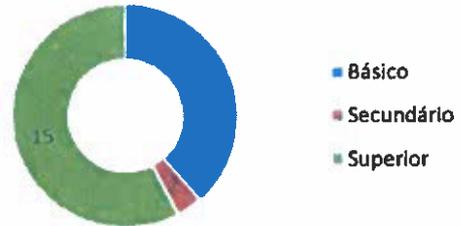


Handwritten signature

Situação Contratual

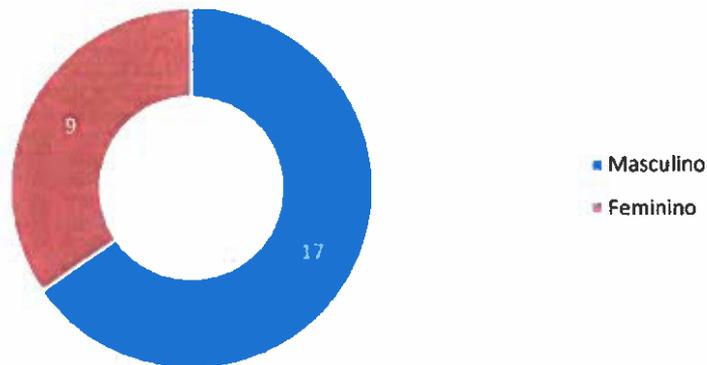


Habilitações Literárias



Nota - Na modalidade "Outro" encontram-se colaboradores em regime de cedência ocasional dentro do Grupo e cedência de interesse Público. Uma vez que estes colaboradores também possuem contrato sem termo com a sua empresa de origem, na prática, este regime contratual representa 98% do total de contratos individuais de trabalho existentes.

Distribuição de Género



(*) Em cumprimento do previsto no n.º2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AdP SGPS SA promoverá, divulgará internamente e disponibilizará no sítio da internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, através do seu relatório anual de sustentabilidade.

Análise Económica e Financeira

A análise económica e financeira que se apresenta, procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial alcançados pela AdP Internacional, no ano de 2019, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas anexas.

Apresenta-se de seguida o quadro de indicadores evolutivos da empresa:

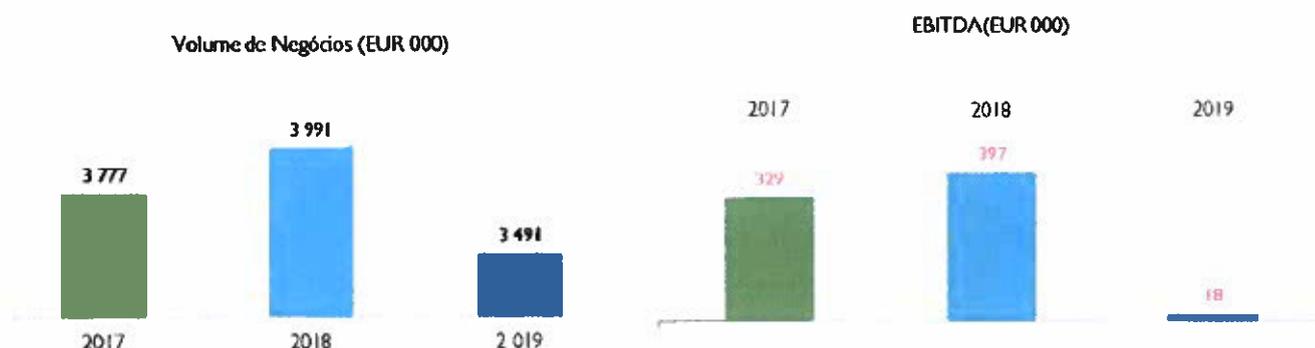
INDICADORES ECONÓMICO FINANCEIROS	2017	2018	2019	Un: m€	
				Var 2019 / 2018	
				Valor	%
Volume de Negócios	3 777	3 991	3 491	(500)	-13%
Cash-Flow Operacional(EBITDA)*	329	397	18	(380)	-96%
Margem EBITDA	9%	10%	1%	(0)	-9%
Resultado Operacional	166	165	(73)	(238)	-144%
Resultado Financeiro	(163)	(49)	(101)	(51)	-106%
Resultado Líquido	(11)	83	(219)	(302)	-364%
Investimento	31	7	220	213	3243%
Activo Líquido	5 631	5 130	3 655	(1 475)	-29%
Passivo	6 084	4 948	3 692	(1 256)	-25%
PMP (dias)	161	191	188	(3)	-2%
PMR (dias)	176	280	418	138	49%
Endividamento	3 650	2 900	1 700	(1 200)	-41%

* EBITDA = Resultado Operacional + Amortizações+Provisões/Imparidades

A AdP Internacional encerrou o seu exercício económico de 2019 com um resultado líquido negativo de 219 mil EUR. O cash-flow operacional foi positivo no valor de 18 mil euros.

Este impacto negativo nos resultados deve-se à redução significativa nas equipas na fase final dos projectos de Assistência Técnica às empresas provinciais de abastecimento de água e saneamento do Uige e do Huambo, financiados pelo Banco Mundial. Adicionalmente, o atraso na colocação de equipas e fornecimentos, por motivos administrativos, no arranque dos dois novos contratos com o Ministério da Energia e Águas de Angola, nas províncias do Bengo e do Cunene, financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento, contribuiu para que o reconhecimento da percentagem de acabamento do volume de negócios fosse inferior ao esperado.

O decréscimo do volume de negócios em 13%, face a 2018, foi acompanhado por uma diminuição dos gastos operacionais, traduzindo-se num EBITDA positivo de 18 mil euros.



No ano de 2019 terminaram os projetos Huambo e Uíge (500 mil euros). Os projetos no âmbito de protocolos estabelecidos com o Fundo Ambiental em Moçambique⁴, Cabo Verde⁵, Angola⁶, Tunísia⁷ e São Tomé e Príncipe⁸ originaram um impacto de 1.542 mil euros. Os dois novos projetos nas províncias Angolanas do Bengo⁹ e Cunene¹⁰, iniciados no segundo semestre de 2019, traduziram-se em 900 mil euros de Volume de Negócios.

Os fornecimentos e serviços externos decresceram 513 mil euros, face ao período homólogo, acompanhando a variação da atividade.

O acréscimo dos gastos com pessoal esteve relacionado com a variação líquida de 4 colaboradores oriundos de empresas do Grupo AdP para a execução dos dois novos projectos nas províncias Angolanas do Bengo e do Cunene.

O EBITDA da AdP Internacional atingiu o valor positivo de 18 mil euros, penalizado pelo efeito da redução de atividade já justificado.

Finalmente, concorre para o resultado de 2019, o resultado financeiro negativo de 100 mil euros, dos quais 42 mil euros de juros suportados relativos ao endividamento junto da AdP SGPS.

⁴ EVA- Eficiência e Valorização Água

⁵ Melhoria do desempenho ambiental do sistema de abastecimento de água e da qualidade de serviço da Águas de Santiago aumentando a sua resiliência à escassez de água e Projeto "Roadmap" para o estabelecimento de uma política de prevenção e gestão de conflitos nos usos da água em situações de escassez (Agência Nacional de Água e Saneamento (ANAS) e Projeto Roteiro dos Resíduos em Cabo Verde (Ilhas do Maio e São Nicolau)

⁶ MAZI- Assistência Técnica à empresa de Água e Saneamento de Cabinda

⁷ Na área do saneamento e tratamento de águas residuais

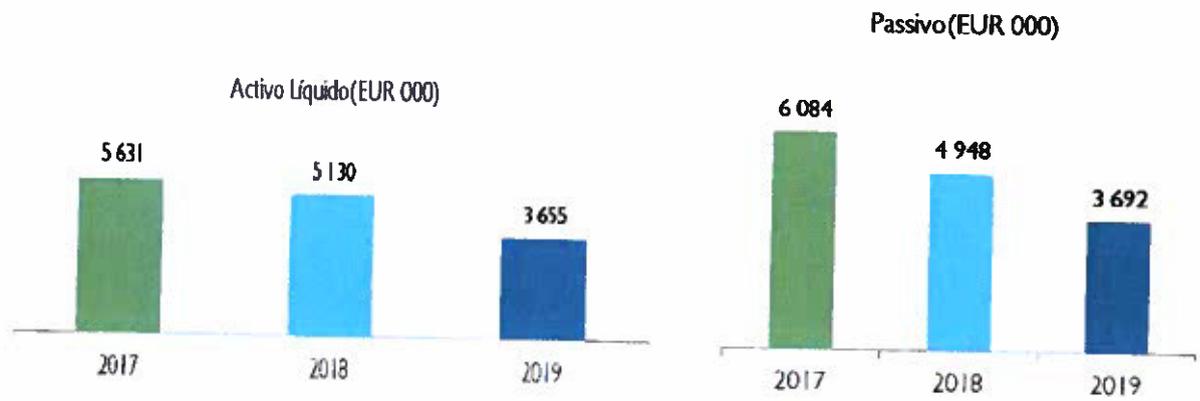
⁸ Programa de Melhoria do Abastecimento de Água, Infraestruturas, e Sensibilização da população da República de São Tomé e Príncipe MAAIS 2

⁹ Gestão para Capacitação, Operação e Manutenção da Empresa Pública de Águas e Saneamento do Cunene - Ref. Contrato (NC05-ISSUWSSSD/18).

¹⁰ Gestão para Capacitação, Operação e Manutenção da Empresa Pública de Águas e Saneamento do Cunene - Ref. Contrato. NC06-ISSUWSSSD/18.

g. p

O decréscimo do activo deve-se à redução da dívida de clientes do Banco Mundial em mais de 2 milhões de euros.



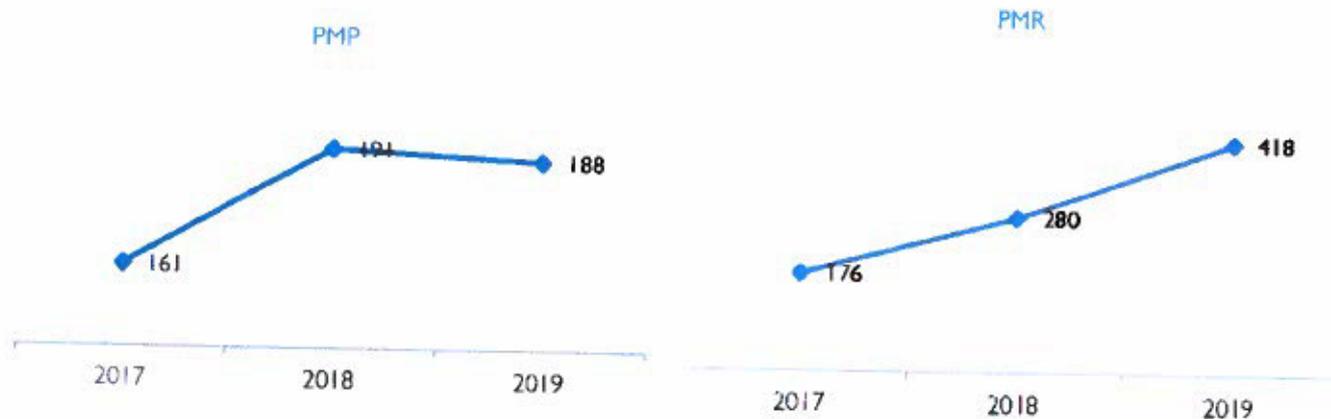
A variação do Passivo decorreu da redução do endividamento (1.200 mil euros, sendo 900 mil euros de Apoio de Tesouraria e 300 mil Euros de Suprimentos), dando continuidade ao verificado em 2018, com recurso às disponibilidades geradas em anos anteriores. Este endividamento consubstancia-se em:

- o Suprimentos do acionista AdP SGPS, no valor de 1,7 milhões de euros (inferior em 300 mil Eur face a 2018).



g p f

Em função do relatado, observam-se nos gráficos seguintes a evolução dos prazos médios.



O cálculo do indicador PMP reduziu ligeiramente.

Inovação e I&D

A AdP Internacional dá especial importância à inovação em todo o seu ciclo de atividade: desde a identificação de oportunidades até à execução dos contratos. A sua natureza de entidade que compete a nível internacional com os maiores players globais exige esta atitude proactiva de procura de inovação constante.

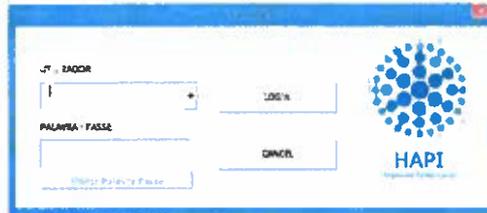
Em resultado desse posicionamento, em 2019, destacam-se os seguintes acontecimentos:

Desenvolvimento de Sistema para Monitorização dos Indicadores desempenho em projetos de Assistência Técnica a Entidades Gestoras de Abastecimento de Água

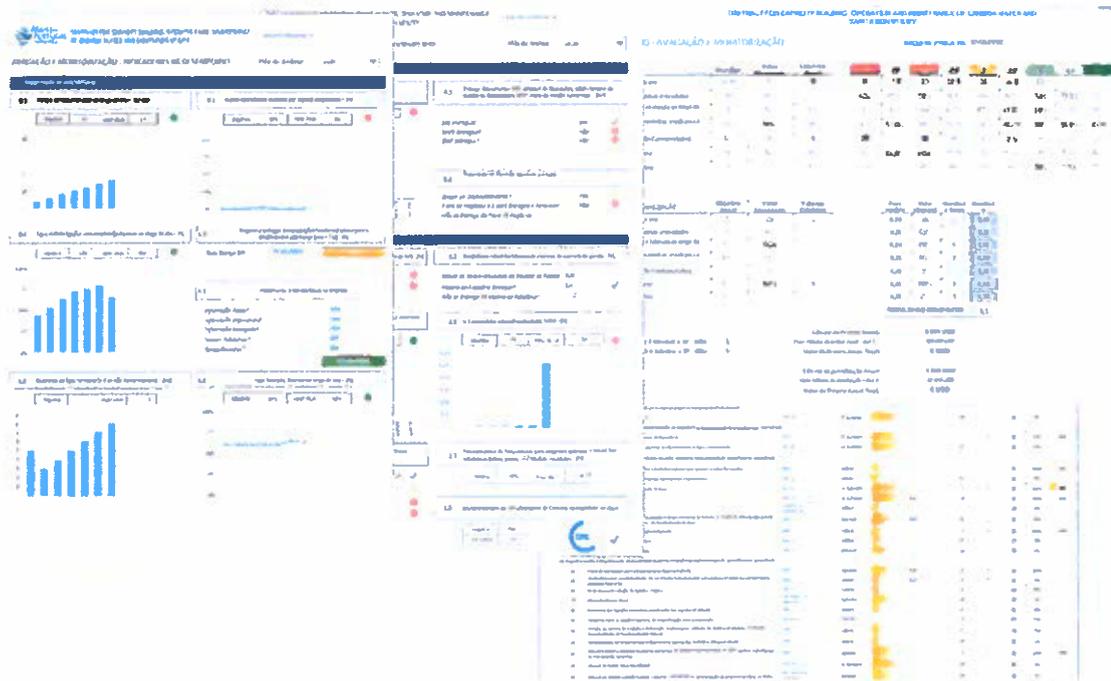
Na procura contínua de melhorar os serviços prestados nos Projetos Internacionais, e aproveitando toda a experiência da AdPI em contratos de Assistência Técnica, foi melhorada a ferramenta desenvolvida em 2017 – HAPI - para monitorização de indicadores de desempenho definidos.

O HAPI 2.0 permite a avaliação da qualidade, eficiência e sustentabilidade do serviço de abastecimento de água das Entidades Gestoras através do uso de processos e instrumentos eficazes para avaliar o desempenho da concessionária (nos níveis estratégico, tático e operacional), assim como os resultados obtidos pelas Equipas de Peritos da AdP Internacional.

Para facilitar a entrada, análise e rastreabilidade das variáveis, o HAPI2.0 permite trabalhar em rede e a parametrização de perfis distintos de utilizadores.



Handwritten signature or initials in blue ink.



Esta ferramenta está atualmente em uso em 2 Projetos em Angola (Contrato de gestão para capacitação, operação e manutenção da empresa pública de águas e saneamento do Bengo; Contrato de gestão para capacitação, operação e manutenção da empresa pública de águas e saneamento do Cunene) e na Guiné Bissau - Projet d'urgence pour l'amélioration des services d'eau potable et d'électricité pour la ville de Bissau – Fond Additionnel (PUASEE- FA).

Desenvolvimento de Sistema para Gestão da Manutenção - MANUTEC

Em 2017 iniciou-se o desenvolvimento de um software para registo e acompanhamento das atividades da manutenção – MANUTEC@.

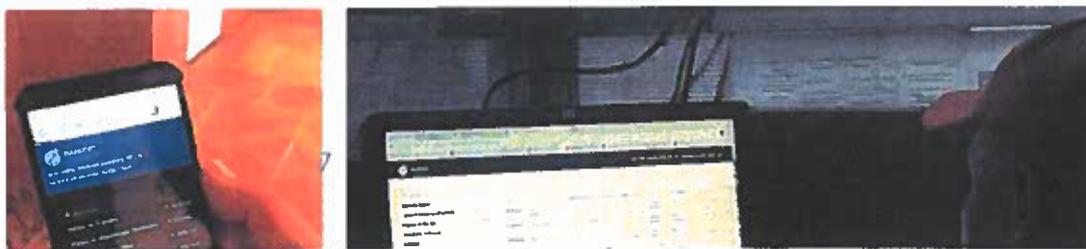
Esta ferramenta, melhorada durante 2018 e 2019, já se encontra implementada e a trabalhar em pleno em São Tomé e Príncipe e em Moçambique (Xai Xai).

O MANUTEC@ permite estabelecer um fluxo de acompanhamento das informações desde a sua origem até a finalização da execução do serviço envolvendo os vários intervenientes no processo de acordo com o fluxo organizacional de cada empresa.

É uma ferramenta de utilização simples e sem grandes complexidades de funcionamento, mas que proporciona às Entidades Gestoras algumas vantagens acrescidas, nomeadamente:

- A organização da informação relativa à manutenção;
- A criação de hábitos e rotinas de registo das manutenções efetuadas;
- A criação da necessidade de relatórios de manutenção;
- A facilidade na obtenção de dados que vão alimentar o sistema de indicadores da EMAE.

Será futuramente parametrizada e implementada em outros Projetos cuja área da Gestão da manutenção esteja envolvida, trazendo mais-valias para todos os intervenientes.



Handwritten signature or initials in blue ink.

Cumprimento das Orientações legais

Para efeitos da demonstração do Cumprimento das Orientações Legais, foi seguida a estrutura constante do ofício (ofício-circular n.º 1116 de 12/03/2019) relativo a "Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2018".

I. Objetivos de gestão (artigo 38º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

I.1. Objetivos de gestão

Sem prejuízo da aferição da prossecução das orientações estratégicas determinadas, a avaliação a realizar pelos titulares da função acionista terá por referência os objetivos e indicadores de desempenho anuais para o período do mandato e a fórmula de cálculo do respetivo grau de concretização.

A avaliação é realizada em função do grau de concretização dos objetivos, conforme quadro seguinte, e far-se-á pelo arredondamento a uma casa decimal do somatório do atingimento de cada indicador.

Os indicadores foram definidos para o mandato 2016-2018, divulgando-se por analogia para 2019, para efeitos de acompanhamento da gestão, são os que constam no quadro seguinte:

Objetivos de Gestão de 2019- Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A.					
Indicadores	Meta(1)	Modo de Avaliação(2)	Valor Atingido	Avaliação (2)/(3)	Ponderação Valor
1. Eficiência de Gestão (PRC)	Promover a eficiência da gestão na empresa, tendo em atenção o PRC, comparativamente ao ano de referência de 2015	$\Delta PRC < 0\%$ Não Atingido $0\% \leq \Delta PRC < 3\%$ Atingido $\Delta PRC \geq 3\%$ Superado $RE > 100\%$	14,1%	Superado	15%
2. Limite ao endividamento	Redução do stock da dívida	Não Atingido $97\% < RES < 100\%$ Atingido $RES \geq 97\%$ Superado $DTE > 100\%$	58,6%	Superado	15%
3. Degradação da tesouraria de exploração	Não degradação da tesouraria da empresa atendendo à limitação de evolução do crescimento do endividamento e à degradação do PMR	Não Atingido $85\% < RLS < 100\%$ Atingido $RLS \geq 85\%$ Superado $RL 2019 < 0 \text{ M€}$	258,4%	Não atingido	15%
4. Resultado Líquido do Exercício	Promover a sustentabilidade económica e financeira da empresa e minimização do risco das operações.	Não Atingido $0 \text{ M€} \leq RL 2019 \leq 0,5 \text{ M€}$ Atingido $RL 2019 > 0,5 \text{ M€}$ Superado	0,2	Não atingido	15%
5. Evolução da Dívida Vencida de Clientes	Promover a recuperação da dívida vencida de clientes	$EDVC > 100\%$ Não Atingido $95\% \leq EDVC \leq 100\%$ Atingido	43,9%	Superado	15%

6.	Contratos Celebrados	Promover a celebração de contratos que potenciem o crescimento sustentado da empresa	EDVC<95% Superado CC<2 Não Atingido CC=2 Atingido CC>2 Superado	4	Superado	15%
7.	Grau de Cumprimento dos prazos de Reporte	Garantir o cumprimento dos prazos de reporte com atrasos de 0 dias	G CPR>0 dias Não Atingido -1 dias ≤G CPR≤0 dias Atingido G CPR<-1 dia Superado	-1	Atingido	10%

NOTAS:

- (1) Conforme fixado na Deliberação Unânime Escrita tomada pelo acionista único em 11 de junho de 2018.
- (2) Quando, num indicador, um dos objetivos não for avaliado, a sua ponderação é repartida de forma proporcional pelos restantes.
- (3) Modo de avaliação:

Não atingido	1
Atingido	2
Superado	3

AVALIAÇÃO DOS GESTORES:

- | | |
|-------------|----------------------|
| Desadequado | <1,8 |
| Adequado | 1,8 ≤ Avaliação <2,5 |
| Superado | ≥ 2,5 |

Avaliação Global de Desempenho: 2,3 (Adequado)

1.2. Execução do Plano de Atividades e Orçamento para 2019

Nos termos do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro ('RJSPE'), a Direção Geral do Tesouro e Finanças comunicou, através de Despacho de 785/19 Set, a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento ('PAO') de 2019. Os principais indicadores de execução orçamental constam do quadro seguinte:

INDICADORES	Unid.	Un: '000 Eur			
		2019	ORÇ 2019	2018	Execução
EBITDA*	€	17 674	317 352	397 236	6%
CMVC+FSE+Gastos com pessoal	€	3 426 053	5 165 943	3 862 736	66%
PRC	%	98,15%	95,22%	96,79%	103%
Gastos c/ Deslocações/Aj. De Custo/Gastos frota automóvel	€	470 265	425 376	533 088	111%
Volume de Negócios	€	3 490 644	5 425 000	3 990 900	64%
Resultado Líquido	€	218 703	257 654	83 147	-85%
Investimento	€	219 528	-	0	0%
Endividamento	€	1 700 000	2 619 740	2 900 000	65%
Gastos com Pessoal	€	1 315 447	1 020 265	1 239 603	129%
(3) Gastos com o Pessoal corrigido das indemnizações		1 317 954	1 020 265	1 199 960	129%
N.º de trabalhadores	n.º	28	23	23	122%
Gastos com Frota automóvel	€	136 289	110 416	176 128	123%
N.º Viaturas	n.º	17	12	13	142%

* Resultado Operacional+ (Amortizações-Subs.Invest)+ Finanças Brutas por Imparidade + Reversões-DRG-Rédito/Gastos Construção (IFRIC12)

* O número de colaboradores é apenas o efetivo, excluindo assim 2 membros Assembleia Geral, 5 contratos suspensos, e 1 cargo não executivo.

O ano de 2019 foi marcado pela implementação dos projetos financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento nas províncias do Bengo e do Cunene em Angola. A colocação das equipas no terreno sofreu algumas dificuldades logísticas não previstas o que implicou a estadia em hotéis nos meses iniciais, o que originou um acréscimo das deslocações e estadas.

Na Guiné Bissau, a Assistência Técnica à EAGB, financiada pelo Banco Mundial, projectada para iniciar em janeiro, apenas arrancou em maio de 2019.

Os atrasos face ao previsto no PAO de 2019 (julho de 2019 face a dezembro de 2018), da assinatura dos contratos do Banco Mundial, e o atraso no arranque da AT EAGB, implicaram um decréscimo de volume de negócios face ao estimado.

Aquando o exercício do PAO de 2019, não era expectável realizar investimento, pois os pressupostos eram que os equipamentos de transporte usados nos projectos financiados pelo Banco Mundial, nas províncias do Huambo e do Uige em Angola, continuariam na frota da empresa. Facto que não se veio a verificar pois tiveram que ser abatidos.

Acresce referir que, no orçamento de 2019, foram considerados gastos com equipas para os projectos do Bengo e do Cunene, mas que, à data da elaboração do exercício orçamental, estavam a ser considerados em FSE. Aquando da sua constituição efetiva, foram efetuadas cedências de pessoal de outras empresas do Grupo, permitindo, assim, potenciar e valorizar internacionalmente os recursos humanos do Grupo AdP.

Apesar das condicionantes acima verificadas, o endividamento da empresa reduziu em 41%.

P
P
P

2. Gestão do risco financeiro

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado financeiro, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding (AdP SGPS).

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente, a AdP SGPS iniciou, em 2004, um processo de obtenção de financiamentos externos de longo prazo, tendo efetuado uma colocação privada de dívida em 2005 e três emissões particulares de obrigações em 2007, e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, quer através da contratação de instrumentos financeiros derivados, quer mediante a escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final.

No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

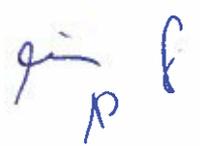
A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneio e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneio.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permita fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta), o risco assumido encontra-se relacionado com o "rating" dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas, são primeiramente utilizados para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada do grupo, e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão, são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.



Anos	2019	2018	2017	2016	2015
Encargos Financeiros (€)	42 544	55 299	118 589	227 275	299 868
Taxa Média de Financiamento (%)	3%	2%	3%	3%	4%

Un: '000 Eur

A AdP Internacional beneficia dos seguintes financiamentos:

- Suprimento: limite 4 milhões de euros, em 31/12/2019 com utilização de 1,7 milhões de euros – taxa - Euribor 1M + 1,7%;
- Apoio de Tesouraria: limite 3 milhões de euros, não utilizado em 31/12/2019 – taxa - Euribor 3M + 1,6%.

3. Limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 58.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro (lei do Orçamento de Estado para 2019, apurados nos termos da fórmula disposta no n.º 4 do artigo 159.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho (DLEO2019)

Passivo Remunerado	2019	2018	2017	2016	2015	Variação 19/18	
	Valores					Valor	%
Financiamentos obtidos (correntes e não correntes)	1 700 000	2 900 000	3 650 000	9 076 505	8 091 852	-1 200 000	-32,88%
dos quais concedidos pela DGTF							
Aumentos de Capital por dotação							
Aumentos de Capital por conversão créditos							
Endividamento ajustado	1 480 469	2 893 426	3 650 000	9 076 505	8 091 852	-1 412 957	-38,71%
Novos Investimentos	219 531	6 574					

Un: '000 Eur

4. Evolução do PMP a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008 de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009 de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears"), conforme definidos no decreto-lei n.º 65-A/2011 de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

PMP	2019	2018	Variação 19/18
	%		
Prazo (dias)	188	191	-1,40%

Mapa da posição a 31/12/2018 das Dívidas Vencidas, nos termos do DL 65-A/2011, de 17/maio (Reexpressão)¹¹

Dívidas Vencidas Total	Valor (€)	Dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL65-A/2011				
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	279 656	4 359	-	5 707	9 607	1 124 048
Aq. de Capital						
Total	279 656	4 359	-	5 707	9 607	1 124 048

Dívidas Vencidas Sem Intragrupo	Valor (€)	Dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL65-A/2011				
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	95 969	-	1 979	-	9 063	784
Aq. de Capital						20 480

¹¹ No Relatório de 2018, apenas foram divulgadas as Dívidas Vencidas Sem Intragrupo expurgados de saldos intragrupo AdP.

Total	95 969	-	1 979	-	9 063	784	-	20 480
-------	--------	---	-------	---	-------	-----	---	--------

Mapa da posição a 31/12/2019 das Dívidas Vencidas, nos termos do DL 65-A/2011, de 17/maio

Dividas Vencidas Total	Valor (€)	Dívidas vencidas de acordo com o art. 1º DL65-A/2011			
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias > 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	- 37 532	-	-	23 469	1 188 509
Aq. de Capital					
Total	- 37 532	-	-	23 469	1 188 509

Dividas Vencidas Sem Intragrupo	Valor (€)	Dívidas vencidas de acordo com o art. 1º DL65-A/2011			
		0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias > 360 dias
Aq. de Bens e Serviços					
Aq. de Capital					
Total					

5. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas Não foram emitidas quaisquer recomendações aquando da aprovação de contas.

6. Remunerações

A administração confirma a aplicação das orientações relativas às remunerações vigentes em 2019. (Para detalhe de informação consultar Apêndice I em anexo)

7. Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei nº8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

- a) À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;
- b) Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei nº8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa e ainda ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

- c) Ao valor de despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet:

Membro da CA	Gastos com comunicações (€)		Observações
	Plafond mensal (definido)	Valor Anual	
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	80	1 037	
		1 037	

*g
p f*

d) Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço:

Membro da CA	Plafond mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	366	1 662	750	3 018	
				3 018	

8. Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e do artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

A AdP Internacional dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, não aceitando despesas não documentadas ou confidenciais.

9. Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março;

Em cumprimento do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AdP Internacional promoverá, divulgará internamente e disponibilizará no sítio da internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens.

10. Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção conforme o disposto no n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE

Dando cumprimento ao previsto no n.º 1 do artigo n.º 46 do Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AdP Internacional procede à avaliação anual do PGRIC em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas, ou risco de ocorrências, e outros factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo n.º 2 da Lei n.º 54/2008 de 4 de setembro, nomeadamente:

“a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial”.

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º 2 do n.º 46 do Decreto-Lei (DL) n.º 133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da AdP Internacional e remetido à Unidade Técnica (UTAM).

11. Contratação Pública, indicando designadamente:

11 Contratação pública, Indicando, designadamente:

- a) o modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2018, sendo que, nas empresas-mãe de grupos públicos, esse ponto deverá incluir todas as empresas em que estas participem maioritariamente.
- b) os procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com referência à última atualização.
- c) os atos ou contratos celebrados com valor superior a 5 M€, independentemente da espécie do ato, ou contrato, em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC).

O Grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados - a AdP – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A. - que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro, foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto diferenciado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras e Logística da AdP Serviços.

A existência desta estrutura interna do Grupo justifica-se na medida em que permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, designadamente os seguros, energia, reagentes químicos e materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes, encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

Foi desenvolvido um trabalho exaustivo no sentido de uniformizar procedimentos ao nível das empresas e garantir a observância de requisitos legais e de orientações internas relativas a procedimentos de contratação pública ao abrigo do Regime Geral, em face das alterações introduzidas ao CCP pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, no sentido de preparar um guião, designado manual de contratação, que oriente os seus utilizadores na interpretação e aplicação das mais importantes inovações trazidas por esta revisão legislativa e incorporando toda a “aprendizagem” do Grupo ao longo destes 10 anos, em matéria de contratação pública.

Em articulação com o guião indicado no parágrafo anterior, foi desenvolvido também um manual de compras, que visa sistematizar o papel de cada um dos intervenientes no processo de compras, potenciando uma visão integrada e abrangente, partilhando os mesmos conceitos, uniformizando as ferramentas utilizadas, as designações, procedimentos internos e cooperação para o desenvolvimento sustentado dos processos de aquisição.

“No ano de 2019 não foram praticados atos ou celebrados contratos de valor superior a € 5 000 000, não tendo consequentemente sido sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas qualquer processo.”

No que concerne às empresas operacionais, houve contratos outorgados que, durante o ano de 2019, foram submetidos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, como é o caso (i) do contrato de empreitada de conceção/construção da remodelação da ETAR do Choupal (AdCL) e (ii) do contrato de aquisição de serviços de recolha, transporte e envio a destino final de lamas de ETAR produzidas na AdTA, sem prejuízo de outros que não tenha tido conhecimento.

12. Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

das equipas e fornecimentos nos projectos financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento, nas províncias do Bengo e do Cunene, em Angola.

Os factos acima indicados conduziram a uma redução do volume de negócios em 13%, face ao período homólogo.

O acréscimo dos gastos com pessoal deve-se ao acréscimo do efetivo. A assinatura dos dois projetos do Bengo e do Cunene implicou a entrada de 4 colaboradores na AdPI, cedidos de outras empresas do grupo AdP.

Apesar da desaceleração da atividade, refletida na redução do volume de negócios, com o acompanhamento do decréscimo dos gastos associados, o PRC permaneceu 1% acima do homólogo.

14. Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria – indicação do modo como foi dado cumprimento ao disposto no n.º7 do artigo 49.º do DLEO2019

A Comissão Executiva da AdP SGPS aprovou o modelo de relacionamento abaixo discriminado, para dar cumprimento às formalidades que precedem a decisão de contratar serviços externos cujo objeto consista em estudos, pareceres, projetos e consultoria por parte das empresas do Grupo AdP:

1 – Cada empresa deverá assegurar que não têm capacidade interna para satisfazer as respetivas necessidades aquisitivas;

2 – Verificada a condição (1), é submetido o pedido à Direção de Compras e Logística da AdP Serviços que, por sua vez, promove a auscultação interna junto de todas as empresas do Grupo no sentido de avaliar se aquela necessidade pode ser satisfeita por outra empresa, fixando um prazo de resposta, disponibilizando a informação necessária para a tomada de decisão informada por parte das empresas;

3- Vencido o prazo fixado em (2), e na ausência de resposta positiva por parte das empresas do Grupo AdP:

3.1 – Caso o objeto do contrato a celebrar não se enquadre nos serviços preconizados no n.º2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP Serviços submete o pedido junto da PARPÚBLICA, para que aquela entidade possa avaliar a elegibilidade da satisfação da necessidade aquisitiva por via dos seus recursos próprios, ou de outras empresas também em relação de Grupo, fixando um prazo de resposta.

3.2 – Caso o objeto do contrato a celebrar se enquadre nos serviços preconizados no n.º2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP Serviços informa a empresa quanto à impossibilidade de satisfazer a necessidade aquisitiva através dos recursos das empresas do Grupo AdP, para que procedam respetivamente à colocação do pedido junto da PARPÚBLICA, na página da internet disponibilizada para o efeito.

Não havendo manifestação de disponibilidade, ficam reunidas as condições necessárias para envidar um procedimento de contratação pública, ficando demonstrada a impossibilidade de satisfação das necessidades aquisitivas assinaladas, através de recursos próprios ou de empresas que se encontrem em relação de grupo.

15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do Decreto-Lei n.º133/2013 de 3 de outubro, artigo 141.º da LOE2019 e artigo 115.º do DLEO2019)

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo abrange um conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido:

- acompanhou as empresas na sua relação com Fundos Comunitários de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários e Fundos Nacionais (ex. Fundo Ambiental);
- encetou negociações, logo em 1997, com o BEI, com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;
- em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;
- Em 2017, assinou uma linha de financiamento com o BEI de 220 milhões de euros a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas empresas existentes, a decorrer até 2021, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado, seja do sistema bancário, tendo sido assinada, em 2019, uma nova linha de financiamento com o BEI de 200 milhões de euros, a 25 anos, destinada à compra de créditos municipais;
- Dado que as linhas do BEI e o apoio dos Fundos Comunitários não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS iniciou um processo de acesso aos mercados externos em 2003, concretizando uma colocação privada de dívida a 10 anos no Japão em 2005 e procedendo a três emissões de obrigações com colocação privada em 2007, a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros.

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais tem a ver com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos, quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários, tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplicou os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

No quadro seguinte apresentam-se os saldos trimestrais da AdP Internacional durante o ano de 2019.

Un: '000 Eur

Banca Comercial	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.
Novo Banco	2 014	2 014	14	14
BPI	70 588	769 891	392 913	229 281
BNU/CGD	-	-	-	-
BBV	2 966	2 932	2 932	2 932
Fomento Angola	77 648	78 229	78 229	78 229
BPA Angola	76 084	36 023	91 455	50 427
OraBank	73 363	108 187	75 875	90 171
BCA Cabo Verde	71 225	51 638	48 280	6 942
IGCP	151 546	29 846	255 523	215 648
BKI	5 139	12 186	9 047	7 913
CGD	234 235	258 967	59 195	22 174
BI	38 888	80 184	94 350	14 710
Total	648 401	1 113 272	951 328	561 955

gij
17

16. Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado.

Através do Relatório de Auditoria n.º 7/2017, de 27 de abril de 2017, tendo por incidência os ajustes diretos realizados pelas empresas do Grupo Águas de Portugal no período compreendido entre 2012 e o 1.º semestre de 2014, foram realizadas as seguintes recomendações aos Conselhos de Administração:

- No recurso ao ajuste direto, devem ser aplicadas, com todo o rigor devido, as normas do CCP, tendo designadamente em atenção a jurisprudência deste Tribunal de Contas;
- Planeamento da contratação em função das necessidades historicamente recorrentes e realização, sempre que possível, de procedimentos de contratação pública concorrenciais (incluindo acordos quadro periódicos, se necessários).

Pese embora a AdP Internacional não tenha sido incluída entre o rol de empresas sobre as quais incidiu o Relatório de Auditoria n.º 7/2017, do Tribunal de Contas, foram aprovadas medidas de garantia do regime previsto no Código dos Contratos Públicos, designadamente, a implementação de uma minuta-tipo de informação para início de procedimentos de contratação pública e o reforço da monitorização de procedimentos de contratação, tendo em vista o cumprimento das recomendações formuladas no citado relatório.

17. Quadro com informação a constar no site do SEE

A AdP Internacional não divulga informação no site do SEE em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Contudo, para efeitos de sistematização da informação quanto ao cumprimento das orientações legais, foi elaborado o quadro referido no ofício n.º 1116, de 12 de março de 2019, da DGTF, relativo a “Instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2018”, que se apresenta no Apêndice 2 ao presente Relatório de Gestão.

Apêndice I

I – Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2016-2018	Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes		
2016-2018	Secretário	Cristina Rebelo Pereira		
				0,00

Não auferem remunerações.

2 - Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2016-2018	Presidente executivo	Cláudio Miguel André de Sousa Jesus	DUE	01/07/2016				3
2016-2018	Vogal executivo	Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	DUE	01/07/2016				1
2016-2018	Vogal não executivo	Carlos Mineiro Aires	DUE	01/07/2016				1

1- Deliberação Unânime Escrita

2- Opção pela remuneração do lugar de origem

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus	Vogal executivo do CA da AdP-Águas de Portugal, SGPS, S.A. e Vogal não executivo do CA da AdP-Águas de Portugal, Serviços Ambientais, S.A.		Público
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	Presidente da Parceria Portuguesa para a Água		Público
Carlos Mineiro Aires	Bastonário Ordem de Engenheiros		Público

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado (S/N)	Classificação (A/B/C)	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus	S	C	-	-
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	S	C	5.722,75	1.022,25
Carlos Alberto Mineiro Aires	S	C	915,64	-

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) =(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus	-	-	-	-	-
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	92.385,50	-	92 385,50	4 619,80	87 765,70
Carlos Alberto Mineiro Aires	12.818,96	-	12 818,96	641,20	12 177,76
			105 204,46	5 261,00	99 943,46

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).
(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus	-	-	-	-	-	-	-	-
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	7,14	1 379,13	Seg. Social	21.638,73	753,65	1 974,53	-	-
Carlos Mineiro Aires	n.a.	-	n.a.	-	-	-	-	-
		1 379,13		21.638,73	753,65	1 974,53		

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identificar]			[€]	[€]	[N.º]
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus									
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra	Sim	-	27 150,33	AOV	2018	2022	351,61		29,00
Carlos Mineiro Aires									

Deslocações e estadas

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
Cláudio Miguel André de Sousa Jesus		3 607,18	3 708,34		32 073,99	39 389,51
Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra		5 572,35	2 618,18		11 469,82	19 660,35
Carlos Mineiro Aires						
						59 049,86

[Handwritten signature]

3 – Fiscalização

A fiscalização da sociedade é assegurada por um Fiscal Único conforme mapas abaixo:

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição no OROC	Nº Registo no CMVM	Forma (1)	Data	Data de Coarbitragem		
2019-2021	Fiscal Neto	Priscawaterhoseccopers, SROC, Lda rep. por João Rui Fernandes Ramos, ROC (ROC 1333, CMVM nº 20160943)	1	2016148	DUE	22/04/2019		1	
2019-2021	FU Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	175	2016134	DUE	22/04/2019		1	
2016-2018	Fiscal Único Eterno	Ernst & Young, SROC, Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC 1154)	1	901	DUE	09/01/2016	09/01/2016	10	
2016-2018	Fiscal Único Suplente	Rui Abel Serra Martins	31		DUE	09/07/2016	09/07/2016	10	

Nota: Deve ser identificadas o serviço (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)
(1) Indicar AG/DUE/Despacho (2)

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2019 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2019 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Priscawaterhoseccopers, SROC, Lda rep. por João Rui Fernandes Ramos, ROC (ROC 1333, CMVM nº 20160943)*	6 779,48		6 779,48				
Carlos José Figueiredo Rodrigues							
Ernst & Young, SROC, Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC 1154)	1 974,00		1 974,00				
Rui Abel Serra Martins							

* O valor especializado nas contas são 5.743,25 euros

A AdP - Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A. não contratou, no exercício de 2019, serviços de Auditoria Externa Independente.

Nome Auditor	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2019 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2019 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)

Apêndice 2

A AdP Internacional deu integral cumprimento às instruções, despachos e legislação diversa, que a seguir se apresentam.

	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do relatório
	S	N	NA		
Obrigações de Gênder	X				
Eficácia de Gestão	X				Ver Anexo 1.1
União ao desenvolvimento	X			0,14	
Distribuição de recursos de exploração		X		0,59	
Resultado Líquido do Exercício		X		158%	
Evolução da Dívida Vencida de Clientes		X		0,22	
Contratos Celebrados	X			0,44	
Grav de Cumprimento dos prazos de Resposta	X			4	
Meios e Aborço contratuais no PAQ 2019	X			1	
EBITDA		X			Ver Anexo 1.2
Gastos com pessoal		X		128 582,00	
RECEITA (GIR)N		X		117 941,84	
RECEITA (GIR)N		X		1,8	
Deslocações, gastos de viagem e alojamento e gastos com frota automóvel	X			61 822,67	
Gastos com Estudos, Parcerias e Projetos de consultoria		X		13 126,12	
Investimentos		X		114 578,20	
Gestão do Risco Financeiro	X			3%	Ver Anexo 2
Índice de Eficiência da Gestão Financeira	X			1 703 000,00	Ver Anexo 3
Índice de Satisfação dos fornecedores		X		168	Ver Anexo 4
Eliminação dos Avios por Pagamentos ("Avios")	X			1 124 445,89	Ver Anexo 4
Reversões de gastos de trabalho na última aprovação de contas			X		Ver Anexo 5
Rebaterações			X		
Não cumprimento de prêmios de gestão	X				
Órgãos Sociais - redução remunerações vigentes em 2018	X				
Função (CF/ROCF/FL) - redução remunerações vigentes em 2018 (se aplicável)			X		Ver Anexo 6 - Apêndice 1
Auditor Externa - redução remunerações vigentes em 2018 (se aplicável)			X		
Artigo 33º e 33º do EGP					
Não criação de créditos de crédito	X				Ver Anexo 7
Não reembolso de despesas de representação pessoal	X				Ver Anexo 7
Valor máximo de despesas com comunicações	X				Ver Anexo 7
Valor máximo de combustível e portos em auto-estradas e serviços de transporte	X				Ver Anexo 7
Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º do artigo 16º do RJG e art.º 11º do FG*					
Proibição de restrição de despesas não documentadas ou confidenciais	X				Ver Anexo 8
Promoção de igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014					Ver Anexo 9
Elaboração e Divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a membros e membros	X				anexo AdP
Divulgação e divulgação do relatório anual sobre a prevenção da corrupção	X				anexo AdP
Contratação Pública					Ver Anexo 10
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	X				Ver Anexo 11
Aplicação das normas de contratação pública pela participada	X				
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X		
Medidas tomadas em relação à aderência da empresa ao Sistema Nacional de Contas Públicas (SNCP)	X				Ver Anexo 12
Audiências do Tribunal de Contas			X		Ver Anexo 13
Autos Autuatórios					Ver Anexo 13
Nº de multas	X			17,00	
Gastos operacionais das Empresas Públicas, nos termos do artigo 61º da Lei nº 101-B/2014		X			Ver Anexo 13
Cartão de estado, parcerias, projetos e consultoria CF n.º 7 do artigo 41º do DL 2013					Ver Anexo 14
Princípio da Unidade de Facturação (n.º 18º do DL 133/2013)					Ver Anexo 14
Disponibilidade e aplicações bancárias no IGC*			X		
Disponibilidade e aplicações bancárias na Banca Comercial			X		
Autos relativos ao cumprimento da UTE e anexo em Receita do Estado			X		

gini
n

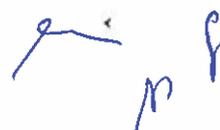
Perspectivas futuras

Em 2020, a AdP Internacional continuará o esforço de consolidação dos resultados económicos e financeiros, prevendo-se que se mantenha a trajectória de crescimento sustentado.

Para isso, e de acordo com a estratégia definida pelo Conselho de Administração da AdP Internacional, as iniciativas prioritárias para 2020 serão:

- Monitorização dos gastos operacionais, com especial relevância o cumprimento dos orçamentos de gastos dos projetos em curso;
- Melhoria nos processos de gestão e controlo da produção, tendo em vista “fazer mais e melhor com os mesmos recursos”;
- Aumentar a competitividade, através da melhoria contínua da qualidade das propostas e o aumento da incorporação de recursos internos (do Grupo AdP);
- Consolidação de parcerias estratégicas internacionais, particularmente em mercados anglófonos;
- Melhorar os processos de gestão do conhecimento e da informação, de modo a maximizar a qualidade e a eficiência na montagem dos processos comerciais;
- Dar prioridade à inovação centrada nos serviços nucleares: desenvolvimento de produtos;
- Reforçar o relacionamento com as empresas do Grupo AdP;
- Divulgar o trabalho desenvolvido pela AdP Internacional: comunicações técnicas em conferências internacionais.

Em consonância com a estratégia definida pelo Conselho de Administração, na abordagem a novos mercados e novos contratos, será seguido o princípio da sustentabilidade económica e financeira dos projectos em que a AdP I se venha a envolver, procurando otimizar os custos de forma a incrementar a margem operacional.



Eventos Subsequentes

Decorrente da situação de pandemia mundial, declarada no mês de Março, a atividade da AdP Internacional estará certamente condicionada durante o ano de 2020. As limitações que são possíveis antever, relacionam-se com os contratos com a Empresa de Eletricidade e Água da Guiné Bissau, financiados pelo Banco Mundial, bem como os contratos de Assistência Técnica às Empresas de Água e Saneamento do Bengo e do Cunene, financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento, que, em resultado da atual situação, poderão ser suspensos ou, na melhor hipótese, bastante reduzidos na sua dimensão, durante o ano em apreço. Não obstante, apesar de não ser possível quantificar os potenciais impactos na atividade de 2020 da AdP Internacional, a empresa tem linhas de financiamento contratadas junto do acionista que permitirão fazer face a uma eventual redução na sua liquidez.

Sucursais da Sociedade

A AdP internacional constituiu, no final de 2010, a sua sucursal em Angola sob a designação de AdP – Águas de Portugal Internacional – Serviços Ambientais, S.A. – Sucursal de Angola.

No início de 2015, constituiu em Cabo Verde a sua sucursal denominada a AdP – Águas de Portugal Internacional – Serviços Ambientais, S.A. – Sucursal de Cabo Verde.

No início de 2016, constituiu em Guiné Bissau a sua sucursal denominada a AdP – Águas de Portugal Internacional – Serviços Ambientais, S.A. – Sucursal da Guiné Bissau.

No final de 2018, constituiu em São Tomé e Príncipe a sua sucursal denominada a AdP- Águas de Portugal Internacional- Serviços Ambientais, S.A. – Sucursal de São Tomé e Príncipe.

Considerações Finais

O Conselho de Administração expressa o seu apreço e reconhecimento a todos os que, direta ou indiretamente, colaboraram na prossecução dos objetivos da empresa, em especial:

- Ao acionista AdP SGPS, pelas orientações recebidas e pelo apoio demonstrado;
- À Comissão Executiva da AdP SGPS pela avaliação das oportunidades existentes no seio do Grupo AdP e pelo conhecimento do papel relevante da AdP Energias na melhoria das condições de eficiência produtiva das suas empresas;
- Aos Conselhos de Administração e colaboradores das empresas gestoras de sistemas multimunicipais que entenderam colaborar na avaliação das oportunidades existentes no aproveitamento dos recursos endógenos e no estabelecimento de formas de cooperação geradoras de mais-valias para ambas as partes;
- Aos Colaboradores da empresa, pela competência, dedicação e empenho evidenciados;
- Ao Fiscal Único, pela forma como acompanhou a atividade da Empresa;
- À Mesa da Assembleia-Geral pela colaboração prestada;
- Aos Fornecedores e Parceiros de negócio pela competência e dedicação demonstradas.

Proposta de aplicação de Resultados

As contas respeitantes ao exercício de 2019 refletem capitais próprios negativos de 37 327,14 euros, com um Resultado Líquido negativo de 218.702,93 euros.

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido tenha a seguinte aplicação, de forma a cumprir com a regra dos capitais próprios mínimos, definida no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais:

- Quinhora, por parte do acionista único, no montante de 218.702,93 euros.

Anexo ao Relatório

Na data de encerramento do exercício de 2019, o Capital da AdP - Águas de Portugal Internacional - Serviços Ambientais, S.A. era integralmente detido pelo acionista AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Lisboa, 31 de março de 2020

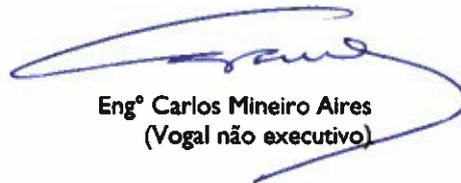
O Conselho de Administração



Engº Cláudio Miguel André de Sousa Jesus
(Presidente executivo)



Engª Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra
(Vogal executivo)



Engº Carlos Mineiro Aires
(Vogal não executivo)

Relatório dos Administradores não Executivos

Relatório dos administradores não executivos sobre o desempenho dos administradores executivos

a) Introdução

Nos termos do n° 8 do artigo 407° do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2019.

b) Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhámos a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

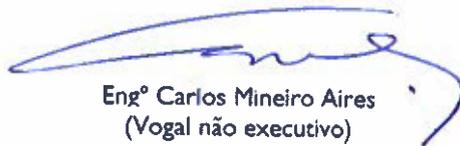
As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

c) Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos administradores executivos, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Terça-feira, 31 de março 2020

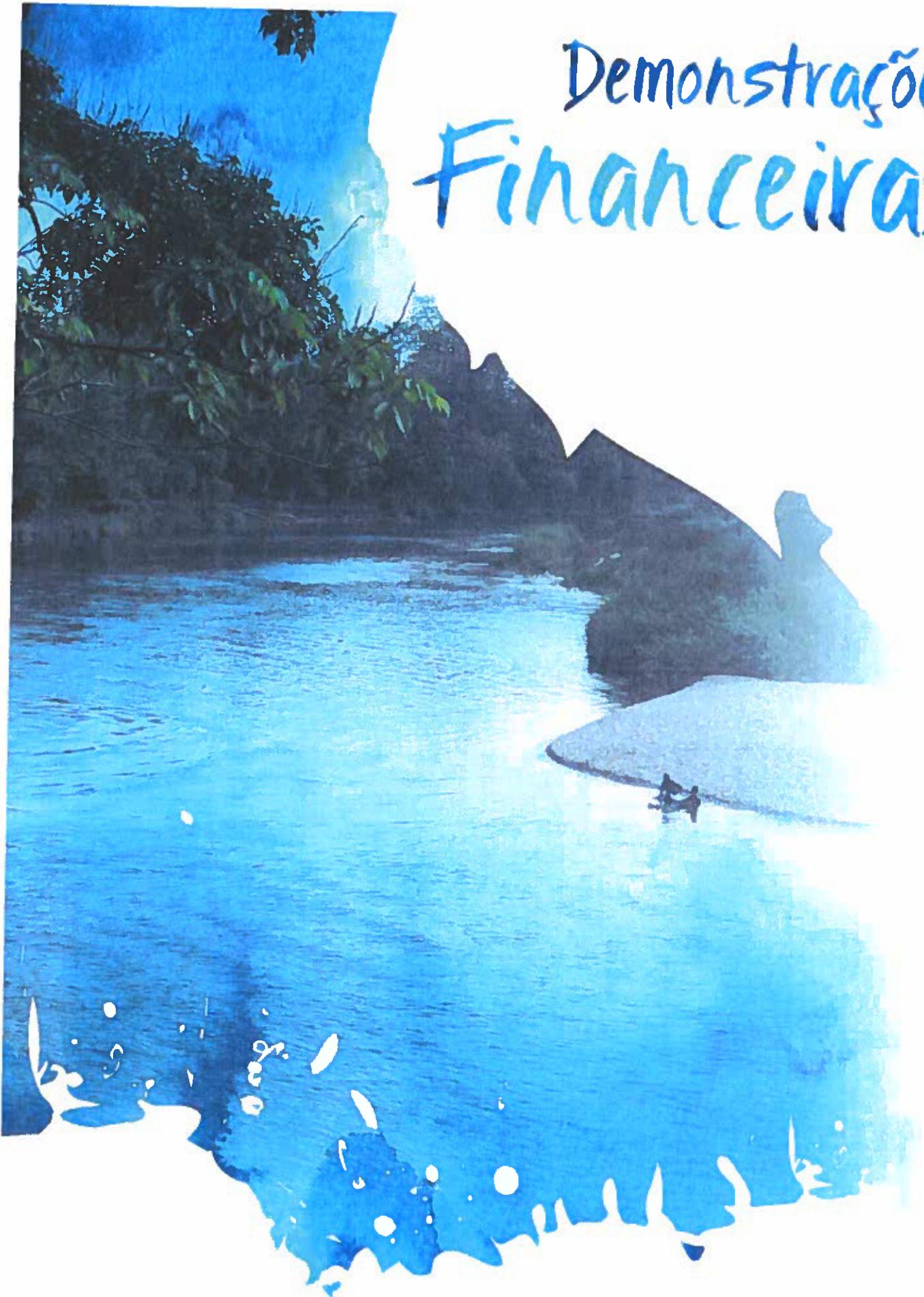
Os Administradores não executivos,



Engº Carlos Mineiro Aires
(Vogal não executivo)

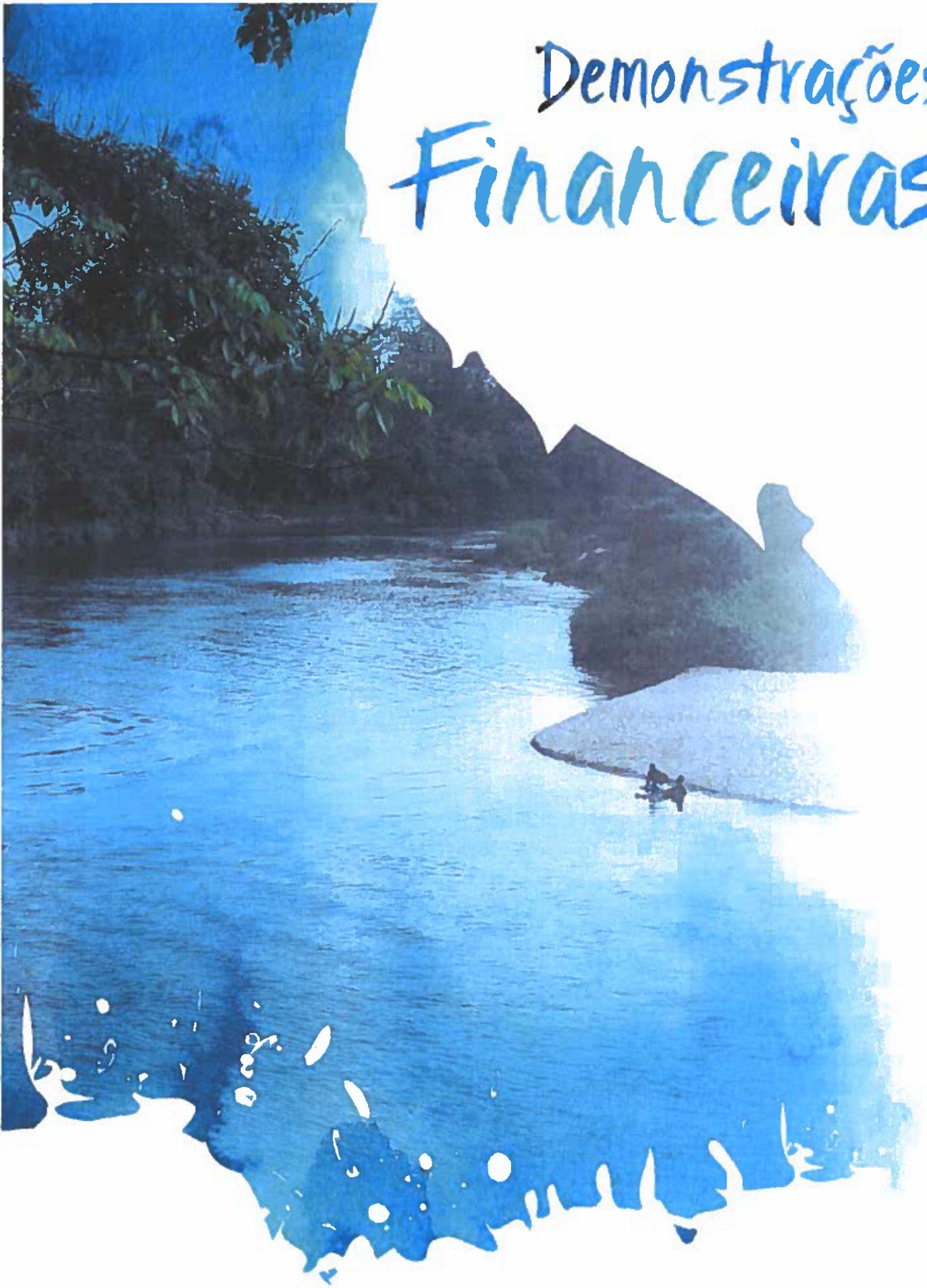
g:
p f

Demonstrações Financeiras



pin
a

Demonstrações Financeiras



95/8
10

Índice

Demonstração da posição financeira.....	103
Demonstração dos resultados e do rendimento integral.....	104
Demonstração das variações do capital próprio.....	105
Demonstração dos fluxos de caixa.....	106
Notas às demonstrações financeiras.....	107
1. Atividade económica da AdP Internacional S.A.....	107
1.1. Atividade.....	107
1.2. Acionistas.....	107
1.4. Aprovação das Demonstrações financeiras.....	107
2. Políticas contabilísticas.....	107
2.1. Bases de apresentação.....	107
2.2. Investimentos financeiros em subsidiárias.....	113
2.3. Conversão cambial.....	114
2.4. Ativos fixos tangíveis.....	115
2.5. Locações.....	115
2.6. Instrumentos financeiros.....	119
2.7. Caixa e equivalentes de caixa.....	122
2.8. Capital.....	122
2.9. Dividendos a pagar.....	122
2.10. Provisões, ativos e passivos contingentes.....	123
2.11. Imposto sobre o rendimento.....	123
2.12. Rédito de contratos com clientes.....	124
2.13. Gastos e perdas.....	124
2.14. Eventos subsequentes.....	124
3. Políticas de gestão do risco financeiro.....	124
3.1. Fatores de risco.....	124
3.2. Risco de mercado.....	124
3.3. Risco de liquidez e de capital.....	125
3.4. Risco de crédito.....	126
4. Estimativas e julgamentos.....	126
4.1. Imparidade para investimentos financeiros em subsidiárias.....	126
4.2. Imparidade para contas a receber.....	127
4.3. Estimativa de impostos e impostos diferidos.....	127
5. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9.....	127
6. Ativos fixos tangíveis.....	128
6.1. Movimentos do período.....	128
7. Locações.....	128
7.1. Ativos sob direito de uso.....	128
7.2. Passivos da locação.....	128
7.3. Pagamentos da locação.....	129
8. Investimentos em subsidiárias e Empréstimos a empresas do Grupo.....	129
8.1. Empréstimos a empresas subsidiárias.....	129

gip

9. Clientes.....	129
9.1 Clientes – Estrangeiros (líquido de imparidade)	130
10. Estado e outros entes públicos.....	130
11. Outros ativos correntes.....	130
12. Caixa e equivalentes de caixa.....	130
13. Capital próprio.....	130
13.1 Resultado líquido e rendimento integral por ação.....	130
14. Empréstimos de empresas do Grupo.....	131
14.1 Empréstimos por maturidade e por tipo de taxa	131
15. Fornecedores.....	131
16. Outros passivos correntes.....	132
17. Estado e outros entes públicos	132
18. Rédito de contratos com clientes.....	132
19. Fornecimentos e serviços externos	133
20. Gastos com pessoal	133
20.1 Remunerações dos Órgãos Sociais	133
20.2 Número de pessoas ao serviço da empresa.....	133
21. Amortizações, depreciações e reversões do exercício.....	133
22. Outros gastos operacionais	134
23. Outros rendimentos operacionais	134
24. Gastos financeiros.....	134
25. Rendimentos financeiros.....	134
26. Imposto sobre o rendimento do exercício.....	135
27. Saldos e transações com partes relacionadas	136
27.1 Partes relacionadas	136
27.2 Saldos com partes relacionadas	136
27.3 Transações com partes relacionadas.....	137
28. Ativos e passivos contingentes.....	137
29. Informações exigidas por diploma legal.....	137
30. Litígios e contingências	137
31. Eventos subsequentes.....	137

Demonstração da posição financeira

	Notas	31.12.2019	31.12.2018
ATIVO			
Ativo fixo tangível	6	244 002	109 122
Ativos sob direito de uso	7	37 981	-
Investimentos em subsidiárias	8	5 002	5 002
Empréstimos a empresas do Grupo	8	464 130	464 130
Outros ativos financeiros		4 443	2 532
Impostos diferidos ativos	26	8 682	-
Total do Ativo não corrente		764 240	580 786
Ativo corrente			
Clientes	9	1 492 295	3 749 415
Estado e outros entes públicos	10	380 132	290 801
Imposto sobre o rendimento do exercício	26	16 618	-
Outros ativos correntes	11	438 164	129 484
Caixa e equivalentes de caixa	12	563 183	379 112
Total do Ativo corrente		2 890 392	4 548 812
Total do Ativo		3 654 632	5 129 598
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	13	175 000	175 000
Reservas		175 087	174 784
Resultados transitados		(168 711)	(251 555)
Resultado líquido do exercício	13	(218 703)	83 147
Total do Capital próprio		(37 327)	181 376
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		27 000	27 000
Empréstimos de empresas do Grupo	14	1 700 000	-
Passivos da locação	7	21 345	-
Impostos diferidos passivos	26	8 546	-
Total do Passivo não corrente		1 756 891	27 000
Passivo corrente			
Passivos da locação	7	17 243	-
Empréstimos de empresas do Grupo	14	-	2 721 480
Fornecedores	15	1 174 445	1 411 963
Outros passivos correntes	16	725 745	741 148
Estado e outros entes públicos	17	17 635	46 631
Total do Passivo corrente		1 935 068	4 921 222
Total do Passivo		3 691 959	4 948 222
Total do Passivo e do Capital Próprio		3 654 632	5 129 598

O Conselho de Administração



Cláudio Miguel André de Sousa Jesus (Presidente executivo)



Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (Vogal Executivo)



Carlos Mineiro Aires (Vogal não executivo)

O Contabilista Certificado

Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro



Demonstração dos resultados e do rendimento integral

		31.12.2019	31.12.2018
Rédito de contratos com clientes	18	3 490 644	3 990 900
Fornecimentos e serviços externos	19	(2 110 606)	(2 623 133)
Gastos com pessoal	20	(1 315 447)	(1 239 603)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	21	(90 527)	(69 948)
Perdas por imparidade e reversões do exercício		-	(162 191)
Outros gastos e perdas operacionais	22	(550 362)	(242 113)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	23	503 446	511 186
Resultados operacionais		(72 852)	165 098
Gastos financeiros	24	(163 579)	(50 896)
Rendimentos financeiros	25	63 058	1 675
Resultados antes de impostos		(173 373)	115 877
Imposto sobre o rendimento do exercício	26	(45 330)	(32 730)
Resultado líquido do exercício		(218 703)	83 147
Rendimento integral		(218 703)	83 147
Resultado por ação (básico e diluído)	13	(6,25)	2,38
Rendimento integral por ação (básico e diluído)	13	(6,25)	2,38

O Conselho de Administração


Cláudio Miguel André de Sousa Jesus (Presidente executivo)


Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (Vogal Executivo)


Carlos Mineiro Aires (Vogal não executivo)

O Contabilista Certificado

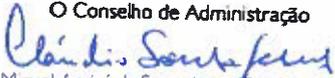
Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

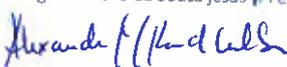


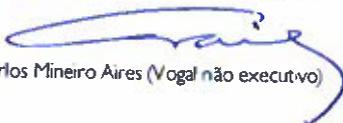
Demonstração das variações do capital próprio

	Capital social	Reserva legal	Variações cambiais	Resultados transitados	Resultado líquido	Total
Saldos 31 Dezembro 2017	175 000	35 000	139 784	(791 834)	(10 728)	(452 778)
Aplicação do resultado de 2017	-	-	-	(10 728)	10 728	-
Quinhora de resultados 2017	-	-	-	10 728	-	10 728
Quinhora de resultados transitados	-	-	-	540 279	-	540 279
Resultado líquido do exercício de 2018	-	-	-	-	83 147	83 147
Saldos 31 Dezembro 2018	175 000	35 000	139 784	(251 555)	83 147	181 376
Aplicação do resultado de 2018	-	-	-	83 147	(83 147)	-
Outros	-	303	-	(303)	-	-
Quinhora de resultados transitados	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício de 2019	-	-	-	-	218 703	218 703
Saldos 31 Dezembro 2019	175 000	35 303	139 784	(168 711)	(218 703)	(37 327)

O Conselho de Administração


Cláudio Miguel André de Sousa Jesus (Presidente executivo)


Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (Vogal Executivo)


Carlos Mineiro Aires (Vogal não executivo)

O Contabilista Certificado

Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro



Demonstração dos fluxos de caixa

	31.12.2019	31.12.2018
Atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	6 052 932	2 377 760
Pagamentos a fornecedores	(3 158 030)	(2 684 536)
Pagamentos ao pessoal	(1 128 238)	(1 238 780)
Fluxo gerado pelas operações	1 766 664	(1 545 556)
Pagamento/Recebimento do Imposto sobre o rendimento		
Pagamentos do Imposto sobre o rendimento	(58 953)	(28 587)
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à atividade operacional		
Outros Pagamentos relativos à atividade operacional	(144 399)	(177 190)
Fluxo gerado por outras atividades operacionais	(203 352)	(205 777)
Fluxo de atividades operacionais	1 563 312	(1 751 333)
Atividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	-	1 675
Fluxo dos recebimentos de atividades de investimento	-	1 675
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-	(6 574)
Investimentos financeiros	-	(1 291)
Fluxo dos pagamentos de atividades de investimento	-	(7 865)
Fluxo das atividades de investimento	-	(6 190)
Atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Cobertura de prejuízos	-	551 007
Financiamentos obtidos	675 000	1 120 000
Fluxo dos Recebimentos de atividades de financiamento	675 000	1 671 007
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(1 875 000)	(1 870 000)
Capital de passivos da locação	(20 478)	-
Juros e gastos similares	(160 623)	(83 042)
Fluxo dos pagamentos de atividades de financiamento	(2 056 101)	(1 953 042)
Fluxo das atividades de financiamento	(1 381 101)	(282 035)
Varição de caixa e seus equivalentes	182 211	(2 039 558)
Caixa e seus equivalentes no início do período	379 112	2 418 256
Varição cambial	1 860	414
Caixa e seus equivalentes no fim do período	563 183	379 112
Varição de caixa e seus equivalentes	182 211	(2 039 558)

O Conselho de Administração



Cláudio Miguel André de Sousa Jesus (Presidente executivo)



Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (Vogal Executivo)



Carlos Mineiro Aires (Vogal não executivo)

O Contabilista Certificado

Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro



Notas às demonstrações financeiras

I. Atividade económica da AdP Internacional S.A

I.1. Atividade

A AdP – Águas de Portugal Internacional – Serviços Ambientais, S.A. (AdP Internacional, S.A., adiante designada também por Sociedade), com sede na Rua Visconde Seabra, n.º 3, 5.º piso, em Lisboa, foi constituída em 25 de janeiro de 2001, no decurso da aprovação do novo modelo organizativo do Grupo Águas de Portugal, com o propósito de realizar atividades no âmbito da gestão, manutenção e exploração de serviços públicos e outros, nomeadamente de sistemas de captação, tratamento, adução, reserva e distribuição de água para consumo público e outros afins, e de recolha, tratamento, rejeição e reciclagem de efluentes urbanos, industriais e outros, e a consultoria e prestação de serviços nas mesmas áreas, em áreas semelhantes, acessórias ou complementares, e noutros sectores das indústrias do ambiente.

A Sociedade tem sucursais em Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe.

I.2 Acionistas

É acionista da AdP Internacional a AdP SGPS, S.A. com 100% do Capital Social.

I.4 Aprovação das Demonstrações financeiras

Estas Demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 31 de março de 2020. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa. É expectativa do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras serão aprovadas em Assembleia Geral sem alterações.

2. Políticas contabilísticas

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2019.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

2.1 Bases de apresentação

2.1.1 Introdução

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da AdP Internacional foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e suposições adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.1.2 Novas normas e alteração de políticas

2.1.2.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 apresentada nos comparativos.

2.1.2.2 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2019

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

IFRS 16 Locações

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e veio substituir a IAS 17 Locações, a IFRIC 4 Determinar se um Acordo contém uma Locação, a SIC 15 Locações Operacionais – Incentivos e a SIC 27 Avaliação da Substância de Transações que Envolvam a Forma Legal de uma Locação.

A IFRS 16 estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação das locações e requer que os locatários contabilizem todas as locações nos respetivos balanços de acordo com um modelo único.

A norma prevê duas isenções de reconhecimento para os locatários - contratos de locação em que os ativos tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior).

Na data de início da locação, o locatário irá reconhecer o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). Os locatários terão de reconhecer separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

No âmbito da norma, os locatários passam a ter de remensurar o passivo da locação quando ocorrem certos eventos (como por exemplo, uma alteração no período da locação, uma alteração nos pagamentos da locação em consequência de uma alteração num indexante ou numa taxa usados para determinar esses pagamentos). Os locatários irão reconhecer o montante dessa remensuração no passivo da locação como um ajustamento ao ativo sob direito de uso.

A contabilização pelo locador de acordo com a IFRS 16 permanece substancialmente inalterada face à contabilização atualmente prevista na IAS 17. O locador continua a classificar todas as locações usando o mesmo princípio de classificação da IAS 17 e distinguindo entre dois tipos de locação: locações operacionais e financeiras.

A IFRS 16, que se aplica aos períodos que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2019 requer dos locadores e dos locatários divulgações mais extensas do que as requeridas pela IAS 17.

Transição para a IFRS 16

A AdP Internacional adotou a IFRS 16 retrospectivamente com o efeito cumulativo na data de aplicação do IFRS 16 (1 de janeiro de 2019), em que o direito de uso do ativo da locação foi contabilizado pelo valor igual ao passivo da locação determinado no dia 1 de janeiro de 2019. Através deste expediente prático do IFRS 16, os comparativos não foram reexpressos. A AdP Internacional aplicou a norma a todos os contratos que foram anteriormente identificados como locações ao abrigo da IAS 17 e da IFRIC 4. Consequentemente, a AdP Internacional não aplicou a norma a contratos que não tenham anteriormente sido identificados como contendo uma locação.

A AdP Internacional decidiu aplicar as isenções previstas na norma para contratos de locação cujo período da locação termine nos próximos 12 meses desde a data de aplicação inicial, e para contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha pouco valor. A AdP Internacional tem contratos de locação para certos tipos de equipamentos administrativos (como, por exemplo, computadores pessoais, máquinas impressoras e fotocopiadoras) que o Grupo considera terem pouco valor.

O impacto da adoção da IFRS 16 no dia 1 de janeiro de 2019 foi o seguinte:

	nota	
Aumento do ativo – Ativos sob o direito de uso	7	59.066 €
Aumento do passivo - Passivo da locação		59.066 €

Na determinação do impacto com a transição para o IFRS 16 no dia 1 de janeiro de 2019, foram utilizados os seguintes expedientes práticos permitidos pela norma:

- Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços foi tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- Contratos de locação com término contratual até 31 de dezembro de 2019, foram excluídos do âmbito do IFRS 16;
- Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 USD (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) foram excluídos do âmbito do IFRS 16.

Adicionalmente, a taxa de desconto utilizada na quantificação do passivo da locação em 1 de janeiro de 2019, foi determinada da seguinte forma:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respectivo contrato, foi utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utilizou-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

O impacto com a transição para o IFRS 16 incide essencialmente sobre os contratos que até 31 de dezembro de 2018 eram contabilizados como locação operacional no âmbito do IAS 17 - contratos de aluguer de viaturas e prestação de serviços com manutenção, seguros e impostos.

Pagamentos antecipados com compensações negativas – Alterações à IFRS 9

De acordo com a IFRS 9, um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral desde que os cash flows implícitos sejam "apenas pagamento de capital e juro sobre o capital em dívida" (o critério SPPI) e o instrumento seja detido num modelo de negócios que permita essa classificação.

As alterações à IFRS 9 clarificam que um ativo financeiro passa o critério SPPI, independentemente do evento ou das circunstâncias que causam o término antecipado do contrato e independentemente de qual a parte que paga ou recebe uma compensação razoável pelo término antecipado do contrato.

As bases de conclusão, para esta alteração clarificam que o término antecipado pode ser consequência de uma cláusula contratual ou de um evento que esteja fora do controlo das partes envolvidas no contrato, tais como uma alteração de leis ou regulamentos que levem ao término antecipado.

Modificação ou a substituição de um passivo financeiro que não origina o desreconhecimento desse passivo.

Nas bases para a conclusão o IASB também clarifica que os requisitos da IFRS 9 para ajustamento do custo amortizado de um passivo financeiro, quando uma modificação (ou substituição) não resulta no seu desreconhecimento, são consistentes com os requisitos aplicados a uma modificação de um ativo financeiro que não resulte no seu desreconhecimento.

Isto significa que o ganho ou a perda que resulte da modificação desse passivo financeiro que não resulte no seu desreconhecimento, calculado descontando a alteração aos cash flows associados a esse passivo à taxa de juro efetiva original, é imediatamente reconhecido na demonstração dos resultados.

O IASB fez este comentário nas bases para a conclusão relativa a esta alteração pois acredita que os requisitos atuais da IFRS 9 fornecem uma boa base para as entidades contabilizarem as modificações ou substituições de passivos financeiros e que nenhuma alteração formal à IFRS 9 é necessária no que respeita a este assunto.

Da aplicação desta alteração na norma não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AdP Internacional.

Interesses de longo prazo em Associadas ou Joint Ventures – Alterações à IAS 28

As alterações vêm clarificar que uma entidade deve aplicar a IFRS 9 para interesses de longo prazo em associadas ou joint ventures às quais o método da equivalência patrimonial não é aplicado mas que, em substância, sejam parte do investimento líquido nessa associada ou joint venture (interesses de longo prazo). Esta clarificação é relevante pois implica que o modelo da perda esperada da IFRS 9 deve ser aplicado a esses investimentos.

O IASB também clarificou que, ao aplicar a IFRS 9, uma entidade não tem em conta quaisquer perdas dessa associada ou joint venture, ou perdas por imparidade no investimento líquido, que estejam reconhecidas como um ajustamento ao investimento líquido decorrente da aplicação da IAS 28.

Para ilustrar como as entidades devem aplicar os requisitos da IAS 28 e da IFRS 9 no que respeita a interesses de longo prazo, o IASB publicou exemplos ilustrativos quando emitiu esta alteração.

Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. A alteração tem de ser aplicada retrospectivamente, com algumas exceções.

Da aplicação desta alteração na norma não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AdP Internacional.

IAS 19 Alterações ao plano, cortes ou liquidação do plano

Esta alteração vem esclarecer qual o tratamento contabilístico a seguir no caso de existir uma alteração ao plano, ou de haver um corte ou a liquidação do plano.

Determinar o custo dos serviços correntes e do interesse líquido

Quando se contabiliza um plano de benefícios definidos de acordo com a IAS 19, a norma requiere que custo dos serviços correntes seja mensurado usando pressupostos atuariais determinados na data de início desse período de reporte. Da mesma forma, o interesse líquido é mensurado multiplicado o passivo (ativo) líquido do plano pela taxa de desconto, ambos determinados na data de início desse período de reporte.

Esta alteração vem esclarecer que quando ocorre uma alteração, um corte ou a liquidação do plano durante o período, é requerido:

- Que o custo dos serviços correntes para o período remanescente seja mensurado usando os pressupostos atuariais que tenham sido usados para remensurar o passivo (ativo) líquido do plano, o qual reflete os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após esse evento;
- O interesse líquido para o período remanescente após esse evento seja determinado usando:
 - O passivo (ativo) líquido do plano, o qual reflete os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após esse evento; e
 - A taxa de desconto usada para remensurar esse passivo (ativo) líquido do plano.

Efeito nos requisitos para determinar o limite máximo de reconhecimento do ativo

Uma alteração, um corte ou a liquidação do plano pode reduzir ou eliminar o excesso que exista no plano de benefícios definidos o que pode levar a uma alteração do limite máximo de reconhecimento do ativo.

Esta alteração vem clarificar que primeiro deve ser determinado qualquer custo de serviços passados, ou o ganho ou perda na liquidação, sem considerar o limite máximo para reconhecimento do ativo. Esse valor é reconhecido em resultados no período. Posteriormente deve ser determinado o efeito do limite máximo de reconhecimento do ativo após a alteração, o corte ou a liquidação do plano. Qualquer alteração nesse efeito, não considerando os valores incluídos no interesse líquido, é reconhecida em rendimento integral.

Esta clarificação poderá levar uma entidade a reconhecer custos de serviços passados, ou o ganho ou perda na liquidação, o que reduz o excesso que não tenha sido reconhecido no passado. Alterações no efeito do limite máximo ao reconhecimento do ativo não podem compensar esses valores.

Esta alteração é aplicável a alterações, o cortes ou a liquidações de planos que ocorram em ou após o início do primeiro período de reporte anual que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2019.

Da aplicação desta alteração na norma não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AdP Internacional.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017 (efetivas em 1/1/2019)

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017, o IASB introduziu melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

- IFRS 3 Combinações de negócios – Interesse detido previamente numa operação conjunta
 - As alterações clarificam que, quando uma entidade obtém controlo de uma operação conjunta, deve aplicar os requisitos da combinação de negócios por fases, incluindo remensurar o interesse previamente detido nos ativos e passivos da operação conjunta para o seu justo valor.
 - Ao fazê-lo, o adquirente remensura o seu interesse previamente detido nessa operação conjunta.
 - Esta alteração é aplicável a combinações de negócios para as quais a data de aquisição seja em ou após o início do primeiro período de reporte que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.
- IFRS 11 Acordos conjuntos - Interesse detido previamente numa operação conjunta
 - Uma parte que participe, mas que não tenha controlo conjunto, numa operação conjunta pode obter o controlo conjunto de uma operação conjunta cuja atividade constitua um negócio tal como definido na IFRS 3. Esta alteração vem clarificar que o interesse previamente detido não deve ser remensurado.
 - Esta alteração é aplicável a transações nas quais a entidade obtenha o controlo conjunto que ocorram em ou após o início do primeiro período de reporte que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019.
- IAS 12 Imposto sobre o rendimento – consequências ao nível de imposto sobre o rendimento decorrentes de pagamentos relativos a instrumentos financeiros classificados como instrumentos de capital
 - Estas alterações vêm clarificar que as consequências ao nível de imposto sobre os dividendos estão associadas diretamente à transação ou evento passado que gerou resultados distribuíveis aos acionistas. Consequentemente, a entidade reconhece os impactos ao nível do imposto na demonstração dos resultados, em rendimento integral ou em outro instrumento de capital de acordo com a forma como a entidade reconheceu no passado essas transações ou eventos.

- o Estas alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica pela primeira vez estas alterações, deve aplicar às consequências ao nível de imposto sobre os dividendos reconhecidos em ou após o início do período comparativo mais antigo.
- IAS 23 Custos de empréstimos – custos de empréstimos elegíveis para capitalização
 - o A alteração veio clarificar que uma entidade trata como parte dos empréstimos globais qualquer empréstimo originalmente obtido para o desenvolvimento do ativo qualificável, quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar esse ativo para o seu uso pretendido ou para venda estejam completas.
 - o As alterações são aplicáveis aos custos de empréstimos incorridos em ou após o início do período de reporte em que a entidade adota estas alterações.
 - o Estas alterações são aplicáveis para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019

Da aplicação destas alterações nas normas não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AdP Internacional.

IFRIC 23 – Incerteza sobre diferentes tratamentos do imposto sobre o rendimento

Em junho de 2017, o IASB emitiu a IFRIC 23 Incerteza sobre diferentes tratamentos do imposto sobre o rendimento (a Interpretação) que clarifica os requisitos de aplicação e de mensuração da IAS 12 Imposto sobre o rendimento quando existe incerteza quanto aos tratamentos a dar ao imposto sobre o rendimento.

A Interpretação endereça a contabilização do imposto sobre o rendimento quando os tratamentos fiscais que envolvem incerteza e que afetam a aplicação da IAS 12. A Interpretação não se aplica a taxas ou impostos que não estejam no âmbito da IAS 12, nem inclui especificamente requisitos referentes a juros ou multas associados com a incerteza de tratamentos de impostos.

A Interpretação endereça especificamente o seguinte:

- Se uma entidade considera as incertezas de tratamentos de impostos separadamente;
- Os pressupostos que uma entidade utiliza sobre o exame de tratamentos fiscais por parte das autoridades fiscais;
- Como uma entidade determina o lucro (prejuízo) fiscal, a base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e taxas fiscais;
- Como uma entidade considera as alterações de factos e de circunstâncias.

Uma entidade tem de determinar se deve considerar a incerteza sobre cada tratamento fiscal separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos. A abordagem que deverá ser seguida é a que melhor permita prever o desfecho da incerteza.

Da aplicação desta nova norma não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AdP Internacional.

2.1.2.3 Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2019 e que a Sociedade não adotou antecipadamente são as seguintes:

- Já endossadas pela UE

Definição de materialidade – Alterações à IAS 1 e à IAS 8

O objetivo desta alteração foi o de tornar consistente a definição de "material" entre todas as normas em vigor e clarificar alguns aspetos relacionados com a sua definição. A nova definição prevê que "uma informação é material se da sua omissão, de um erro ou a da sua ocultação se possa razoavelmente esperar que influencie as decisões que os utilizadores primários das demonstrações financeiras tomam com base nessas demonstrações financeiras, as quais fornecem informação financeira sobre uma determinada entidade que reporta".

As alterações clarificam que a materialidade depende da natureza e magnitude da informação, ou de ambas. Uma entidade tem de avaliar se determinada informação, quer individualmente quer em combinações com outra informação, é material no contexto das demonstrações financeiras.

Ocultar informação

As alterações explicam que uma informação está ocultada se é comunicada de uma forma que tem os mesmos efeitos que teria se a mesma estivesse omissa ou contivesse erros. Informação material pode estar oculta, por exemplo, se a informação relativa a um item material, a uma transação material ou outro evento material está dispersa ao longo das demonstrações financeiras, ou se está divulgada usando uma linguagem que é vaga e pouco clara. Informação material pode também estar oculta se itens dissimilares, transações dissimilares ou eventos dissimilares são agregados inapropriadamente, ou inversamente, se itens similares estão desagregados.

Novo nível de materialidade ("threshold")

As alterações substituem a referência ao nível de materialidade "puder influenciar", o qual sugere que qualquer influência potencial dos utilizadores tem de ser considerada, por "razoavelmente se espera que influencie" contida na definição de materialidade. Na definição alterada, é assim clarificada que a avaliação da materialidade tem de ter em conta apenas a influência razoavelmente esperada nas decisões económicas dos utilizadores primários das demonstrações financeiras.

Utilizadores primários das demonstrações financeiras

A definição atual refere "utilizadores" mas não especifica as suas características, cuja interpretação pode implicar que a entidade tenha de ter em consideração todos os utilizadores possíveis das demonstrações financeiras quando toma a decisão sobre a informação a divulgar. Consequentemente o IASB decidiu referir-se apenas aos utilizadores primários na nova definição para responder às preocupações de que o termo "utilizadores" possa ser interpretado de forma alargada.

Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020. Esta alteração tem de ser aplicada prospectivamente. A adoção antecipada é permitida e tem de ser divulgada.

A estrutura conceptual para o reporte financeiro

A estrutura conceptual estabelece um conjunto abrangente de conceitos para:

- O reporte financeiro;
- A definição de normas;
- O desenvolvimento de princípios contabilísticos consistentes; e
- Apoiar no entendimento e interpretação de normas.

A estrutura conceptual revista inclui:

- Alguns conceitos novos;
- Definições e critérios revistos para o reconhecimento de ativos e passivos;
- Clarificações sobre conceitos importantes.

Esta estrutura está organizada como segue:

- Capítulo 1 – O objetivo do reporte financeiro
- Capítulo 2 – Características qualitativas de uma informação financeira útil
- Capítulo 3 – Demonstrações financeiras e a entidade que reporta
- Capítulo 4 – Os elementos das demonstrações financeiras
- Capítulo 5 – Reconhecimento e desreconhecimento
- Capítulo 6 – Mensuração
- Capítulo 7 – Apresentação e divulgação
- Capítulo 8 – Conceitos de capital e de manutenção de capital.

A estrutura conceptual para o reporte financeiro revista não é uma norma e nenhum dos seus conceitos prevalece sobre os conceitos presentes em normas ou outros requisitos de alguma das normas. É aplicável às entidades que desenvolvam os seus princípios contabilísticos com base na estrutura conceptual para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2020.

Reforma das taxas de juro de referência – Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7

Estas alterações fazem parte da primeira fase do projeto 'IBOR reform' do IASB e permitem isenções relacionadas com a reforma do *benchmark* para as taxas de juro de referência. As isenções referem-se à contabilidade de cobertura, em termos de: i) componentes de risco; ii) requisito 'altamente provável'; iii) avaliação prospetiva; iv) teste de eficácia retrospectivo (para adotantes da IAS 39); e v) reciclagem da reserva de cobertura de fluxo de caixa, e têm como objetivo que a reforma das taxas de juro de referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura. No entanto, qualquer ineficácia de cobertura apurada deve continuar a ser reconhecida na demonstração dos resultados.

- **Ainda não endossadas pela UE**

IFRS 17 Contratos de seguro

A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Algumas exceções serão aplicadas. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contabilístico para os contratos de seguro que seja de maior utilidade e mais consistente para os emitentes. Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas anteriormente, a IFRS 17 providencia um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes.

Em novembro de 2018 o IASB decidiu propor a alteração da data de entrada em vigor da norma para exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2022. O IASB está igualmente a tentar alterar a norma para considerar as preocupações e os desafios da implementação da norma que têm sido levantados pelas partes interessadas.

Definição de atividade empresarial – alterações à IFRS 3

Esta alteração veio clarificar os requisitos mínimos para que se considere uma atividade empresarial, remove a avaliação se os participantes de mercado têm capacidade de substituir os elementos em falta, adiciona uma orientação para que se consiga avaliar se um processo adquirido é substantivo, restringe as definições de atividade empresarial e de output e introduz um teste opcional de justo valor da atividade empresarial.

Esta alteração é efetiva para transações que sejam consideradas concentrações de atividades empresariais ou compras de ativos para as quais a data de aquisição ocorreu em ou após o início do primeiro período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2020. Estas alterações aplicam-se prospectivamente. Consequentemente as entidades não têm de avaliar as aquisições que tenham ocorrido antes dessa data. A adoção antecipada é permitida e tem de ser divulgada.

Esta alteração terá impacto igualmente em outras normas (por exemplo, quando a empresa-mãe perde o controlo da subsidiária e aplicou antecipadamente a alteração à IFRS 10 e IAS 28 que respeita à venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto).

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AdP Internacional após 1 de janeiro de 2020.

2.2 Investimentos financeiros em subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a AdP Internacional tem controlo. A AdP Internacional controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a entidade. As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o controle é transferido para a AdP Internacional. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle cessa.

A AdP Internacional aplica o método da compra na contabilização das suas aquisições de negócios. A quantia transferida na aquisição da subsidiária é o justo valor dos ativos entregues, passivos assumidos ou incorridos para com os anteriores donos e dos instrumentos de capital emitidos pela AdP Internacional. A quantia transferida inclui o justo valor de qualquer ativo e passivo que resulte de quaisquer acordos contingentes. Os ativos e passivos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos numa aquisição de negócios são mensurados inicialmente pelo seu justo valor à data da aquisição independentemente da existência e interesses que não controlam. Os custos diretamente imputáveis à aquisição são reconhecidos em resultados quando incorridos.

As subsidiárias são reconhecidas na Demonstração da Posição Financeira da AdP Internacional na data da obtenção de controlo ou influência significativa, ou de negociação ou da contratação, que é a data em que a AdP Internacional se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Na transição as participações financeiras foram reconhecidas de acordo com o custo presumido ou custo considerado, ou seja pelo valor que foi transposto das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o anterior normativo naquela data, em alternativa ao custo de aquisição.

No momento inicial, as subsidiárias são reconhecidas pelo custo de aquisição acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis. Estes ativos são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da AdP Internacional ao recebimento dos seus fluxos de caixa; (ii) a AdP Internacional tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a AdP Internacional tenha transferido o controlo sobre os ativos.

O reconhecimento de dividendos é registado em resultados na data em que estes forem declarados.

Imparidade para investimentos financeiros em subsidiárias

Os investimentos financeiros em subsidiárias são analisados à data de cada Demonstração da Posição Financeira de forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável da participação financeira é avaliado. Sempre que a quantia escriturada de uma participação financeira excede a quantia recuperável, é reduzida até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício. A quantia recuperável das participações financeiras em subsidiárias e associadas corresponde ao maior entre o valor de uso e o valor de venda. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

As empresas subsidiárias são:

Unidade de Negócio / Empresa	Sede	% de Capital detido	Capital Social
Aquatec, SARL	Moçambique	100,00%	2.476.580 Mzn
AdP Timor	Timor Leste	100,00%	5.000 Eur

2.3 Conversão cambial

2.3.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da AdP Internacional, estão mensuradas na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da AdP Internacional e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.3.2 Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas, são assim registadas em resultados do exercício ou em "Outras reservas", consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da AdP Internacional de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

2.3.3 Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transações expressas em moeda diferente do euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Fonte: Banco de Portugal

País	Moeda	31.12.2019		31.12.2018	
		médio	final	médio	final
Cabo Verde	Escudo C.V.	110,27	110,27	110,27	110,27
Mozambique	Meticais	69,43	68,70	71,42	70,24
E.U.A.	USD	1,11	1,12	1,14	1,15
Angola	Kwanza	414,89	536,6	244,56	353,02
Guiné Bissau	Franco CFA ocidental	655,957	655,957	655,957	655,957
São Tomé e Príncipe	Dobra São Tomense	24.500	24.500	24.500	24.500

2.4 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor de balanço.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são as seguintes:

Naturezas	Vida útil (anos)
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	7

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela AdP Internacional. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

2.5 Locações

2.5.1 Política contabilística após 1 de janeiro de 2019

As locações nas quais a AdP Internacional é locatária, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação, a AdP Internacional reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o

f
g
p

direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A AdP Internacional reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

A AdP Internacional apenas tem locações enquanto locatário.

Identificação de uma locação

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração:

- a) O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento em que fica disponível para uso pelo locatário; e
- b) A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page.

Separar componentes de um contrato

Se um contrato é, ou contém uma locação, a AdP Internacional contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto nos casos em que a AdP Internacional (como locatário) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não-locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

Prazo da locação

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- i) Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- ii) Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de início da locação ("commencement date") corresponde à data em que o locador coloca disponível para uso do locatário o ativo subjacente da locação.

A) Contabilização nos locatários

Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de início da locação a AdP Internacional reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Mensuração inicial do ativo sob direito de uso ("Right-of-use asset")

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expetável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

Mensuração subsequente da locação

Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Equipamento de transporte	1 - 4

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a AdP Internacional mensura o passivo da locação por:

- i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- iii) Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):
 - a. Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
 - b. Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

Expedientes práticos utilizados pela AdP Internacional enquanto locatário

A AdP utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 USD (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a AdP Internacional é locatária e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

B) Contabilização nos locadores

A contabilização nos locadores não é alterada com a Norma IFRS 16. Deste modo, as locações são contabilizadas como locação financeira ou locação operacional nos termos da anterior Norma IAS 17:

- i) Locação financeira: se transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à detenção do ativo subjacente;
- ii) Locação operacional: se não transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à detenção do ativo subjacente.

Aos locadores não é permitido o expediente prático de tratar a componente não-locação como uma locação.

Numa locação financeira, o locador reconhece um ativo financeiro ao custo amortizado no balanço e reconhece na demonstração dos resultados o proveito dos respetivos juros.

Numa locação operacional, o locador reconhece como um proveito de forma linear os recebimentos da locação.

C) Vendas seguidas de locação ("Sale and leaseback transactions")

Se uma entidade (vendedor-locatário) transferir um ativo para outra entidade (comprador-locador) e loca esse ativo do comprador/locador, ambas as entidades devem registar a transferência do ativo da seguinte forma:

- a) A transferência do ativo é uma venda

Se a transferência do ativo pelo vendedor-locatário satisfaz os requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como uma venda de um ativo:

- i) O vendedor-locatário deve mensurar o ativo sob direito de uso que resulta da locação ("leaseback") pela proporção do valor líquido contabilístico do ativo que corresponde ao direito de uso retido pelo vendedor-locatário. Deste modo, o vendedor-locatário deve reconhecer apenas o montante de qualquer ganho ou perda que corresponde aos direitos transferidos para o comprador-locador;
- ii) O comprador-locador deve registar a compra do ativo de acordo com as Normas IFRS que sejam aplicáveis, e para a locação deverá aplicar a Norma IFRS 16 nos termos aplicáveis aos locadores.

Se o justo valor da venda do ativo não for igual ao justo valor do ativo, ou se os pagamentos da locação não forem a taxas de mercado, uma entidade deve efetuar os seguintes ajustamentos na mensuração do valor da venda ao justo valor:

- i) Quaisquer condições abaixo de mercado devem ser contabilizadas como um pagamento antecipado da locação; e
- ii) Quaisquer condições acima de mercado devem ser contabilizadas como um financiamento adicional concedido pelo comprador-locador ao vendedor-locatário.

b) A transferência do ativo não é uma venda

Se a transferência do ativo pelo vendedor-locatário não satisfaz os requisitos do IFRS 15 para ser contabilizada como uma venda de um ativo:

- i) O vendedor-locatário deve continuar a reconhecer o ativo transferido e deve reconhecer um passivo financeiro por valor equivalente ao montante recebido, nos termos do IFRS 9;
- ii) O comprador-locador não deve reconhecer um ativo transferido e deve reconhecer um ativo financeiro por valor equivalente ao montante pago, nos termos do IFRS 9.

A AdP Internacional não tem operações consideradas como "Sale and leaseback transactions".

2.5.2 Política contabilística até 31 de dezembro de 2018

As locações de ativos, relativamente aos quais a AdP Internacional detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do bem são classificadas como locações financeiras. Serão igualmente de classificar como locações financeiras, acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza, sendo a sua classificação feita em função da substância e não da forma do contrato. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação sendo a responsabilidade reconhecida, líquida de encargos financeiros, em outros passivos a longo prazo. Os ativos adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo, e o prazo do contrato de locação, exceto nas locações em que a AdP Internacional tem a expectativa de adquirir o bem locado.

Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais. Os pagamentos destas são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período de locação.

2.6 Instrumentos financeiros

2.6.1. Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - i. Ativos financeiros detidos para negociação;
 - ii. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
 - iii. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da AdP Internacional, a AdP Internacional apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado. Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros pelo custo amortizado", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito, Crédito a clientes e a empresas do Grupo (suprimentos).

Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a AdP Internacional determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a AdP Internacional não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, a AdP Internacional valoriza os ativos financeiros pelo custo amortizado, ao justo valor através de outro rendimento integral ou ao justo valor através de resultados. Face à atividade da AdP Internacional, a AdP Internacional apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado.

As receitas e as despesas de instrumentos financeiros pelo custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) As restantes alterações de valor são reconhecidas como receita ou despesa quando o instrumento for desreconhecido do balanço, quando for reclassificado e, no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas de imparidade ou ganhos na sua recuperação.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a AdP Internacional recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela AdP Internacional no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

Crédito abatido ao ativo (write-off)

A AdP Internacional reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela AdP Internacional se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

Imparidade de ativos financeiros

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas "Clientes" e "Empréstimos a empresas do Grupo", a AdP Internacional aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospectivas.

As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de default anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de default anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de default representa a perda expectável quando o default ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a AdP Internacional não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

2.6.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros pelo custo amortizado.

A categoria "Passivos financeiros pelo custo amortizado" inclui os passivos apresentados nas rubricas "Empréstimos de empresas do Grupo" e "Fornecedores". Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A AdP Internacional apenas tem reconhecidos passivos classificados como "Passivos financeiros pelo custo amortizado".

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos do Grupo são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica "Gastos financeiros" da demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a AdP Internacional liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

Fornecedores

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a AdP Internacional adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de "Fornecedores" serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica "Fornecedores" são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

2.6.3. Reclassificação entre carteiras de instrumentos financeiros

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre carteiras de instrumentos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a AdP Internacional decidir alterar o modelo de negócio para a gestão de uma carteira de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência. Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre carteiras.

2.6.4. Política de desreconhecimento

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido do balanço, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos no balanço e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:
 - Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
 - O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre
 - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido do balanço qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
 - Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo no balanço por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

2.7 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da Posição Financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

2.8 Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

2.9 Dividendos a pagar

Os dividendos são reconhecidos como passivo quando declarados.

2.10 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AdP Internacional divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Sociedade é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedam os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes são potenciais ativos da Sociedade que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A Sociedade procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da Sociedade. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A Sociedade procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

2.11 Imposto sobre o rendimento

A AdP Internacional encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base na respetiva matéria coletável e à taxa de imposto aplicável. A AdP Internacional é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data da Demonstração da Posição Financeira e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, exceto quando a AdP Internacional seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em "Outras reservas" consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

2.12 Rédito de contratos com clientes

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da AdP Internacional. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a AdP Internacional avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a AdP Internacional efetua a sua melhor estimativa.

Na prestação de serviços efetuadas pela AdP Internacional, existe apenas uma obrigação de desempenho ("*performance obligation*"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a prestação do serviço ao cliente.

2.13 Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

2.14 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da Demonstração da Posição Financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da Demonstração da Posição Financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da Demonstração da Posição Financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da Demonstração da Posição Financeira, se materiais são divulgados nas notas às Demonstrações financeiras.

3. Políticas de gestão do risco financeiro

3.1 Fatores de risco

As atividades da AdP Internacional estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (risco de taxa de juro, risco fluxos de caixa associado à taxa de juro e risco de taxa de câmbio). O grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP Internacional e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

3.2 Risco de mercado

3.2.1 Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da AdP Internacional advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AdP Internacional ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AdP Internacional ao risco do justo valor associado à taxa de juro.

Em 31 de dezembro de 2019 a AdP Internacional apenas detém empréstimos à taxa de juro fixa.

3.2.2 Risco de taxa de câmbio

A exposição ao risco de câmbio da AdP Internacional corresponde essencialmente à operação desenvolvida pela sucursal em Angola. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional da AdP Internacional. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando swaps centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos, quando entenda ser necessário. A AdP Internacional apresenta saldos denominados em moeda estrangeira, expostos ao risco de taxa de câmbio. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é gerida através da contratação de empréstimos na mesma moeda.

3.3 Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AdP Internacional pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A AdP Internacional efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdP Internacional por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

2019	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos do Grupo (AdP SGPS) (Nota 14)	-	1 700 000	

A AdP Internacional não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades a curto prazo.

Linhas de crédito de curto prazo contratualizadas

Risco de liquidez (Milhares euros)	Valor do plafond disponível	Valor do plafond usado	Valor do plafond não usado
Suprimentos (AdP SGPS)	4 000	1 700	2 300
Apoios de tesouraria (AdP SGPS)	3 000	-	3 000
	7 000	1 700	5 300

O objetivo da AdP SGPS (empresa-mãe da AdP Internacional) em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da Posição Financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas participadas. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

	2019	2018
Suprimentos (Grupo)	1 700 000	2 000 000
Apoios de tesouraria (Grupo)	-	900 000
Disponibilidades	(563 183)	(379 112)
Dívida	1 136 817	2 520 888
Total do capital próprio	(37 327)	181 376
Capital	1 099 490	2 702 264
Dívida/total do capital	1,03	0,93

O modelo de financiamento da AdP Internacional assenta fundamentalmente em duas grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, nos empréstimos do acionista e no capital próprio.

3.4 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a AdP Internacional. A AdP Internacional está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

3.4.1 Contraparte de exploração

O risco de crédito das operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes e a suprimentos concedidos. Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado a empresas institucionais dos países onde opera a AdP Internacional (na maioria das vezes entidades governamentais ou para-governamentais). No entanto dada a situação económica e financeira, particularmente de Angola, e alguns atrasos efetivos em alguns valores a receber, podem ter implicações diretas no risco de crédito.

As perdas por imparidade para contas a receber são calculadas considerando: i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e iii) a condição financeira do cliente.

3.4.2 Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdP Internacional ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2019, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

Ativos financeiros bancários	2019
Depósitos à ordem e a prazo (nota 12)	561 956
	561 956

Rating	2019
A3	2 932
Baa1	237 194
Baa3	237 822
Caa1	(14)
não disponível	84 022
	561 956

Nota: notação de rating da Moody's outida nos sites das instituições financeiras em fevereiro de 2020.

4. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AdP Internacional são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

4.1 Imparidade para investimentos financeiros em subsidiárias

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, nomeadamente a geração de resultados líquidos negativos consecutivos por parte das subsidiárias. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor das participações financeiras e, subsidiárias e associadas implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. Face à intenção da AdP Internacional manter as participações financeiras e de não ter a intenção de venda, para as subsidiárias e associadas que consecutivamente geram resultados líquidos negativos a AdP Internacional assume que a quantia recuperável corresponde ao valor do capital próprio dessas subsidiárias e associadas.

4.2 Imparidade para contas a receber

As perdas por imparidade das contas a receber são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. O risco de crédito das operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes e a suprimentos concedidos. Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado a empresas institucionais dos países onde opera a AdP Internacional (na maioria das vezes entidades governamentais ou para-governamentais). No entanto dada a situação económica e financeira, particularmente de Angola, e alguns atrasos efetivos em alguns valores a receber, podem ter implicações diretas no risco de crédito.

4.3 Estimativa de impostos e impostos diferidos

A AdP Internacional entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto atual e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta: a data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e as estratégias de planeamento fiscal futuro.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, no entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospectiva.

Em 31 de dezembro de 2019 a AdP Internacional não tem registados ativos por impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis (ver nota 26).

5. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9

Classificação de ativos e passivos financeiros (31.12.2019)	Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total de instrumentos financeiros
Empréstimos a empresas do Grupo	464 130	-	464 130
Clientes	1 492 295	-	1 492 295
Caixa e equivalentes de caixa	563 183	-	563 183
Total do ativo	2 519 608	-	2 519 608
Empréstimos de empresas do Grupo	-	1 700 000	1 700 000
Fornecedores	-	1 174 445	1 174 445
Total do passivo	-	2 874 445	2 874 445

Classificação de ativos e passivos financeiros (31.12.2018)	Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total de instrumentos financeiros
Empréstimos a empresas do Grupo	464 130	-	464 130
Clientes	3 749 415	-	3 749 415
Caixa e equivalentes de caixa	379 112	-	379 112
Total do ativo	4 592 657	-	4 592 657
Empréstimos de empresas do Grupo	-	2 900 000	2 900 000
Fornecedores	-	1 411 963	1 411 963
Total do passivo	-	4 311 963	4 311 963

6. Ativos fixos tangíveis

	2019	2018
Equipamento de transporte	200 255	57 206
Equipamento administrativo	43 747	51 916
	244 002	109 122

6.1 Movimentos do período

Ativo bruto	2018	Adições	Alienações	2019
Equipamento de transporte	267 351	216 007	(208 766)	274 592
Equipamento administrativo	126 724	3 524	-	130 248
	394 075	219 531	(208 766)	404 840

Amortizações acumuladas	2018	Dotações (nota 21)	Alienações	2019
Equipamento de transporte	(210 145)	(57 749)	193 557	(74 337)
Equipamento administrativo	(74 808)	(11 693)	-	(86 501)
	(284 953)	(69 442)	193 557	(160 838)
	109 122	150 089	(15 209)	244 002

7. Locações

7.1 Ativos sob direito de uso

	01.01.2019			Amortizações do exercício (nota 21)	31.12.2019		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido		Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Ativos sob direito de uso							

a) Ativos sob direito de uso que em 31.12.2018 estavam classificados como locações operacionais (IAS 17)

Equipamento de transporte	59 066	-	59 066	(21 085)	59 066	(21 085)	37 981
	59 066	-	59 066	(21 085)	59 066	(21 085)	37 981

7.2 Passivos da locação

	2019
Não corrente	21 345
Corrente	17 243
	38 588

Capital em dívida por natureza de ativo sob direito de uso	2019
Equipamento de transporte	38 588
	38 588

Futuros pagamentos mínimos	2019
Até 1 ano	18 205
De 1 a 5 anos	21 862
	40 067

Juros	2019
Até 1 ano	962
De 1 a 5 anos	517
	1 479

Valor presente dos pagamentos mínimos	2019
Até 1 ano	17 243
De 1 a 5 anos	21 345
	38 588

g
x

7.3 Pagamentos da locação

Total de pagamentos da locação		2019
Contabilizadas de acordo com o modelo único previsto no IFRS 16		22 088
Contabilizadas como despesa em resultados		132 299
		154 387

8. Investimentos em subsidiárias e Empréstimos a empresas do Grupo

	2019	2018
Investimentos em subsidiárias:		
. AdP Timor	5 002	5 002
. Aquatec	-	-
	5 002	5 002
Empréstimos a empresas do Grupo (subsidiárias):		
. AdP Timor	1 830 958	1 830 958
. Aquatec	1 216 053	1 216 053
	3 047 011	3 047 011
Imparidade para empréstimos a empresas subsidiárias	(2 582 881)	(2 582 881)
	464 130	464 130

8.1 Empréstimos a empresas subsidiárias

	2019			2018		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Timor	1 830 959	(1 373 859)	457 100	1 830 959	(1 373 859)	457 100
Aquatec	1 216 052	(1 209 022)	7 030	1 216 052	(1 209 022)	7 030
	3 047 011	(2 582 881)	464 130	3 047 011	(2 582 881)	464 130

9. Clientes

	2019			2018		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Clientes - Outras partes relacionadas - Internacional (a)	1 457 937	(763 070)	694 867	1 349 327	(763 070)	586 257
Clientes - Outras partes relacionadas - Instrumentais	3 323	-	3 323	67 073	-	67 073
Clientes - Nacionais	262 462	(243 848)	18 614	243 848	(243 848)	-
Clientes - Estrangeiros (Nota 9.1)	3 765 715	(3 232 866)	532 849	6 270 095	(3 232 866)	3 037 229
Clientes - outros	386	-	386	386	-	386
Acréscimos de rendimentos	242 256	-	242 256	58 470	-	58 470
	5 732 079	(4 239 784)	1 492 295	7 989 199	(4 239 784)	3 749 415

(a) Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 inclui o montante de 1.179.876 Euros a receber da subsidiária AdP Timor.

9.1 Clientes – Estrangeiros (líquido de imparidade)

	2019	2018
Financial contract (Huambo e Uíge) - Banco Mundial (a)	215 941	2 700 184
ANAS-Agência Nacional de Águas, CV	199 872	146 927
Nippon Koei LAC, INC.	1 933	40 250
Castalia FCC	22 680	30 123
Onas	93 100	-
Águas de Santiago	-	154 513
Outros	(677)	(34 767)
	532 849	3 037 229

(a) Apesar dos projetos estarem a ser realizados em Angola, o cliente é o Banco Mundial.

10. Estado e outros entes públicos

	2019	2018
Imposto sobre o Valor Acrescentado	376 122	282 025
Outros	4 010	8 776
	380 132	290 801

11. Outros ativos correntes

	2019	2018
Outros devedores	168 559	99 888
Seguros	36 744	35 290
Acionistas - Imposto do exercício (consolidado fiscal) (nota 14) (a)	178 520	-
Adiantamentos a pessoal	35 518	-
Gastos a reconhecer	18 385	(5 694)
Outros ativos correntes	438	-
	438 164	129 484

(a) Até 31 de dezembro de 2016 a AdP Internacional estava inserida no Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades, pelo que o saldo a receber de imposto sobre o rendimento, em 31 de dezembro de 2018 estava registado na rubrica "Empresas do Grupo - Imposto do exercício (consolidado fiscal)".

12. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Numerário	1 227	4 016
Depósitos bancários	561 956	375 096
	563 183	379 112

13. Capital próprio

O Capital Social da AdP Internacional, está representado por 35.000 ações no montante de 5 Euros cada, e encontra-se integralmente subscrito e realizado pela AdP, SGPS, seu único acionista.

	2019	2018
AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA.	175 000	175 000
	175 000	175 000

13.1 Resultado líquido e rendimento integral por ação

	2019	2018
Resultado líquido do exercício	(218 703)	83 147
Número de ações	35 000	35 000
Resultado por ação	(6,25)	2,38

	2019	2018
Rendimento integral	(218 703)	83 147
Número de ações	35 000	35 000
Rendimento integral por ação	(6,25)	2,38

Em 31 de dezembro de 2019, a Empresa encontra-se com capital próprio negativo, situação enquadrável no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, o qual obriga à sua regularização nas condições nele estabelecidas. Por este facto e de acordo com o previsto no ponto 3, alínea c) do artigo 35º anteriormente referido, a Empresa irá tomar as medidas necessárias à regularização desta situação.

14. Empréstimos de empresas do Grupo

	2019	2018
Suprimentos (AdP SGPS)	1 700 000	-
Empréstimos não correntes	1 700 000	-
Apoios de tesouraria (AdP SGPS)	-	2 900 000
Imposto do exercício (consolidado fiscal) (nota 11)	-	(178 520)
Empréstimos correntes	-	2 721 480
	1 700 000	2 721 480

14.1 Empréstimos por maturidade e por tipo de taxa

Taxa de juro fixa	2019	2018
Até 1 anos	-	2 900 000
De 1 a 2 anos	1 700 000	-
De 2 a 3 anos	-	-
Superior a 3 anos	-	-
	1 700 000	2 900 000

15. Fornecedores

	2019	2018
Fornecedores C/C Empresa Mãe	-	77 675
Fornecedores C/C-Gerais	-	57 468
Fornecedores C/C-Outras Partes Relacionadas-INSTRUMENTAIS	-	129 864
Fornecedores C/C-Outras Partes Relacionadas-INTERNACIONAL	1 115 940	1 138 721
Fornecedores C/C-Outras Partes Relacionadas-Água e Saneamento	13 550	8 235
Fornecedores C/C-Outras Partes Relacionadas-UNR	44 955	-
	1 174 445	1 411 963

16. Outros passivos correntes

	2019	2018
Acréscimos de gastos - Pessoal	64 199	113 838
Acréscimos de gastos - juros a liquidar	2 168	4 769
Acréscimos de gastos - outros (c)	296 709	261 510
Recebimentos de clientes não afetos/por identificar	259 214	259 214
Outros credores	5 182	(69 518)
Regularizações diversas (a)	(183 256)	-
Rendimentos a reconhecer (b)	281 529	171 335
	725 745	741 148

- (a) Em 31 de dezembro de 2019, inclui o montante devedor de 168.388 Euros relativo a despesas a refaturar a clientes, no âmbito dos projetos em curso.
- (b) Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica "Rendimentos a reconhecer" corresponde ao rédito por prestação de serviços no âmbito de contratos com clientes, que por já ter sido faturado apenas será reconhecido em resultados em 2019 e anos seguintes durante o período de cada contrato.
- (c) Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica inclui o montante de 182.316 Euros relativos a despesas com honorários de colaboradores externos que participam nos projetos desenvolvidos pela Empresa

17. Estado e outros entes públicos

	2019	2018
Imposto sobre o rendimento do exercício (nota 26)	-	11 186
Retenções de imposto sobre o rendimento efetuadas a terceiros	315	20 668
Contribuições para a segurança social	17 320	14 777
	17 635	46 631

18. Rédito de contratos com clientes

Projecto	Mercado	2019	2018
Huambo-Pdisa	Angola	297 004	1 321 710
Uige-Pdisa	Angola	189 698	1 138 018
AO - AT Bengo (BAD)	Angola	465 931	-
AO - AT Cunene (BAD)	Angola	448 548	-
Uige - Fiscalização	Angola	-	8 900
AO - WOPA Cabinda	Angola	198 780	73 428
STP - AT à EMAE - MAAIS	São Tomé e Príncipe	128 896	412 832
STP - AT à EMAE - 2019_MAAIS2	São Tomé e Príncipe	539 744	-
MZ - Plano Emergência Seca MaputoMZ	Moçambique	-	293 448
MZ - INFRA MAIS	Moçambique	330 870	169 130
MZ - Water Tariff Study - CRA	Moçambique	-	61 192
MZ - EVA 2019	Moçambique	250 780	-
Nippon Koei	Cabo Verde	1 933	95 317
Anas - Ecovisão	Cabo Verde	56 934	73 359
CV - Desempenho Ambiental AdS	Cabo Verde	-	170 475
CV - Conflitos Uso Água ANAS	Cabo Verde	31 440	162 450
CV - Conflitos Usos Água ANAS (Fase 3)	Cabo Verde	116 662	-
GB - AT EAGB CADASTRO	Guiné Bissau	-	1 941
GB - AT EAGB	Guiné Bissau	316 580	-
TU - 5 PROJETOS FA COM ONAS	Tunisia	93 100	-
MW - Masterplan Lilongwe	Malawui	23 744	-
ONEE Marrocos	Marrocos	-	8 700
		3 490 644	3 990 900

19. Fornecimentos e serviços externos

	2019	2018
Serviços especializados	1 277 400	1 643 611
Materiais	18 523	17 469
Energia e fluidos	25 498	25 063
Deslocações, estadas e transportes	305 193	304 128
Despesas de representação	46 009	149 147
Comunicação	19 967	22 558
Rendas e alugueres	132 299	284 626
Serviços diversos	285 717	176 531
	2 110 606	2 623 133

A atividade da AdP Internacional não é, na maioria das situações, comparável, tendo em conta os projetos em curso em cada um dos exercícios, particularmente no que diz respeito à sua natureza e dimensão (e consequentemente dos recursos alocados). A redução verificada ao nível dos fornecimentos e serviços externos face a 2018 é justificada pelo menor consumo de recursos pelos projetos ativos durante o ano de 2019.

20. Gastos com pessoal

	2019	2018
Remunerações dos Órgãos sociais	117 203	114 025
Remunerações do pessoal	940 315	807 251
Indeminizações	-	38 010
Encargos sobre as remunerações	201 287	191 336
Gastos de ação social	2 297	5 627
Outros gastos com o pessoal	54 345	83 354
	1 315 447	1 239 603

20.1 Remunerações dos Órgãos Sociais

	2019	2018
Conselho de Administração	109 485	110 046
Fiscal Único	7 718	3 979
	117 203	114 025

20.2 Número de pessoas ao serviço da empresa

Natureza	Final do ano	
	2019	2018
Conselho de Administração	3	3
Trabalhadores efetivos/ eventuais	26	21
	29	24

21. Amortizações, depreciações e reversões do exercício

		2019	2018
Ativos fixos tangíveis	(nota 6)	69 442	69 948
Ativos sob direito de uso	(nota 7)	21 085	-
		90 527	69 948

22. Outros gastos operacionais

	2019	2018
Impostos (a)	217 660	131 274
Diferenças de câmbio desfavoráveis	264 169	100 528
Multas e penalidades contratuais	(35 396)	73
Menos-valias na alienação de ativos fixos tangíveis	15 207	-
Outros gastos e perdas	88 722	10 210
Correções relativas a exercícios anteriores	-	28
	550 362	242 113

(a) Em 2019 inclui o montante de 216.138 Euros relativos ao imposto retido em Angola (130.610 Euros em 2018).

23. Outros rendimentos operacionais

	2019	2018
Outros rendimentos e ganhos	239 874	207 051
Rendimentos suplementares	(13 020)	191 258
Diferenças de câmbio favoráveis	276 592	112 877
	503 446	511 186

24. Gastos financeiros

	2019	2018
Juros suportados de empréstimos de empresas do Grupo	42 544	55 299
Juros suportados de passivos da locação	1 609	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	72 806	(26 926)
Juros de mora	1 237	-
Comissões bancárias	45 358	22 523
Outros gastos e perdas de financiamento	25	-
	163 579	50 896

25. Rendimentos financeiros

	2019	2018
Juros obtidos por depósitos bancários	-	1 675
Juros obtidos por atraso no pagamento de clientes	63 058	-
	63 058	1 675

26. Imposto sobre o rendimento do exercício

O saldo de imposto sobre o rendimento a receber / (a pagar) em 31 de dezembro de 2019 e 2018 tem a seguinte composição:

	2019	2018
Estimativa de imposto do exercício	(22 410)	(32 730)
Pagamentos por conta de imposto sobre o rendimento	15 051	-
Pagamentos especiais por conta	19 307	10 645
Retenções na fonte efetuadas por terceiros	4 670	5 328
Outros	-	5 571
Imposto a receber / (a pagar)	16 618	(11 186)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a carga fiscal registada tem a seguinte composição:

	2019	2018
Estimativa de imposto do exercício	(22 410)	(32 730)
Excesso / (insuficiência) de imposto de anos anteriores	(23 056)	-
Imposto diferido	136	-
IRC estimado no exercício	(45 330)	(32 730)
Resultado antes de impostos	(173 373)	115 877
Taxa efetiva de imposto	-26,15%	28,25%

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto é como segue:

	2019			2018		
	Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos	(173 373)			115 877		
Taxa nominal de imposto (*)	(173 373)	21,00%	(36 408)	115 877	22,50%	26 072
Imposto esperado		21,00%	(36 408)		22,50%	26 072
Diferenças permanentes:						
. Provisões e imparidades não aceites		0,00%	-	162 191	31,49%	36 493
. Outros	(652)	0,08%	(137)	(105 964)	-20,58%	(23 842)
Prejuízos fiscais reportáveis sem ativos por impostos diferidos registados		-21,00%	36 408		0,00%	-
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis sem ativos por impostos diferidos registados		0,00%	-		-14,70%	(17 034)
Insuficiência de imposto corrente de anos anteriores		-13,30%	23 056		0,00%	-
Tributação autónoma		-12,93%	22 411		9,53%	11 041
IRC estimado no exercício		-26,15%	45 330		28,25%	32 730

(*) Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (21%) + Derrama Municipal (1,5%) + Derrama Estadual sobre 6.000.000 Euros (3%) + Derrama Estadual sobre 27.500.000 Euros (5%) + Derrama Estadual sobre lucro tributável superior a 35.000.000 Euros (9%)

O movimento ocorrido nos impostos diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	01.01.2019			Reforços líquidos de reversões			31.12.2019		
	Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Ativos por impostos diferidos:									
. Passivos da locação	59 066	22,5%	13 290	(20 478)	22,5%	(4 608)	38 588	22,5%	8 682
Passivos por impostos diferidos									
. Ativos sob direito de uso	(59 066)	22,5%	(13 290)	21 085	22,5%	4 744	(37 981)	22,5%	(8 546)
	-	-	-	607	22,4%	136	607	22,4%	136

Em 31 de dezembro de 2019 a AdP Internacional tem prejuízos fiscais reportáveis para os quais não tem ativos por impostos diferidos contabilizados, conforme segue:

Ano de geração do prejuízo fiscal reportável	Caducidade	Valor do prejuízo	Imposto
2015	2027	748 357	157 155
2016	2028	679 024	142 595
2017	2022	272 695	57 266
2019	2024	174 025	36 545
		1 874 101	393 561

27. Saldos e transações com partes relacionadas

27.1 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019 as partes relacionadas da AdP Internacional são as seguintes:

- AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (empresa-mãe);
- Entidades detidas pela AdP Internacional (AdP Timor e Aquatec);
- Outras entidades do Grupo AdP;
- Membros do Conselho de Administração da AdP Internacional;
- Membros do Conselho de Administração da AdP SGPS.

27.2 Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019 os saldos com partes relacionadas são os seguintes:

	Ativo				Passivo				Total Líquido
	Empréstimos a empresas do Grupo	Clientes	Outros ativos correntes	Total	Empréstimos de empresas do Grupo	Fornecedores	Outros passivos correntes	Total	
Total de saldo da rubrica	464 130	1 492 295	438 164	2 394 589	1 700 000	1 174 445	725 745	3 600 190	(1 205 601)
Águas do Norte	-	-	-	-	-	5 393	-	5 393	(5 393)
Águas da Região de Aveiro	-	-	-	-	-	8 155	-	8 155	(8 155)
AdP SGPS	-	3 323	1 000	4 323	1 700 000	-	12 810	1 712 810	(1 708 487)
AdP Serviços	-	-	(1 355)	(1 355)	-	-	749	749	(2 104)
Aquatec (*)	7 030	2 756	172 200	181 986	-	(20 117)	20 321	204	181 782
AdP Timor (*)	457 100	583 593	132 189	1 172 882	-	1 136 057	-	1 136 057	36 825
EPAL	-	-	-	-	-	44 955	-	44 955	(44 955)
Total de saldos intra-grupo	464 130	589 672	304 034	1 357 836	1 700 000	1 174 443	33 880	2 908 323	(1 550 487)
Total de saldos fora de grupo	-	902 623	134 130	1 036 753	-	2	691 865	691 867	344 886

(*) Saldos líquidos de imparidade

27.3 Transações com partes relacionadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as transações com partes relacionadas foram as seguintes:

	Fornecimentos e serviços externos	Custos com pessoal	Outros rendimentos e ganhos operacionais	Gastos financeiros	Total
Total de saldo da rubrica	(2 110 606)	(1 315 447)	503 446	(163 579)	(145 904)
Águas do Norte	-	(5 616)	-	-	(5 616)
Águas da Região de Aveiro	(8 524)	-	-	-	(8 524)
AdP SGPS	-	-	-	(42 544)	(42 544)
AdP Serviços	(277 636)	-	-	-	(277 636)
Aquatec	-	-	172 200	-	172 200
AdP Timor	-	-	36 824	-	36 824
EPAL	(94 444)	-	-	-	(94 444)
Total de transações intra-grupo	(380 604)	(5 616)	209 024	(42 544)	(219 740)
Total de transações fora de grupo	(1 730 002)	(1 309 831)	294 422	(121 035)	73 836

28. Ativos e passivos contingentes

Os compromissos financeiros e as responsabilidades da Sociedade que não figuram no balanço, apresentam-se do seguinte modo:

	2019	2018
Garantias (Eur)	2 481 191	746 725

29. Informações exigidas por diploma legal

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66º, 324º, 397º e 447º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei nº 328/95, de 9 de Dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

- Em obediência ao disposto no nº 2 do artigo 324º do CSC informa-se que a sociedade não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou, até ao momento, qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.
- Em obediência ao disposto no nº 4 do artigo 397º do CSC informa-se que, no decorrer de 2019, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Sociedade e os membros dos seus órgãos sociais;
- Em obediência ao disposto no artigo 21º do Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de setembro, informa-se que a Sociedade não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2019, da retenção na fonte de descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2020, nos prazos legais.

30. Litígios e contingências

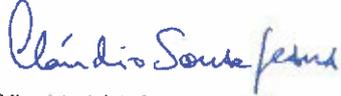
Não existem litígios e contingência para além das registadas e divulgadas nas presentes demonstrações financeiras.

31. Eventos subsequentes

Decorrente da situação de pandemia mundial, declarada no mês de Março, a atividade da AdP Internacional estará certamente condicionada durante o ano de 2020. As limitações que são possíveis antever, relacionam-se com os contratos de Assistência Técnica com a Empresa de Eletricidade e Água da Guiné Bissau, financiado pelo Banco Mundial, bem como os contratos de Assistência Técnica às Empresas de Água e Saneamento do Bengo e do Cunene, financiados pelo Banco Africano de Desenvolvimento, que, em resultado da atual situação, poderão ser suspensos ou, na melhor hipótese, bastante reduzidos na sua dimensão, durante o ano em apreço. Não obstante, apesar de não ser possível quantificar os potenciais impactos na atividade de 2020 da AdP Internacional, a empresa tem linhas de financiamento contratadas junto do acionista que permitirão fazer face a uma eventual redução na sua liquidez.

Lisboa, 31 de março de 2020

O Conselho de Administração



Cláudio Miguel André de Sousa Jesus (Presidente executivo)



Alexandra Maria Martins Ramos da Cunha Serra (Vogal Executivo)



Carlos Mineiro Aires (Vogal não executivo)

O Contabilista Certificado

Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro





Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da AdP – Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A., que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 3.654.632 euros e um total de capital próprio negativo de 37.327 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 218.703 euros), a demonstração de resultados e do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da AdP – Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são

baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

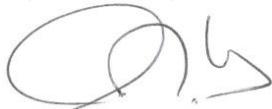
Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

20 de abril de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da AdP – Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A. (a Entidade) relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

No decurso do exercício acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Entidade. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Entidade e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) a demonstração da posição financeira, a demonstração de resultados e do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes notas anexas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Entidade, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Entidade evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis;
- v) aferimos sobre o cumprimento das orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado, nomeadamente as previstas no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o qual estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados;

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal

Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

- iv) sejam adotadas as medidas de reconstituição do capital dando cumprimento ao disposto no Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Entidade com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

20 de abril de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.

